



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Josefa Xavier de Paula

**A Representação da Informação de Acervos Etnográficos: uma abordagem dos
Museus da Região Sul do Brasil.**

Florianópolis

2021

Josefa Xavier de Paula

**A Representação da Informação de Acervos Etnográficos: uma abordagem dos
Museus da Região Sul do Brasil**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Eva Cristina Leite da Silva

Linha de Pesquisa: Organização, Representação e mediação da Informação e do Conhecimento.

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Paula, Josefa Xavier de

A Representação da Informação de Acervos Etnográficos: :
uma abordagem dos Museus da Região Sul do Brasil / Josefa
Xavier de Paula ; orientador, Eva Cristina Leite da Silva,
2021.

115 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós
Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Ciência da Informação. 2. Representação da informação.
3. Organização da Informação. 4. Acervos museológicos. 5.
Etnologia indígena. I. Silva, Eva Cristina Leite da. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

Josefa Xavier de Paula

**A Representação da Informação de Acervos Etnográficos: uma abordagem dos
Museus da Região Sul do Brasil**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Renata Cardozo Padilha, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.^a Aline Carmes Krüger, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Prof. Edgar Bisset Alvarez, Dr.
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Prof.^a Eva Cristina Leite da Silva, Dr.^a
Orientadora

Florianópolis, 2021.

Este trabalho é dedicado à minha querida família que esteve comigo durante todo o caminho.

AGRADECIMENTOS

Em um cenário como o atual no Brasil, de pandemia, fakenews, chegar até aqui com saúde e essa pesquisa em mãos já é motivo de muita gratidão. A Deus por ser o princípio e fim de tudo, e se manifestar nos mínimos detalhes, em dias felizes foi fácil te encontrar, em dias difíceis tu abristes os meus olhos para ver.

À minha família, pai Galdino, nenhuma palavra será o suficiente para te agradecer por priorizar a educação minha e de meus irmãos, a cada dia tu és sinônimo de resiliência e força. A minha mãe, Josefa (*in memoriam*), sei que onde estiveres esteve e estará torcendo por mim. Aos meus irmãos, Jani, Gladson, Galdino, e cunhada Simone, cada um na sua individualidade foram meus principais apoiadores em todos os sentidos, a construção desse trabalho seria mais cinzenta se não tivesse vocês comigo, obrigada pelo apoio emocional, financeiro, entre outros. Ao meu noivo, Vinicius, obrigada pelo apoio, conselhos, companheirismo e paciência no processo de construção dessa pesquisa, por deixar meus dias mais leves, e com contribuições essenciais nessa caminhada. Aos meus sobrinhos, Artur e Clarice, que deixam meus dias mais leves e cheios de amor, e são o sol da minha vida em dias menos felizes. Essa pesquisa é também uma tentativa de resgatar a história de nossas raízes amazônicas, indígenas e acreditar que minha família é o meu orgulho, me fez dar um passo de cada dia e conseguir chegar até aqui.

Aos amigos que se tornaram irmãos nesse processo e para a vida, desde a seleção do mestrado, Alejandro, Dani, Lucia e Priscila, obrigada pelas palavras conselhos e irmandade. Vocês foram luz em tempos difíceis, e sorrisos em tempos felizes, obrigada por tanto.

Aos amigos da turma M19, Vanessa, Anna Julia, Sarita, Karoly, Patricia, Rafael e Mariene, nosso grupo e reuniões me trouxeram ideias, alegrias, e superação de momentos em que as energias já estavam esgotadas.

À minha querida orientadora Eva, por instigar sempre a construção dessa pesquisa, ensinando a buscar sempre mais, obrigada pelo incentivo, paciência e dedicação, nesse processo.

Aos professores que compuseram a banca, contribuíram com a modelagem desse trabalho, com observações especiais que enriqueceram a pesquisa. Gratidão!!

Ao Museu que concordaram em fazer parte dessa pesquisa. Ao Museu Paranaense, em nome da Josiele Spessionato, agradeço toda a equipe, pela disponibilidade sempre imediata em atender, responder emails, WhatsApp, ligação obrigada pelo tempo dedicado e por me atender em meio a uma pandemia, muitas ve

tirando o tempo que era dedicado à sua família. Ao Museu de Arqueologia e Etnologia/UFSC - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral, o MArquE/UFSC, obrigada em nome do Lucas Lopes, que foi o primeiro contato e se colocou à disposição para a pesquisa. Ao Museu Júlio de Castilhos, em nome da Doris Couto que foi super solícita em todos os contatos que fizemos, e se dispôs a apresentar cada cantinho do acervo de etnologia indígena, partilhar tanta informação que foi fundamental para a construção desse trabalho.

Aos nossos irmãos indígenas que por séculos na nossa história foram vítimas de atrocidades e tiveram seus direitos negados, obrigada por serem resistência e por tanto sangue derramado para que nós estivéssemos aqui reconhecendo o valor e a importância cultural e histórica do nosso país.

Ao PGCIN, por me proporcionar conhecimentos incríveis, e permitir meu crescimento em todo o mestrado.

À CAPES, por proporcionar uma parte do mestrado me preocupasse menos com a parte financeira.

À UFSC, por ser gigante e tornar mais essa etapa da minha vida em realidade.

Se não podes entender, crê para que entendas. A fé precede, o intelecto segue”
(Santo Agostinho)

RESUMO

O processo de representação da informação contribui para o acesso e disseminação da informação nos museus, e preservar o patrimônio cultural, em especial dos povos indígenas é essencial para a história do Brasil. Com a aplicação dos instrumentos de representação da informação existe a possibilidade de que dados históricos se perpetuem de geração em geração. O presente estudo tem como objetivo geral analisar a representação da informação de acervos etnográficos da região sul do Brasil. Como objetivos específicos buscou-se evidenciar na literatura a conceituação de representação da informação museológica; identificar os critérios de constituição/definição da RI do acervo (etnográfico) de cada instituição; analisar os possíveis registros (representação) da informação museológica à luz do referencial teórico e conhecer a formação profissional dos responsáveis pela RI nos respectivos museus. O universo da pesquisa focou em três instituições: Museu Paranaense (PR), Museu de Arqueologia e Etnologia/UFSC - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (SC) e Museu Júlio de Castilhos (RS). Para alcançar os objetivos propostos, foi adotada a pesquisa bibliográfica e documental, a primeira para embasar teoricamente a pesquisa com as bases de dados relacionadas à área, a segunda em registros documentais das instituições, como normativas, regimentos, e acervos disponibilizados. Como resultados, foi possível identificar que a documentação museológica é fundamental para o processo de representar a informação, e que a ausência documental advém de outras questões como falta de investimento no setor cultural, ausência de profissionais para o desempenho das atividades, e ocasionam a problemas desde a entrada do objeto no acervo até a comunicação do museu para o público. A pesquisa aponta a representação da informação como essencial no processo de organização da informação, e impacta diretamente nos serviços oferecidos. Conservar para disponibilizar a informação dos acervos etnográficos permite mencionar que a exploração de temas como esse estreita os laços de forma recíproca entre a Ciência da Informação e Museologia. E ainda esse estudo mostrou que a busca pelo diálogo a respeito dos povos tradicionais dentro da organização do conhecimento, contribui para o reconhecimento do valor explanatório dessas coleções, e possibilitar o acesso a informações é uma das formas de reconhecimento de pertença, assim como democratiza a cultura, a história e preserva a memória e patrimônio existente nesses acervos.

Palavras-chave: Organização da informação. Representação da Informação. Acervos museológicos. Etnologia indígena.

ABSTRACT

The information representation process contributes to the access and dissemination of information in museums, and preserving cultural heritage, especially of indigenous peoples, is essential for the history of Brazil. With the application of information representation instruments, there is the possibility that historical data is perpetuated from generation to generation. The present study aims to analyze the representation of information from ethnographic collections in the southern region of Brazil. As specific objectives, we sought to highlight in the literature the concept of representation of museological information; identify the criteria for constitution/definition of the IR of the (ethnographic) collection of each institution; analyze the possible records (representation) of museological information in the light of the theoretical framework and know the professional training of those responsible for IR in the respective museums. The research universe focused on three institutions: Museu Paranaense (PR), Museum of Archeology and Ethnology/UFSC - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (SC) and Museu Júlio de Castilhos (RS). To achieve the proposed objectives, bibliographical and documentary research was adopted, the first to theoretically support the research with databases related to the area, the second in documentary records of institutions, such as regulations, regulations, and available collections. As a result, it was possible to identify that museological documentation is essential for the process of representing information, and that the absence of documents comes from other issues such as lack of investment in the cultural sector, lack of professionals to perform activities, and cause problems from the entry of the object in the collection to the museum's communication to the public. The research points out the representation of information as essential in the information organization process, and directly impacts the services offered. Keeping information from ethnographic collections available makes it possible to mention that the exploration of themes such as this one narrows reciprocal ties between Information Science and Museology. And yet this study showed that the search for dialogue about traditional peoples within the organization of knowledge contributes to the recognition of the explanatory value of these collections, and enabling access to information is one of the ways of recognizing belonging, as well as democratizing the culture, history and preserves the memory and heritage existing in these collections.

Keywords: Organization of information. Information Representation. Museum collections. Indigenous Ethnology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico das 10 (dez) áreas protegidas mais pressionadas.	35
Figura 2 - Atas do Conselho Administrativo do Museu Paranaense, 250f, 1939-1948.	57
Figura 3 - Reserva técnica de Antropologia.	60
Figura 4 - Relatório do sistema notes.	63
Figura 5 - Ficha de identificação do Sistema Notes.	64
Figura 6 - Ficha catalográfica do objeto.	70
Figura 7 - Ficha catalográfica do objeto.	71
Figura 8 - Livro tombo de registro do acervo.	72
Figura 9 - Relatório geral da coleção de etnologia indígena.	73
Figura 10 - Exposição Memória e Resistencia, 2020.	74
Figura 11 - Reserva técnica RT-03 do MUPA.	79
Figura 12 - Ficha de catalogação do sistema Notes.	81
Figura 13 - Ficha catalográfica do acervo (frente e verso).	83
Figura 14 - Exposição Memória e Resistencia.	84
Figura 15 - Exposição Memória e Resistencia.	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Objetivos e procedimentos técnicos metodológicos adotados para a pesquisa.	45
Quadro 2 - Bases de dados, autorias e anos das publicações recuperadas.	49
Quadro 3 - Título e autores recuperados nas bases de dados.	51
Grafico 4 - Documentos identificados com menção aos critérios de constituição/definição da RI.	75
Quadro 4 - Coleções de etnologia indígena do MUPA.	77
Quadro 5 - Formação dos profissionais que atuam nas unidades.	86
Quadro 6 - Profissionais e setores/funções nos museus.	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CI	Ciência da Informação
COVID	Coronavírus Disease
GR	Gabinete da Reitoria
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
MARquE	Museu de Arqueologia e Etnologia/UFSC - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral
MUPA	Museu Paranaense
OC	Organização do conhecimento
OI	Organização da Informação
OMS	Organização Mundial da Saúde
PR	Paraná
RI	Representação da Informação
RESNAPAP	Representação das Narrativas Populares da Amazônia Paraense
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
TI	Terra Indígena
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA E JUSTIFICATIVA.....	17
1.2	OBJETIVOS.....	19
2	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO EM DIÁLOGOS.....	20
2.1	REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO: ACESSO.....	28
2.2	REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM MUSEUS.....	29
3	MUSEUS E COLEÇÕES ETNOGRÁFICAS.....	32
3.1	MUSEU PARANAENSE (PR) E SEU ACERVO.....	37
3.2	MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA PROFESSOR OSWALDO RODRIGUES CABRAL - MARQUÊ (SC) E SEU ACERVO.....	40
3.3	MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS (RS) E SEU ACERVO.....	41
4	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	43
5	DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....	49
5.1	CONCEITUAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO MUSEOLÓGICA NA LITERATURA.....	49
5.2	CRITÉRIOS DE CONSTITUIÇÃO/DEFINIÇÃO DA RI DO ACERVO (ETNOGRÁFICO) E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS MUSEUS PESQUISADOS.....	52
5.3	REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO MUSEOLÓGICA À LUZ DO REFERENCIAL TEÓRICO.....	75
5.4	FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS RESPONSÁVEIS PELA RI NOS MUSEUS.....	86
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
	REFERÊNCIAS.....	103

1 INTRODUÇÃO

Nas diferentes sociedades é crescente a quantidade de informação gerada todos os dias. Todavia, para que a informação seja utilizada é necessário que esteja passível de recuperação, portanto, registrada/fixada em um suporte material, organizada e disponível. “Informação registrada equivale ao conceito de documento, embora o mesmo tenha sido investido de valores diferenciados ao longo do tempo” (SMIT, 2012, p. 85).

No que tange a informação registrada, para Bates (1987, p. 6), o domínio intelectual da Ciência da Informação, estuda a informação registrada que os “(...) seres humanos, produzem, procuram, utilizam, recuperam e utilizam”. O universo da Ciência da Informação é aquele referente ao “mundo da informação registrada, produzida pela ação humana”. É possível encontrar essa informação registrada que pode estar em “livros, artigos, banco de dados, arquivos de dados, etc”.

Registrar a informação sob determinado suporte físico (documento) representa materializar a informação. Uma destas materializações está na formação de coleções de museus, as quais são determinadas pelos processos de entrada de objetos em seus acervos (em distintas formas e estratégias). Quando se refere à museus enquanto centros de pesquisa¹, de forma geral, o desenvolvimento desses acervos tem vinculação direta com as pesquisas e área(s) de interesse da instituição. Todavia, independente das políticas de formação de acervos e, ou das estratégias de processamento, as unidades de informação contemporâneas, frente às conjunturas socioeconômicas, políticas e culturais, demandam pela organização e acesso à informação e estes como eixos principais.

A busca pela garantia ao acesso público traz a necessidade de refletir sobre a organização e representação das múltiplas informações do objeto museológico. Para Lima e Alvares (2012), Organização e Representação da Informação é a ênfase dada aos processos de organização, utilizando-se das representações das informações e dos conhecimentos contidos no objeto museológico na unidade de informação, sendo assim, as instituições museológicas possuem maneiras específicas de representá-la.

Em vista deste contexto, neste trabalho evidenciam-se reflexões que relacionam Ciência da Informação - CI e Museologia, mostrando por meio do referencial teórico e

¹ Os museus, tal como as universidades, estão hoje associados, à pesquisa, à cultura e ao conhecimento (SANTOS; CHAGAS, 2007)

dos instrumentos utilizados para representação da informação nos acervos etnográficos museológicos², os possíveis diálogos.

Para falar desses acervos etnográficos, aqui delimitados pelos acervos de etnologia indígena dos Museus na Região sul do Brasil: sendo no Paraná, o Museu Paranaense (MUPA); em Santa Catarina, o Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (MARquE/UFSC); e no Rio Grande do Sul, o Museu Júlio de Castilhos.

Para se compreender melhor a temática desenvolvida, pode-se destacar que o patrimônio sob a guarda institucional dos Museus citados, demandam uma série de funções sociais, voltadas para conservação de coleções, documentação, pesquisa, comunicação, educação, visando servir à sociedade, seu desenvolvimento, sendo assim, ligadas diretamente as comunidades de entorno dos sítios arqueológicos³, como também as comunidades de visitantes e pesquisadores de cada museu, assim a história, memória e cultura de um povo, nesse caso, especialmente da região Sul do Brasil.

Entretanto, a questão da preservação de memórias nas instituições do País ainda é um desafio, além da conscientização quanto à importância histórico sociocultural e devido à falta de políticas, de acordo com Ribeiro (2006),

Investe-se para gerar conhecimento e não se reconhece a necessidade de resguardar esse conhecimento, questão não resolvida com o passar do tempo. É fundamental a sensibilização da comunidade de pesquisadores em relação ao estabelecimento de políticas para a preservação. O desafio mais importante é conscientizá-la da necessidade de não só guardar os documentos através de padrões, mas, também entender porque foram gerados e sua importância para futuras pesquisas. Vivencia-se, nas instituições, a enorme dificuldade em localizar documentos por motivo de perda dos mesmos, dispersão dos acervos e, em consequência, a perda do conhecimento (RIBEIRO, 2006, p. 01).

Percebe-se então, a partir das colocações expostas pela autora supracitada, uma certa dicotomia, por um lado, investimento para gerar conhecimento, por outro lado, a falta de políticas de preservação, enfatiza-se aqui as políticas públicas e maior conscientização em prol da preservação de memórias do País e da sociedade no geral. Portanto, indicam a necessidade e busca pela informação e por consequência, a urgência

² Do Museu Paranaense, localizado em Curitiba (PR), do Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral – MARquE, em Florianópolis (SC), e do Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre (RS), todos da Região Sul do Brasil.

³ “Sítio arqueológico: É uma zona descontínua e delimitada onde seres humanos viveram, trabalharam ou aí tiveram qualquer atividade, e onde indícios físicos que resultaram dessas atividades podem ser recuperados por arqueólogos”. (FEDER, 1997, p. 42 apud BICHO, 2006, p. 87)

da documentação e aplicação de instrumentos de organização e preservação da informação registrada.

Sob o viés da organização da informação, é necessário organizar a informação e representá-la para que, posteriormente, se consiga recuperá-la (PINHO; NASCIMENTO; MELO, 2015). Dessa forma é fundamental um olhar quanto aos instrumentos que facilitam a representação da informação. Para Moraes e Fava (2000) as representações são instrumentos de ordenação e hierarquização da estrutura social e identificam o grupo ou meio que as produziu ou que as consomem. Assim, é possível afirmar que representar é criar estruturas para posteriormente recuperar a informação de forma eficiente.

As instituições citadas como locais de pesquisa, são referências na região, como locais de construção social, e onde se pode compreender aspectos da formação política, econômica e cultural de uma parte do país.

Segundo Carneiro (2001), os arquivos, bibliotecas e museus em geral, têm contribuído há gerações para se conhecer mais da cultura, da história e até da pré-história dos que viveram e vivem neste pedaço de território brasileiro a que hoje chamamos de Paraná. Já em Santa Catarina, segundo Guimarães (2014), em 1970 com a entrada do acervo de Franklin Cascaes⁴ na Instituição museológica foi fomentado, ainda mais, uma aproximação com as pessoas da região metropolitana de Florianópolis e seu entorno. Então, o Museu além de ferramenta comunicacional, torna-se referência de pesquisa e conhecimento cultural para a cidade. O público, grande parte pertencente a grupos tradicionais, aproxima-se ao se ver retratado nas exposições, com obras que representam os seus universos: seus trabalhos, suas crenças e seu cotidiano (GUIMARÃES, 2014).

No Rio Grande do Sul, outro fator bem característico, por volta de 1910, eram as incursões de naturalistas pelo território rio-grandense, o Museu Júlio de Castilhos era local de passagem obrigatória desses estudiosos, provenientes de diversas regiões do mundo, que tomavam contato com as coleções, apropriando-se de informações especialmente sobre a fauna, a flora e os aspectos mineralógicos locais, essas visitas permitem reafirmar sobre a referida instituição como lugar de referência nos estudos científicos, segundo Possamai (2014).

Detalha-se que as instituições museais apresentadas abrigam várias coleções museológicas, dos mais diversos escopos disciplinares, das ciências da terra, passando

⁴ O pesquisador e artista Franklin Cascaes, tinha suas obras baseadas em pesquisas etnográficas na região onde o Museu está inserido. Após o processo de pesquisa e produção das obras, retornava ao local para expor seus trabalhos. Uma valorização da parceria na pesquisa com a população local.

pelas biológicas, humanas, etc. O estudo em questão pretende abordar a Representação da Informação no acervo etnográfico, os possíveis instrumentos utilizados nas três instituições da Região Sul do País, já mencionadas. Os respectivos acervos abrigam materiais sobre a cultura e modo de vida de povos indígenas dessa região, assim como, de povos de outras regiões, são materiais que possibilitam conhecer/contextualizar parte da história da sociedade brasileira.

Portanto, a pesquisa proposta se pautará na perspectiva da Ciência da Informação (CI), na Organização e Representação do Conhecimento, a este respeito Saracevic (1996, p. 47) discorre que a:

Ciência da Informação focaliza problemas para a pesquisa e a prática profissional, os quais denotam esforços teóricos, experimentais, profissionais ou voltados para ações, sejam elas individuais ou relacionadas entre si, e mencionam as várias disposições como: a) efetividade; b) comunicação humana; c) conhecimento; d) registros do conhecimento; e) informação; f) necessidades de informação; g) usos da informação; h) contexto social; i) contexto institucional.

Nesse sentido, vale destacar a relação do tema deste trabalho com o papel dos museus na atual sociedade da informação, tendo em vista sua parcela de contribuição na construção do homem, como indivíduo social e crítico. Além de tratar de um estudo de caráter interdisciplinar, por abordar diferentes campos científicos, sobretudo da Museologia e da Ciência da Informação, em interconexão e diálogos com a Organização e Representação do Conhecimento.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA E JUSTIFICATIVA

Frente ao exposto, e alguns questionamentos como: existem instrumentos de pesquisa estabelecidos? Como estão constituídos? Quem elabora? Os usuários conseguem recuperar as informações que buscam? Como encontrar essas informações e como são representadas? Há algum critério estabelecido para representação da informação? Há base de dados?

A partir de então, apresenta-se o problema de pesquisa: de que maneira as instituições museológicas da região sul do Brasil representam a informação das coleções de etnologia indígena sob sua salvaguarda ou responsabilidade?

Diante desse contexto, diferentes fatores levaram à motivação para o desenvolvimento desta pesquisa. Além de um interesse particular, para conhecer as raízes

do povo brasileiro, também foi motivação o interesse pela contribuição da Ciência da Informação para com a sociedade, que são explicitados a seguir.

Ainda na graduação, no ano de 2006, quando em estudos sobre a recuperação da informação em discursos narrativos da história de comunidades tradicionais e sua representação cultural por meio do falar para entender o processo histórico-cultural de uma determinada região. Em 2009, como bolsista de um projeto de Iniciação Científica, intitulado Representação das Narrativas Populares da Amazônia Paraense (RESNAPAP), que realiza pesquisa no âmbito das narrativas orais de comunidades tradicionais na Amazônia Paraense.

Nesse sentido, o estudo da Representação da Informação no acervo etnográfico dos Museus da Região Sul, é campo instigante de pesquisas e pode ser contributivo para instituições museais.

Aqui parte-se de um olhar em que a Representação da Informação existe para a utilização por um determinado público, e o acesso à informação como função social de qualquer instituição pública, assim, a forma de representar a informação se torna instrumento fundamental. E considera-se que discutir a representação da informação no acervo etnográfico, é condição para a disseminação do acervo, e o desenvolvimento de pesquisas contemplando o bem comum na sociedade.

Os museus etnográficos, por muito tempo, espelharam o pensamento etnocêntrico predominante, como afirma Van Velthem (2012), enquanto o museu clássico se pensava como produtor de valores e construtor de alteridade, atribuindo ao objeto etnográfico “o papel de ilustrar os costumes de povos longínquos e de ser o meio de demonstrar os estágios de evolução das sociedades humanas” (VELTHEM, 2003, p. 38 apud VELTHEM, 2012).

A consideração dos museus enquanto importantes espaços de atuação na garantia do direito à memória implica um intrincado movimento pelo reconhecimento e pela visibilidade dos patrimônios ameríndios segundo Van Velthem (2017), esse movimento efetiva um diálogo importante nessas instituições, e essa interação envolve tanto os interesses classificatórios e documentais dos técnicos como as políticas afirmativas das sociedades indígenas.

Existem museus, onde a categoria do colecionamento traduz o processo de formação dos “patrimônios etnográficos” (Corrêa, 2006), que estão constituídos por objetos e peças oriundas dos povos indígenas. A participação dos objetos intervém de forma decisiva para a produção e a reprodução social, esses objetos podem representar

importantes mediadores para as relações que são constituídas entre indivíduos e grupos, no seio da coletividade⁵. O recorte das coleções etnográficas se deram a partir de interesse particular por questões dos povos indígenas, e principalmente pelo interesse da autora na cultura para a construção da sociedade, concentrada nas populações indígenas e comunidades tradicionais das regiões, e por vir de um berço amazônico, cercado pela cultura indígena, que são o cerne das coleções etnográficas, tais coleções levantam uma série de questões históricas, políticas e éticas, que estão relacionadas com as circunstâncias nas quais foram formadas e com os significados e o tratamento conferido aos objetos ameríndios, ao serem incorporados aos museus.

A dinâmica da Representação da Informação para o acesso, responde ao papel social da Ciência da Informação na medida em que as pessoas que a desenvolvem são capazes de reconhecer quando uma informação é necessária, e têm a capacidade para localizar, avaliar e utilizar de modo eficaz uma informação (ALA, 1989, tradução nossa).

Uma observação a ser ressaltada sobre essa temática é o número restrito de pesquisas. Inicialmente foi feito um levantamento via portal de periódicos da CAPES, nas bases de dados: *Library, Information Science & amp; Technology Abstracts with Full Text – Lista; Library and Information Science Abstracts – LISA; Scopus; Web of Science* e *Brapi*, referências em pesquisas, tanto de cobertura nacional quanto internacional, obteve-se no total dos resultados 176 trabalhos relacionados com o tema, no entanto, aplicados os critérios de exclusão (I- São trabalhos em desenvolvimentos ou artigos resumidos; II- Apresentam somente uma revisão de literatura como discussão; III- Não estejam em idioma português, inglês e espanhol; IV- Não estavam disponíveis no formato *open access*), apenas 4 artigos têm relação direta com o tema deste trabalho. Sendo assim, espera-se contribuir em discussões da Ciência da Informação, mais especificamente na Organização e Representação do Conhecimento, quanto da Museologia, em diálogos para o entendimento do acervo etnográfico e seus objetos informacionais, assim como os procedimentos relativos a estes.

1.2 OBJETIVOS

Frente ao problema de pesquisa e seu contexto, tem-se como objetivo geral:

⁵ O pesquisador e artista Franklin Cascaes, tinha suas obras baseadas em pesquisas etnográficas na região onde o Museu está inserido. Após o processo de pesquisa e produção das obras, retornava ao local para expor seus trabalhos. Uma valorização da parceria na pesquisa com a população local.

Analisar a representação da informação de acervos etnográficos da região sul do Brasil.

E como **objetivos específicos**:

- a) Evidenciar na literatura a conceituação de representação da informação museológica;
- b) Identificar os critérios de constituição/definição da RI do acervo (etnográfico) de cada instituição;
- c) Analisar os possíveis registros (representação) da informação museológica à luz do referencial teórico.
- d) Conhecer a formação profissional dos responsáveis pela RI nos respectivos museus.

2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E MUSEOLOGIA: EM DIÁLOGOS

O delinear da CI, tem sido permeado por determinadas características e inquietações como a circulação de documentos e sua disseminação de maneira mais exequível. Existe uma preocupação com a relação homem face ao conhecimento, determinado entre quem disponibiliza e quem busca as informações (centrado no ser humano e na sociedade como um todo) (SHERA, 1977). “O armazenamento e recuperação da informação, ou fatos, por mais bem feitos e por mais precisos que sejam os mecanismos para que sejam levados a efeito, não tem nenhum valor, se não são utilizados para o bem da humanidade, e é dessa utilização que o homem não ousa abdicar” (SHERA, 1977, p.11).

Seguindo a mesma lógica de raciocínio, a Ciência da Informação é uma ciência social, pautada no fazer para a sociedade, de acordo com a definição de Wersig e Neveling (1975) quando afirmam que a responsabilidade social da Ciência da Informação é assegurar para que as pessoas que necessitam de conhecimento em seu trabalho/atividade possam recebê-lo, independentemente de ter procurado ou não.

Nisso consiste a importância do fazer da CI, que desempenha papel relevante ao investigar o tratamento dos dados e sua conversão em informações úteis a quem procura.

Toda comunicação se concentra no conteúdo e em um determinado contexto Shera (1971). Para o autor, acontece um fracasso na compreensão do contexto informacional, quando não se procura compreender como o conhecimento é comunicado e qual impacto

ele produz na sociedade. Partindo desse entendimento há necessidade de organizar e representar para disponibilizar a quem necessite da informação.

Nesta perspectiva diálogos são essenciais. Um deles tem sido com a Organização e Representação do Conhecimento, que abrange a organização e representação da informação.

Burke (2003) distingue os dois termos informação e conhecimento, atribuindo as seguintes características para informação: o que é relativamente “cru”, específico e prático. O autor define o conhecimento como aquilo que representa o que foi “cozido”, processado ou sistematizado pelo pensamento. Outro conceito é de Capurro e Hjørland (2003) onde relatam que o conceito de informação está diretamente relacionado ao que se deseja ser respondido, isto é, ao problema ou questão que a informação deve satisfazer. Na visão de Le Coadic (2004) a informação é o elemento que compõe o conhecimento, pode se dizer que a informação é o conhecimento possível de se materializar e de ser registrado em algum suporte.

Desta forma, a informação depende do contexto e das limitações da realidade. Assim, Brascher e Café (2008) concluem que a informação está ligada a visões sobre o conhecimento ao mesmo tempo em que as influencia e modifica. Nesse sentido, a informação é vislumbrada como uma possibilidade de transformar estruturas do conhecimento e, portanto, o conhecimento pode ser visto como algo provisório e em permanente revisão.

Brascher e Café (2008), descrevem também dois tipos distintos de processos de organização, um que se aplica às ocorrências individuais de objetos informacionais - o processo de organização da informação, e outro que se aplica a unidades do pensamento (conceitos) - o processo de organização do conhecimento.

A Organização da Informação compreende, também, a organização de um conjunto de objetos informacionais para arranjá-los sistematicamente em coleções, neste caso, temos a organização da informação em bibliotecas, museus e arquivos. A organização do conhecimento, por sua vez, visa à construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade. Esses dois processos produzem, conseqüentemente, dois tipos distintos de representação: a representação da informação, compreendida como o conjunto de atributos que representa determinado objeto informacional e que é obtido pelos processos de descrição física e de conteúdo, e a representação do conhecimento, que se constitui numa estrutura conceitual que representa

modelos de mundo, os quais, segundo Le Moigne (apud CAMPOS, 2004, p.23), permitem descrever e fornecer explicações sobre os fenômenos que observamos.

Na definição de Smiraglia (2001) a OC é a construção de ferramentas para o armazenamento e recuperação de entidades documentarias; ele ainda destaca que o objeto de estudo é o documento, no caso dos museus o objeto museológico. Já a OI é um processo de classificação e catalogação de acervos realizado por meio da descrição de assunto de seus objetos informacionais.

Na Museologia observa-se que a maior uniformidade com o que se entende como RI na CI é o desenvolvimento da documentação museológica (LE MOS, 2018). Isto porque é por meio deste procedimento técnico da museologia que as informações dos objetos são pesquisadas e descritas. Este processo pode ser a forma de RI mais semelhante com as da CI, Biblioteconomia e Arquivologia desde que guardadas as especificidades de cada uma.

Essa documentação nos museus pode ser vista sob dois vieses: a documentação do objeto e documentação das práticas administrativas segundo Padilha (2014): o primeiro trata da compilação dos dados e do tratamento informacional extraídos de cada objeto adquirido pelo museu, ao mesmo tempo em que a segunda considera toda a documentação produzida pela instituição para legitimar suas práticas desenvolvidas.

- a) Sobre o processo de **documentação do objeto**, destaca-se a seleção, a pesquisa, a interpretação, a organização, o armazenamento, a disseminação e a disponibilização da informação.
- b) Em relação à **documentação das práticas** do museu, evidenciam-se as questões administrativas, organizacionais e de gestão do acervo.

Nesse sentido, identifica-se para ambas as atividades de registro documental a necessidade de **pesquisa interna**, pois ela contribui para que os profissionais do museu compreendam a diversidade de seus objetos, bem como auxilia no reconhecimento e controle de seu acervo.

A relação da RI com a documentação museológica é constatada pelo fato de ser o procedimento que mais se trabalha com a informação nos museus, sendo tanto de caráter extrínseco como intrínseco, segundo Mensch (1992). Para Padilha (2014) essa documentação possui essencialmente o objetivo de organizar e de possibilitar a recuperação da informação contida em seu acervo. Uma vez realizadas essas ações, os objetos e/ou as coleções museológicas se tornam fonte de informação (para curadoria, pesquisa científica, ações culturais e educativas, publicações diversas, entre outras) que

poderá produzir novos conhecimentos. Na visão de Ferrez (1994) a documentação museológica é um conjunto ordenado de informações dos objetos museais, onde ocorre a representação destes pela escrita e por imagens, também sendo um sistema de recuperação de informação para pesquisas e fontes de informação.

Um dos principais objetivos da OI é recuperar objetos informacionais, que são informações registradas nos diversos suportes, e uma outra perspectiva do objetivo da OI é fornecer o acesso ao conhecimento estruturado. Nesse contexto Rowley (2002), destaca que a informação só é valiosa à medida que é estruturada. Se a informação não estiver devidamente organizada, ela pode não chegar ao usuário, tornando-se inútil.

Duas demandas ganham ênfase na atual sociedade da informação, a organização e a recuperação da informação registrada. Todavia, uma problemática persiste, a perda de informação/documento decorrente especialmente da falta de organização (física e intelectual) da informação. A este respeito Martins (1992, p. 25) assevera que “quando os documentos existem e são localizados, carecem de organização que facilite o acesso”, assim, entende-se que, normalmente, quando algo está organizado por extensão seu acesso é facilitado.

Desse modo, a Organização da Informação se estabelece por meio de processos que trabalham com a identificação, coleta e sistematização de informações sobre os documentos, a partir desse processo que se constitui a Representação da Informação. Como meio de fomentar discussões entre a Ciência da Informação e a Museologia, Araújo (2014) pondera a Representação da Informação como um elo entre estas duas áreas. No mesmo contexto o autor considera que, tanto no contexto geral da Ciência da Informação, quanto no contexto específico da Museologia, é por meio da RI que se concebe a possibilidade de recuperação e o acesso das informações, contribuindo para a comunicação do objeto/documento com o usuário.

Para que esse objeto/documento ocupe um papel significativo no espaço museal, passa por diversos processos para se tornar, parte de um acervo ou coleção. Na visão de Ceravolo e Tálamo (2000) com o passar dos anos, a documentação assume um estatuto significativo no interior dos museus, quer como suporte para as atividades administrativas, quer como elemento de apoio para a pesquisa científica neles desenvolvidas.

Um consenso que se tem no museu, é que as coleções são o seu ‘coração’ (Pearce 1986), foco principal de suas atividades, e ponto nevrálgico para a documentação, mesmo com as mudanças ocorridas no conceito de “museu” e de “objeto museológico” (Menchs

1989). Porém, a organização e recuperação envolvem: existência de políticas da organização, procedimentos de categorização, classificação, indexação, instrumentos de representação etc., todos permeados por aspectos socioeconômico, político e cultural. Souza (2017) confirma essa ideia ressaltando que o comprometimento em descrever um registro do conhecimento relacionando-o como o contexto social, e políticas internas da unidade de informação, no qual a sua mensagem irá circular é uma preocupação recorrente entre os profissionais que organizam a informação.

Especificamente na questão da organização da informação, segundo Bräscher e Café (2008), esta é um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. Nesse processo descritivo existe um produto que é a representação da informação (RI), entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico.

Esse produto se torna fundamental para a recuperação e o acesso à informação. Aspectos como época, lugar, método, cultura, disciplina, teoria são capazes de esboçar a lente utilizada pelo autor do documento para materializar aquela informação (GNOLI, 2012).

A representação da informação é essencial para o uso eficiente da informação. Para Dodebei (2002, p. 28) a representação é formada por objetos e propriedades; os objetos são “coisas que queremos representar”, e as propriedades são “as características dessas coisas”. Na visão de Moraes e Arcello (2000) as representações são instrumentos de ordenação e hierarquização da estrutura social, e identificam o grupo ou meio que as produziu ou que as consome. Assim, é possível afirmar que a representação cria estruturas para recuperar a informação de forma eficiente.

Nesse contexto, o meio social e cultural são fundamentais para as representações, é possível perceber que elas também ecoam épocas históricas, ideologias e culturas e, embora estejam próximas da realidade, podem ter olhares múltiplos. A representação não deve alterar o objeto representado, no entanto, isto torna-se impossível na medida em que a representação é uma "leitura" do objeto (MORAES; ARCELLO, 2000).

É ponto comum que um dos fatores essenciais para a recuperação e acesso à informação é sua organização e representação. O objetivo do processo de organização da informação é possibilitar e facilitar o acesso à informação, que, por sua vez, tem a competência e a intenção de produzir conhecimento (BARRETO, 2002). Embora a recuperação da informação exista como processo desde a Antiguidade, seu marco moderno é caracterizado pela necessidade de armazenar e favorecer o acesso rápido e

preciso à grande massa de documentos, cujo crescimento exponencial vinha acontecendo desde o século XVII (BETTENCOURT, 2014).

A Representação da Informação explicita os dados necessários para identificação dos produtores (autores), do contexto de produção (local, data), bem como de forma sucinta, menciona os conteúdos informacionais presentes no objeto (GALVAO, 2003), cabe lembrar que a representação também engloba aspectos da descrição do suporte físico, da materialidade da informação.

Por materialização da informação dentro dos museus, de acordo com Desvallées e Mairesse (2013, p. 58) entende-se “o conjunto de atividades do museu: um trabalho de preservação (seleção, aquisição, gestão, conservação), de pesquisa (e, portanto, de catalogação) e de comunicação (por meio de exposição, das publicações, etc.)”.

Dessa forma, o objeto informacional, ou objeto documental musealizado inscreve-se no cerne da atividade científica do museu. Para melhor entender esse processo, Ferrez (1994), trazem o conceito de documentação museológica:

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento (FERREZ, 1994 p. 65).

Assim, percebe-se que a instituição tem a necessidade de se instrumentalizar com políticas de preservação e acesso de seus acervos documentais (de diferentes cronologias e contextos). E as políticas de preservação são importantes para que se mantenha o processo de produção do conhecimento, permitindo que se possa recorrer diante de quaisquer instâncias temporais onde haja referências documentais (MARTINS, 1992).

No que tange aos museus, podemos destacar que estes são abordados como instituições-memórias que têm o papel ímpar na sociedade moderna como disseminadores de informação. Em determinados museus, a categoria do colecionamento traduz o processo de formação dos “patrimônios etnográficos” (Corrêa, 2006) que são compostos por objetos e registros de comunidades indígenas e que mostram a relação entre o público e as produções científicas produzidas por acadêmicos, nas mais diversas esferas, além de cumprirem um grande papel de preservar a memória científica produzida tanto por pessoas, quanto por grupos ou a sociedade em geral (MARTINS, 1992).

Partindo desta premissa, os estudos de Fragoso (2009) apontam que as instituições-memórias têm como objetivos principais e que se distinguem de outras instituições, a guarda e preservação da memória. Além disso, acredita-se que o surgimento deste termo partiu da concepção de patrimônio, principalmente tendo como marco histórico o século XVIII, com a Revolução Francesa, o qual a sociedade daquele período teve prejuízo contra o seu patrimônio cultural, permitindo-se estabelecer a necessidade de preservação. Sendo assim, de acordo com Fragoso (2009, p. 69) entende que:

As instituições-memórias são vistas como órgãos públicos ou privados, instituído social, cultural e politicamente, com o fim de preservar a memória, seja de um indivíduo, de um segmento social, de uma sociedade ou de uma nação; que tem funções de socialização, aprendizagem e comunicação, e disponibiliza informação patrimonial como fonte de pesquisa na formação de identidades, na construção da história e na produção de trabalhos científicos.

Assim, vários estudos como de Soto (2009), Pinto (2012), Loureiro (1996), Loureiro (1998), Ceravolo; Tálamo (2007) contemplam e mostram a relevância que os museus possuem para a sociedade, já que contribuem diretamente e de forma significativa enquanto instituição voltada à função social:

Pois eles são patrimônio e estão servindo a um propósito específico, explícito ou não e através dele, seja em sua forma material ou imaterial, os Homens constroem relações com os demais membros de sua cultura, com outras culturas ou com as gerações que os antecederam, desta forma desenvolvendo suas identidades (SOTO, 2009, p. 23).

O autor supracitado complementa que podemos então verificar os “museus, como patrimônio que são, também têm a sua razão de ser e de existir e, por assim ser, são pensados para atingir a determinados objetivos, estabelecendo a partir daí sua função social, seu espaço de ação na sociedade” (SOTO, 2009, p. 23). E, temos também a percepção de Loureiro (1996, p. 102), o qual discorre que o museu é como:

Uma das instâncias de representação da memória social [e] é espaço para o desenvolvimento de estudos e ações relacionadas à informação. A informação gerada no interior desses espaços e divulgada em suas exposições pode ser relacionada a questões de processamento e documentação. [...] É importante ressaltar o caráter institucional no qual se encontram inseridos a maioria dos museus.

Nesse sentido, das múltiplas funcionalidades do museu, é mencionada a questão da função documental institucional, onde a existência de um acervo pressupõe que contém informações sobre ele, para que se possa garantir a democratização da experiência e do conhecimento humano e da fruição diferencial de bens (MENESES, 1994, p. 12).

É possível perceber o papel social que o museu cumpre como um espaço de referência da identidade cultural e do autorreconhecimento dos cidadãos em sua comunidade (TOJAL, 2013). Por esse ângulo, o Conselho Internacional de museus (INTERNACIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 2016)⁶ traz a definição de museu como:

“A instituição permanente sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento aberto ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite”.

Uma das principais formas de comunicar/informar nos museus é por meio de exposições, sendo uma das práticas mais antigas de disseminação da informação, e a apresentação dos objetos museológicos são formas de comunicação entre o museu e a sociedade. Da entrada do objeto museológico até a sua exposição existem processos de organização da informação. Nesse sentido, na visão de Castro (1999, p. 25) para começar a delinear a informação museológica é necessário distinguir suas propriedades a fim de que sua mensagem seja decomposta e compreendida.

Dos processos de organização da informação nos museus, o museólogo⁷ faz o intermédio entre o objeto e o homem, sendo assim, o principal mediador da informação presente no objeto museológico. O referido profissional mostra possibilidades de uma visão além do objeto em si, trazendo realidades culturais, históricas para o presente por meio da informação museológica contida no objeto. A atuação do profissional em museus pode ser caracterizada por essa mediação da relação entre o homem e o objeto. Na visão

⁶ Sobre a definição do ICOM para museus, existe uma proposta de um novo conceito com previsão de votação em 2022 que é a seguinte: “Os Museus são espaços democratizantes, inclusivos e polifônicos, orientados para o diálogo crítico sobre os passados e os futuros. Reconhecendo e lidando com os conflitos e desafios do presente, detêm, em nome da sociedade, a custódia de artefatos e espécimes, por ela preservam memórias diversas para as gerações futuras, garantindo a igualdade de direitos e de acesso ao patrimônio a todas as pessoas. Os museus não têm fins lucrativos. São participativos e transparentes; trabalham em parceria ativa com e para comunidades diversas na recolha, conservação, investigação, interpretação, exposição e aprofundamento dos vários entendimentos do mundo, com o objetivo de contribuir para a dignidade humana e para a justiça social, a equidade mundial e o bem-estar planetário.”

⁷ A Lei 7.287/84. Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7287.htm

de Russio (1984, p. 60), “[...] uma relação profunda entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, testemunho da realidade. Uma realidade da qual o homem também participa e sobre a qual ele tem o poder de agir, de exercer a sua ação modificadora”.

Sobre entender as relações, Chagas (1996, p.119) cita que, “[...], para os quais o importante não é somente o objeto, e sim a interpretação das relações entre o homem/sujeito e o objeto/bem cultural”. Assim como as formas de se relacionar exigem mais do profissional, Almeida (2009) constata que estamos vivendo em um novo mundo, que tem formado uma nova sociedade mais exigente, imediatista, comunicativa e que necessita trocar informações constantemente.

É fundamental que os profissionais de museus estejam atentos às transformações sociais decorrentes dos avanços tecnológicos e da globalização, afim de que, possam identificar as novas necessidades da sociedade da informação/conhecimento, para atrair o público a esses espaços. É a interação entre indivíduo e a informação veiculada nos museus que move esses espaços e, por isso, é fundamental que se reconheçam as necessidades desse “novo” público da sociedade da informação/conhecimento, a fim de se identificar mecanismos tecnológicos e informacionais que possam ser utilizados para incentivar o processo comunicacional entre o público e o museu (GUIMARAES, 2014). “As coleções de museus tornaram-se então importantes aliadas nos esforços acadêmicos de traçar o desenvolvimento de ideias estéticas e das formas artísticas através do tempo, de modo a serem apreciadas sob uma perspectiva histórica” (PRICE e PRICE, 1980, p. 08).

2.1 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO: ACESSO

A informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável (MCGARRY, 1999, p. 11). O tratamento da informação, possibilita sua socialização assim como, o acesso ao saber e a possibilidade de comunicação. Segundo o mesmo autor a informação necessita de um veículo para comunicar. Esse veículo deve possuir um atributo essencial para que possa ser compreendido pelo receptor e pode ser dividido em três classes: sinais, signos e símbolos (MCGARRY, 1999). Além desses, outro veículo de comunicação e transmissão de informação citado pelo mesmo autor é a linguagem descrita como o veículo fundamental da comunicação humana. Segundo ele, é mais fácil identificar o que uma linguagem faz, que defini-la; é sempre um desafio representar a informação de forma correta e adequada.

Pensar na disseminação da informação, associada às formas de comunicação, demanda também refletir acerca das instituições museológicas, espaços de memória e cultura, que contribuem para disseminar o conhecimento que contêm nesses espaços. A disponibilidade da informação não representa possibilidade de acesso ou condição única de uso. O canal de transferência desta informação deve ser confiável e a estrutura, onde a informação está disponível, não deve ser limitada por barreiras de caráter econômico, social ou psicológico. Para atender às novas exigências e necessidades dessa sociedade da informação/conhecimento que se apresenta, é preciso pensar na lógica dessas instituições que são públicas e que veiculam tacitamente informações de cunho histórico, político, científico, social e cultural (PADILHA; CAFÉ; SILVA, 2014).

Tendo em vista a consumação do processo informacional entre o museu e seus usuários/públicos (dado pelo acesso e o uso de informações registradas), são fundamentais a implantação de programas que garantam o fluxo da informação e da existência de políticas públicas e de investimento nesta atividade. Uma questão importante num sistema de comunicação e informação é o conceito de relevância. Para Saracevic (1975, p.322), “podemos considerar relevância como uma medida da efetividade do contato entre uma fonte e seu destinatário num processo de comunicação”. A relevância “é a medida das mudanças no receptor, e traduz ainda a utilidade da informação, a sua expansão.”

Esse conceito aponta para aspectos da transferência da informação de uma exposição em um museu para o público: a possibilidade de que só seja transferida para o público aquela informação que seja relevante. Ou melhor, a informação no museu deveria ser relevante para o público. Considerando a relevância na perspectiva do público, o museu deveria ter seus próprios meios de aferição.

A devida relevância aos aspectos semânticos no processamento técnico do objeto musealizado é que vai garantir que a informação, no âmbito do museu, possa assumir o papel de elemento estrutural capaz de dar acesso à possibilidade de construção e interpretação da realidade social. Este papel é destacado por Maroevic (2000, p. 7), como o de excelência por parte do profissional de museu, “a quem se deve a investigação do significado do objeto, em ou para um determinado contexto social”. Conhecer bem os critérios para utilização dos instrumentos de representação da informação de cada unidade de informação se faz necessário para elaborar representar a informação que mais possam se adequar a cada necessidade, e que represente o contexto de determinado objeto.

2.2 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM MUSEUS

De que forma trabalhar a recuperação da informação num museu é uma questão que pretende-se discutir aliando os conhecimentos da Ciência da Informação e da Museologia. De acordo com Maroevic (2000, p. 5):

“A Museologia ao longo dos anos tornou-se uma disciplina inteira à parte. Ela tem sua própria história, sua própria teoria e sua própria prática que lhe valem o estatuto de ciência contemporânea no interior das ciências da informação e das ciências sociais. Dessa forma, a Museologia está estreitamente ligada às disciplinas fundamentais de pesquisa das quais ela se serve para compreender a linguagem dos objetos”.

Uma das disciplinas que teve grande domínio sobre a Museologia foi a Documentação⁸ de Otlet (1934), para tanto, o autor foi precursor em identificar o objeto como documento por esse último possuir carga informacional. Para o mesmo autor os objetos podem se dividir em 5 grupos:

- I) objetos naturais (plantas, minerais e animais);
- II) objetos artificiais (criados pelo homem para suprir alguma necessidade);
- III) objetos com traços humanos (aqueles que têm alguma interpretação ou significado);
- IV) objetos demonstrativos (os que são feitos para representar algo); e
- V) objetos de arte (OTLET, 1934, p. 337).

Visto isso, é necessário se atentar para a organização e representação das informações que estão presentes nos documentos/objetos de museu. Partindo de um olhar em que a representação da informação no museu trata de uma forma um tanto particular cada objeto, diferentemente da biblioteca, no qual o contexto da RI já está mais consolidado, com instrumentos pré-estabelecidos para cada processo.

Observa-se que com o passar do tempo os estudos sobre a informação e impulsionados cada vez mais pelas ideias de Otlet, ganham destaque pela continuação de trabalhos com a documentação. Um desses é de Briet (1951) que aprofunda os estudos documentalistas com outros suportes informacionais, tais como fotos, a microfilmagem, etc. Continua ainda que, a materialidade é fundamental para o documento, e que, no caso

⁸ O surgimento desta proposta de organização mundial do conhecimento registrado, que foi concebida e apresentada pelos advogados e bibliógrafos belgas, Paul Otlet e Henri La Fontaine. Denominada posteriormente de Documentação, foi apresentada em 1895 e defendida pessoalmente por Paul Otlet até a década de 1940 em inúmeros fóruns internacionais voltados ao avanço das ciências, do progresso das nações e da paz mundial (FONTOURA, 2012, p. 27)

dos museus, o documento é constituído pelo objeto e aquilo que se produz a partir dele. Consequentemente, o objeto museal, além de ser suporte informacional, necessita ser analisado para que as informações sejam coletadas, processadas e futuramente acessadas. Todo esse trabalho pode ser realizado pelos processos museológicos desenvolvidos pelos museus, como documentação museológica, exposições, restauros, entre outros.

Aprofundando essas discussões, Buckland (1991) assegura que o processo de documentalidade começa pela materialidade e que apenas objetos físicos podem ser documentos. No entanto, para este autor, o objeto museal só se torna documento quando tratado como evidência de algo. Além disso, deve haver uma atitude fenomenológica onde o objeto seja percebido como documento. Assim, segundo a perspectiva de Buckland, na Museologia, nada nasce para ser documento, mas existe um processo para que algo se torne um. Por outro ponto de vista, o decreto 3551/2000⁹ mostra que o patrimônio de natureza imaterial são patrimônio cultural brasileiro, e podem ser vistos tanto em objetos físicos como a partir saberes, formas de expressões, entre outros.

A relação com a documentalidade é possível, pois esta trabalha com as características informacionais dos documentos, onde existe a descrição das informações e estas são organizadas, logo todo este processo se caracteriza como RI.

No entanto, para que a RI em museus aconteça de forma efetiva, Cerávolo e Tálamo (2007) asseveram que é necessário a documentação em museus a partir de um processamento de informação. Esse processamento se dá por um fluxo de informações definido por dois processos paralelos, um que irá tratar o objeto como suporte e outro organizar as informações que lhe dizem respeito. Todavia, o caso dos museus é diferente de arquivos e bibliotecas, pois muitas vezes o suporte não se distancia da informação. Assim, as autoras mostram que para resolver esse problema é necessário definir uma matriz da informação, onde constarão características físicas e de conteúdo dos objetos. Essa fonte auxilia na forma de representação da informação dos objetos, muitas vezes ajudando na criação dos campos de preenchimento das fichas de documentação museológica. Na mesma linha de raciocínio, definem uma matriz de informação para os objetos museais. Torna-se evidente ao afirmarem que é necessário constar em fichas de documentação informações físicas, as quais se podem afirmar também como informações intrínsecas e de conteúdo informações extrínsecas (CERÁVOLO; TÁLAMO, 2007).

⁹ O Decreto 3551, de 04 de agosto de 2000: Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

Para Mensch (1992) as informações intrínsecas são relacionadas ao conteúdo do próprio objeto, como forma, cor, material de composição, entre outros. Já as informações extrínsecas dizem respeito à história do objeto, seu contexto de criação, sua utilização, sua trajetória de existência. Ainda de acordo com o autor, o objeto de museu se diferencia de qualquer outro objeto, pois eles são retirados do seu contexto primário e são colocados como um documento da realidade seja ela do passado ou do presente. O autor ainda complementa que, o objeto de museu não é apenas um objeto qualquer, afinal, ele foi coletado, classificado, documentado e conservado, servindo como uma fonte informacional.

3 MUSEUS E COLEÇÕES ETNOGRÁFICAS

Partindo dos referenciais propostos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco em seu documento de 2015, percebe-se a importância dada à função social dos museus, em especial, ao “desempenhar um importante papel no desenvolvimento de laços sociais e de coesão social, na construção da cidadania e na reflexão sobre as identidades coletivas.” (Unesco, 2015, parágrafo 17).

No Brasil, na segunda metade do século XIX aconteciam exposições nacionais, onde eram realizadas por meio dos governos provinciais a mostra de seus produtos e particularidades. Para Barbuy (2011, p. 256) as exposições eram “como elemento integrante dos processos de internacionalização que se intensificaram na segunda metade do século XIX”, a partir de então houve um crescente número de exposições desse tipo, de forma que as mais variadas maneiras e dimensões de exposição baseados em uma linguagem educativa para exibir objetos de forma organizada.

Cada província organizava comissões para reunir os produtos que iriam para a Exposição Nacional, e que poderiam possivelmente ser escolhidos para integrar as Exposições ditas Universais. Houve então a necessidade de se guardar os produtos devolvidos das Exposições Nacionais e Internacionais realizadas no Rio de Janeiro, na Europa e Estados Unidos (TREVISAN,1976).

Movimentos estes que influenciaram também na criação dos primeiros museus no Brasil, como o Museu Nacional (1818), no Rio de Janeiro/RJ, Museu Paraense Emilio Goeldi (1871), em Belém/PA e o Museu Paranaense (1876), localizado em Curitiba/PR, entre outros que vieram depois. Estes são citados como percussores no campo museológico no Brasil, o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, o Museu Paulista, em São

Paulo, e o Museu Goeldi, no Pará, que abrigaram as primeiras pesquisas científicas sobre as sociedades indígenas no Brasil, recebendo e respaldando pesquisadores estrangeiros, promovendo expedições de pesquisa, incorporando as coleções de artefatos recolhidas, junto a estes povos, por pesquisadores estrangeiros e nacionais e publicando os primeiros trabalhos e monografias etnográfica (GRUPIONI, 2008).

Para Velthem, Kukawa e Joanny (2017) a constituição de acervos e coleções etnográficas, está composta por objetos que foram criados ou utilizados por povos indígenas. Essas coleções levantam uma série de questões históricas, políticas e éticas, que estão relacionadas com as circunstâncias nas quais foram formadas e com os significados e o tratamento conferido aos objetos ameríndios, ao serem incorporados aos museus (Price, 2010). Dessa forma, um aspecto significativo nesse processo de formação de museus e centros culturais diretamente conectados aos povos indígenas, tornou-se possível o estabelecimento de importantes espaços de autodeterminação e de valorização de seus patrimônios culturais (VELTHEM; KUKAWA; JOANNY, 2017), esses locais apresentam “regimes de memória específicos e remetem a uma profunda relação entre a construção de representações sobre si e as formas de organização e mobilização das populações ameríndias” (GOMES, 2012, p. 12).

Do ponto de vista histórico, a valorização desses espaços pode ser vista desde 1958, em que o etnólogo Claude Lévi-Strauss, já evidenciava a relevância dos museus etnográficos e de antropologia como espaços singulares e privilegiados tanto para a pesquisa antropológica, como também lugar de sensibilização e de treinamento de futuros etnólogos. Lévi-Strauss (1958, p. 25) “configurava esses espaços no contexto de uma pedagogia de laboratório, voltados não somente para a coleta e acondicionamento de material etnográfico, mas, sobretudo, como um espaço de estudos sistemáticos de sociedades tradicionais”.

Neste contexto, é fundamental a comunicação para entender o que perpassa essas configurações, sendo assim, Athias (2015) assegura que o estudo dos museus, objetos e coleções, cada vez mais, tem expressado a necessidade de um diálogo interdisciplinar, sobretudo com as questões referentes ao patrimônio cultural (material e imaterial). Nesse sentido, a cultura assume uma dimensão especial e central na compreensão das diversas linguagens que os indivíduos e grupos sociais desenvolvem na atualidade, exigindo um entendimento sobre o material e objetos etnográficos. Considerando sob uma perspectiva de valorização, nos museus e centros culturais, acontecem ações concretas voltadas para

o registro, a documentação, a classificação, a conservação e a guarda de expressões materiais e imateriais (RIBEIRO; VELTHEM, 1998).

No tocante a organização de acervos e coleções, Ribeiro e Velthem (1998) afirmam que o fato de determinadas coleções serem mal documentadas não devem, contudo, constituir um obstáculo ao seu estudo, ainda assim configuram como locais que permitem a reafirmação contínua de identidades e de memórias diferenciadas, face a população não indígena. No século XIX, diversos objetos de procedência indígena constituíam, o fruto da coleta de pesquisadores e também de militares, missionários, seringalistas, comerciantes, agentes governamentais (VELTHEM, BENCHIMOL, 2018). Este colecionamento era condicionado e influenciado pelas estruturas predominantes nos contextos sociais em que se exerciam (VELTHEM, 2012).

Deve ser ressaltado que uma coleção etnográfica constitui sempre o resultado direto de uma coleta, a qual é regida por vários desígnios e princípios que conferem sentidos de classificação, ordenação e de permanência (LOPES, 2010). O colecionismo do final do século XIX buscava evitar a perda de informações sobre as culturas dos povos indígenas, pois na época eram compreendidos como fadados à extinção. Essa coleta intensiva reproduzia em sua dinâmica tanto a história do contato entre índios e brancos, como a história da ciência antropológica e, em parte, a história do gosto estético vigente (RIBEIRO; VELTHEM, 1992)

Para os povos indígenas, segundo Velthem, Kukawa e Joay (2017):

Na medida em que o papel político desempenhado pelos museus etnográficos na atualidade é constituído pela possibilidade de conferir representatividade aos povos indígenas e às populações tradicionais, o que pode ser conseguido também por meio dos sentidos, entre os quais o de pertencimento, que impregnam suas coleções. Portanto, quanto mais forte e consistente é a significação atribuída aos acervos, maior é a capacidade de identificação dessas sociedades com o patrimônio musealizado.

O fomento a esses contextos de valorização e de acessibilidade dos acervos musealizados, permite gerar a formulação de espaços simbólicos de reconhecimento e de protagonismo político (Velthem, Kukawa e Joay, 2017), isso amplia discussões de apropriação dos seus patrimônios musealizados para fins políticos de autodeterminação.

As terras indígenas como um dos principais espaços de reconhecimento dos povos indígenas, tem sido palco de discussões, e mais especificamente no Brasil, desde a campanha eleitoral para a presidência da república em 2018, segundo Le Tourneau (2019) os ataques direcionados a terras indígenas multiplicaram-se num contexto geral de

aumento das infrações às leis ambientais e do desmatamento. Com o atual governo, se intensificaram os conflitos nas terras indígenas, que violam os direitos de proteção dos povos tradicionais, ataques que vem acontecendo desde 2019 às terras Yanomami, no Estado de Roraima. Em junho de 2020, dois indígenas Yanomami foram assassinados na região do Parima por grupo de garimpeiros armados¹⁰. Em maio e junho de 2021 aconteceram novos ataques na terra indígena, nesta última, os indígenas retornavam de uma caçada, quando foram recebidos a tiros pelos garimpeiros às margens do rio Uraricoera e precisaram mergulhar na água para fugir do ataque. Esta escalada de conflitos se deu em meio a pandemia do novo Corona Vírus que atinge duramente os povos Yanomami e Ye'kuana e há um aumento nos índices de malária, fatores que encontram na presença do garimpo um forte vetor de disseminação. Segundo uma reportagem publicada em junho de 2020 pelo Imazon¹¹ a terra indígena (TI) Yanonami a Área de proteção (APA) do Tapajós configura como uma das que mais estão pressionadas, com mais ocorrências de desmatamento, ataques aos povos, e se localiza em um dos epicentros de desmatamento da Amazônia, no sudoeste do estado do Pará.

Figura 1 - Gráfico das 10 (dez) áreas protegidas mais pressionadas.



Fonte: Imazon, 2020.

¹⁰ Este foi o segundo ataque às terras Yanonami, somente no ano de 2020, e mesmo com denuncia e pedido de proteção aos indígenas, a atividade de garimpeiros ilegais continuaram, o Conselho Indigenista Missionário citou em uma nota a manifestação do presidente da república: “tem manifestado abertamente em diversas ocasiões seu apoio e incentivo à atividade ilegal do garimpo dentro das terras indígenas”.

¹¹ O Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) é uma instituição brasileira de pesquisa que tem como missão promover conservação e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Somos uma organização dedicada à pesquisa e busca por soluções para os problemas de uso e conservação dos recursos naturais da Amazônia.

Nesse sentido, vale ressaltar que a proteção das Terras Indígenas (TI), seja por meio de demarcação e implementação de ações de gestão ambiental, seja por meio de ações de monitoramento e controle, são essenciais para fortalecimento tanto da política indigenista como para a conservação do patrimônio natural e ambiental da Amazônia e do País. Abordar a temática indígena, é retornar a uma complexa discussão sobre garantia de direitos e problemas relacionados à manutenção dos lugares tradicionalmente ocupados e as especificidades culturais adotadas pelos povos indígenas.

Sendo assim, é possível vislumbrar a importância dos museus para a manutenção identitária de povos indígenas, como também para outras demandas como a conservação dessas áreas de TI, e de povos tradicionais ameaçados de extinção. Pois existe nesse contexto disputas cotidianas por espaço e demais elementos que provam a etnicidade de povos indígenas. Aqui reforça-se a reflexão sobre o papel dos museus/coleções etnográficas como espaços de diálogos, reflexões e ações em prol do reconhecimento e empoderamento dos povos indígenas, tal como afirma Duarte (2013, p. 113), quando argumenta que “[...] o museu pode ser agente de mudança social, de regeneração e de empoderamentos das populações, na medida em que se torne mais consciente da comunidade que o rodeia e se torne um efetivo espaço de congregação para essa comunidade”.

Promover diálogos sobre objetos etnográficos e cocriação da exposição no meio de um contexto social de conflitos interétnicos, é uma possibilidade de cada povo indígena ser ouvido, ser apoiado nas suas lutas e respeitado nos seus direitos, traz a compreensão que o trabalho no museu, a exposição, a curadoria, além de constituírem processos de geração de conhecimentos, são também, como afirma Aimes (1991 apud Duarte, 1998), atos políticos. Para Mairesse, et. al. (2010) a função social do museu precisa focar em temáticas históricas, que façam sentido para suas respectivas populações. Portanto, cabe a reflexão a respeito de até que ponto o Estado Brasileiro está comprometido com a preservação de cada povo indígena. É essencial identificar como estabelecer diálogo entre os interesses dos estados nacionais e aqueles dos povos indígenas. A apropriação do conceito de museu (pelos indígenas) estabelece novas dinâmicas socioculturais e o fortalecimento de processos culturais (LOPEZ, 2017).

No Brasil a concentração de museus é maior na região sudeste e sul do país. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM¹²), o Paraná tem 308 museus, os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tem respectivamente 269 e 477 museus, com suas diversas tipologias, público, privado e com temáticas mais diversificadas. Para conhecer as unidades aqui pesquisadas, aborda-se a seguir um breve histórico de cada uma.

3.1 MUSEU PARANAENSE E SEU ACERVO

No Paraná, o desembargador Agostinho Ermelino de Leão e o médico José Cândido da Silva Murici participaram de comissões provinciais. Em 1874, eles apresentaram ao presidente da província, Frederico José Cardoso de Araújo Abranches, a proposta de criação de um museu (PEREIRA, 1996).

Como na maioria de grandes museus brasileiros, a formação dos acervos acontecia com peças por meio de doações do público, além de outras opções de aquisição, como “permutas com outras instituições ou [...] provenientes de pesquisas de campo/escavações realizadas por seus especialistas” (PEREIRA, 1996, p. 43). Assim também se constitui o início do acervo do Museu Paranaense.

Com o passar dos anos foi constituído um conselho consultivo (formado por várias divisões do Museu) para a aquisição de peças (SILVEIRA, 2011). E alguns fatores são essenciais para a aquisição, como a importância no que diz respeito ao valor histórico, artístico ou documental e ainda quanto à sua origem, dimensões e procedências. Para que seja adicionado ao acervo do museu o objeto precisa ser registrado no livro-tombo específico (PARANÁ, 1983). Por um longo período, o acervo do Museu Paranaense foi sendo formado especialmente com doações feitas por particulares.

Atualmente o Museu conta com um acervo de aproximadamente 400 mil itens, entre objetos de uso pessoal, mobiliário, armas, uniformes, indumentárias, documentos, mapas, fotos, filmes, discos, máquinas, equipamentos de diversas espécies, moedas, medalhas, porcelanas, pinturas em diversas técnicas e esculturas, além de grande acervo arqueológico (lítico, cerâmico e biológico), antropológico (cestaria, plumária, armas,

¹² Região Norte 182, região Nordeste 847, Centro oeste 287, 1527 na região Sudeste, Região Sul concentra 1054 museus.

adornos e cerâmicas indígenas), retratos a óleo da antiga Pinacoteca do Estado (MUSEU PARANAENSE, 2019)¹³.

Então, o acervo, de acordo com seus setores técnicos, está assim constituído: Setor de Antropologia, Setor de Arqueologia e Setor de História. Além destes, ainda abriga a biblioteca Romário Martins que é a responsável pela guarda e manutenção de aproximadamente 10 mil exemplares, entre livros e periódicos, além de grande coleção de obras raras sobre a história do Paraná e das áreas de atuação do Museu Paranaense (MUSEU PARANAENSE, 2019).

No setor de Antropologia realizam estudos sobre a História da Antropologia, Etnologia Indígena, Cultura Popular e Afro-brasileira. Atualmente o setor está voltado para a pesquisa sobre a identidade paranaense, nos aspectos relacionados à cultura popular, etnologia indígena e cultura afro-brasileira (RANKEL, 2018). O setor de Antropologia conta com o acervo de 2.500 peças. Os resultados destes estudos subsidiam a produção de artigos especializados e têm sido tema de exposições, seminários de pesquisas e publicação de artigos científicos (MUSEU PARANAENSE, 2019)¹⁴.

Já o Setor de Arqueologia é responsável por um acervo de cerca 270 mil peças, na maioria cerâmicas e artefatos líticos, além 13 mil ossos humanos, dentre eles vestígios de sambaquis do litoral paranaense, recuperados entre 1960 e 1975, outros materiais conchíferos, paleontológicos e orgânicos provenientes do território paranaense. Atualmente o setor realiza pesquisas buscando a reconstrução da pré-história paranaense e o mapeamento do patrimônio arqueológico do Paraná (MUSEU PARANAENSE, 2019)¹⁵. Segundo Morales (2014) o Museu Paranaense possui dois dos seis acervos arqueológicos atualmente tombados pelo Patrimônio Histórico Brasileiro: o do próprio Museu Paranaense e o do antigo Museu David Carneiro, incorporado pelo Museu Paranaense.

E o Setor de História, que desenvolve pesquisas, assessoria técnica, atendimento à educação formal e informal e montagem de exposições, visando à valorização e a difusão da História do Paraná. O acervo sob a responsabilidade do setor histórico é o mais

¹³ Museu Paranaense. **A importância do acervo**, 2019. Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=48>

¹⁴ Museu Paranaense. **Antropologia**, 2019. Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>

¹⁵ Museu Paranaense. **Arqueologia**, 2019. Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=31>

variado, inclusive muitos manuscritos, fotografias, móveis, armas, uniformes, vestuário e acessórios, quadros, esculturas, ferramentas, porcelana, objetos de uso cotidiano, além de extensa coleção de moedas e medalhas. É o responsável pela maior parte do acervo David Carneiro e Banestado (CARNEIRO, 2013).

Um dos grandes feitos pelo Museu foi no período entre 1902-1928, com a direção de Romário Martins, que procurou transformar a instituição em uma vitrine do ideário paranista (MENDONÇA, 2017)¹⁶. Desta forma, lançou-se ao seu principal projeto, dar um caráter científico à instituição, a partir do estudo, classificação e exposição sistemática das coleções do acervo de botânica, mineralogia, zoologia, história, arqueologia e antropologia, trazendo para a instituição especialistas nacionais e estrangeiros (CARNEIRO, 2013 p.76).

Cada etiqueta de um objeto exposto, vai ser uma notícia, rápida, mas essencial, capaz de dar ao observador a noção inteira do valor da amostra e da sua procedência, utilidade etc.; em si se tratar de matéria prima industrial o seu emprego, valor comercial, qualidade, quantidade, origem e todas as mais informações que forem necessárias a quem quiser cuidar do seu aproveitamento.

Durante a sua gestão, a história regional e nacional mereceu especial atenção. Expostos em vitrines apropriadas o acervo histórico compunha-se de objetos de indumentária militar, armaria, varas de ouvidores e juizes, relógios, medalhas e moedas. Também foram incentivadas doações de particulares, as quais mereciam notícia detalhada no Jornal “A República”, onde o próprio Romário Martins era o editor chefe (MARTINS,1906).

A arqueologia e etnologia continuaram tendo um papel relevante na instituição segundo Helm (1997), devido ao grande interesse que Romário Martins dedicava aos povos indígenas, enquanto os primeiros habitantes do Paraná.

No século XIX, o Museu Paranaense exibiu suas coleções etnográficas na Exposição Antropológica Brasileira, realizada em 1882 no Museu Nacional. Acompanharam os objetos indígenas um catálogo explicativo e a publicação dos trabalhos linguísticos e etnográficos de Telêmaco Borba e Frei Luiz de Cemitille, sobre os índios Guarani e Kaingang do Paraná.

Dentro desta perspectiva, Romário Martins ainda diretor do Museu inaugurou uma Galeria Etnográfica passando a expor fotografias de índios Kaingang e Guarani, os quais

¹⁶ Romário Martins ocupou cargos políticos e foi chefe de edição do Jornal “A República”. Criou os símbolos do Estado do Paraná - a bandeira e o brasão, além de propor uma data comemorativa para a fundação de Curitiba (CARNEIRO, 2013)

em visita as autoridades governamentais vinham a Curitiba e se hospedavam no Museu Paranaense. A doação do acervo do indigenista Telêmaco Borba foi também uma importante contribuição, ampliando as coleções etnográficas da instituição (RANKEL, 2018).

3.2 MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA/UFSC - PROFESSOR OSWALDO RODRIGUES CABRAL (MARquE/UFSC)

No Estado de Santa Catarina, o Museu de Arqueologia e Etnologia/UFSC - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral, da Universidade Federal de Santa Catarina (MARquE/UFSC), tem sua origem no Instituto de Antropologia, criado por meio da Resolução nº 089, de 30 de dezembro de 1965 (MUSEU UNIVERSITÁRIO, s. d.). Até 1968 este Instituto funcionava junto ao Curso de História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da UFSC. Em 29 de maio desse mesmo ano foi inaugurada a sede própria do Instituto de Antropologia, uma edificação reformada e adaptada que integrava o complexo da antiga Fazenda “Assis Brasil”, cujo espaço foi transformado no atual Campus Universitário.

Com a implantação da reforma de 1970 que transformou de Instituto a Museu, proporcionou algumas modificações na Instituição sem que seu caráter fosse mudado (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 1998, p. 15). Além da falta de prática de receber público, havia falta de instalações e muito pouco a se mostrar. Porém, segundo Coelho (2014), naquele entusiasmo todos nós montamos o presépio e literalmente a Universidade foi invadida pela comunidade curiosa, eram multidões que se dirigiam ao museu, o povo que nunca tinha ido ao campus, pois era lugar de “doutor”, pela primeira vez foram, e iam para ver o museu (COELHO, 2014).

Além das exposições, segundo o mesmo autor, a equipe do museu era convidada para proferir palestras sobre a diversidade cultural dos grupos indígenas de Santa Catarina, esse tipo de atividade colaborava para a construção de uma relação mais estreita com o público local.

O MARquE é um órgão suplementar ligado ao Gabinete da Reitoria (GR) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Além do acervo de Arqueologia Pré-Colonial e Histórica, e de Etnologia Indígena, o Museu é guardião da coleção “Profª Elizabeth Pavan Cascaes”, acervo do artista Franklin Joaquim Cascaes, constituído por desenhos e esculturas que retratam o cotidiano, a religiosidade, lendas, mitos, folgedos

folclóricos e tradições dos primeiros colonizadores da Ilha de Santa Catarina (PM-2011-2013)¹⁷.

Na coleção de etnologia indígena, o professor Silvio Coelho dos Santos foi um dos primeiros pesquisadores do Instituto, quando ainda aluno do curso de especialização em Antropologia, desenvolveu um trabalho junto à população indígena Ticuna¹⁸, Silvio Coelho coletou artefatos e fez imagens que foram depositadas no antigo Instituto de Antropologia para serem utilizadas como material didático e de pesquisa (GUIMARAES, 2014).

A coleção de etnologia indígena abrange artefatos de diferentes naturezas, produzido pelos povos Guarani, Kaingang, Xokleng/Laklaño¹⁹ de Santa Catarina, Ticuna da Amazônia, Bororo, Karaja e de outros povos do Brasil central, somando 900 peças aproximadamente (GUIMARAES, 2014). Uma parte considerável desse acervo foi adquirida por meio de pesquisas científicas da equipe e colaboradores do museu (PM – 2011-2013).

A coleção de etnologia indígena do MARquE tem na sua formação procedências diferentes, entre os grupos indígenas, a maior parcela na coleção está relacionada ao grupo indígena Xokleng²⁰, numericamente a mais expressiva, coletada ainda durante as pesquisas do antropólogo Silvio Coelho dos Santos (GUIMARAES, 2014).

A cada objeto lembra algo novo e diferente em relação a um outro objeto, renovando sempre a própria ideia da pesquisa, de que um objeto não se encerra somente nesta ou naquela informação, sempre há algo novo para se acrescentar, há mais para lembrar (FURBRINGER, 2013)

Segundo Guimarães (2014), desde a sua criação, o MARquE possui ações, como curadoria compartilhada, que integram grupos indígenas e comunidades tradicionais, atuando como mediador de questões indígenas, principalmente nos processos de demarcações territoriais e na valorização do patrimônio cultural dos grupos tradicionais

¹⁷ Plano Museológico (2011-2013) – Museu de Arqueologia e Etnologia/UFSC - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral

¹⁸ Os Ticunas vivem em aldeias às margens do Rio Solimões, na região Amazônica.

¹⁹ O termo "Xokleng", popularizado pelo trabalho do etnólogo Silvio Coelho dos Santos, foi incorporado pelo grupo enquanto denominador de uma identidade externa, usada em suas lutas políticas junto à FUNAI e aos meios de comunicação. Hoje, muitos se auto-denominam "Laklanõ", isto é, "gente do sol" ou "gente ligeira". O termo Laklanõ vem ganhando espaço político interno através de um movimento recente de recuperação de seu idioma, escrita de mitos antigos e bilingüismo.

²⁰ Silvio Coelho defendeu sua tese em 1972, intitulada "Índios e brancos no Sul do Brasil a dramática experiência dos índios Xokleng, pela Universidade de São Paulo (USP).

da região da grande Florianópolis, Santa Catarina por meio de exposições e atividades culturais.

3.3 MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS

No Rio Grande do Sul, o Museu Júlio de Castilhos, criado em 1903, pelo Decreto, n. 589, pelo então presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, foi a primeira instituição museológica desta região, recebeu inicialmente o nome de “Museu do Estado” (POSSAMAI, 2001). Segundo Silveira (2011), somente a partir da década de 1960 que se tornou mais visível no museu um discurso centrado na história, pois durante boa parte de sua trajetória serviu como paradigma museológico para as demais instituições do estado²¹.

Conforme Pereti e Giovanaz (2003, p. 163), a inspiração de um museu no RS é anterior à sua criação, muito anterior à virada para o século XX. Os autores identificam a ideia de invenção de um museu no RS pelo Decreto Imperial n. 1549, datado de dezembro de 1885.

São escassos estudos que discutiram o Museu em questão, porém alguns trabalhos como Nedel (1999), Peretti e Giovanaz (2003) e Capovilla (2005) são de grande relevância para a história, há também alguns casos de análises, que citaram o Museu Júlio de Castilhos, como Fraga (2004), Zamin (2006), Bertotto (2007), Silveira (2011), Spinelli (2008) e Possamai (2010).

Segundo Silveira (2011), a constituição do Museu Júlio de Castilhos está relacionada com o espólio deixado pela Exposição Agropecuária de 1901, realizada na capital, Porto Alegre, e também a exposição tinha por objetivo evidenciar o RS como um estado moderno, progressista e economicamente viável. Assim os municípios trouxeram sinos, colunas, capiteis, objetos indígenas, armas, moedas e estátuas missioneiras, em conjunto com produtos artesanais e manufaturados. Mais tarde, ao final do processo, as peças de fato não voltaram aos seus municípios de origem, ficaram e formaram o acervo do museu (SILVEIRA, 2011)

²¹ Entre os anos de 1960-1980 estão arquivados ofícios relacionados a pedidos de orientações museológicas vindo de instituições e municípios como: Caxias do Sul (1964), Reitoria da UFRGS (1971), Prefeitura Municipal de Vacaria (1974), Museu Visconde de São Leopoldo (1975) entre outros.

Chagas (2008, p. 36) confirma que o espírito de concepção de museus reverberou no RS, com a criação do Museu Júlio de Castilhos:

Os modelos museológicos dominantes do século XIX, ancorados no espírito comemorativo, distanciados da “gota de sangue” e alimentados pelas elites aristocráticas e oligárquicas brasileiras, projetam-se no século XX e reproduzem-se, sobretudo, nas regiões periféricas afastadas da capital política e administrativa do país.

Assim que foi criado, o museu funcionava como um local voltado ao estudo de Ciências naturais, dividido em quatro seções: Seção de Zoologia e Botânica; Seção de Mineralogia, Geologia e Paleontologia; e Seção de Artes, Ciências e Documentos (POSSAMAI, 2014). Até o ano 1920 a instituição teve como foco principal a definição de História Natural. A partir de 1940, mais voltado para a seção de artes, Ciência e História. Em 1943 com a adequação do regimento interno, a função museográfica foi citada pela primeira vez como atribuição (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1943)²²

Da arquitetura dos prédios às peças do acervo, se encontra uma fonte cultural repleta de representações da memória social do Estado (POSSAMAI, 2014). O Museu do Estado como era chamado antes de se tornar o Museu Júlio de Castilhos, passou por um processo de mudança, que “resultou na transformação do Museu em um Museu Histórico (SILVA, 2011). Atualmente o acervo está dividido em 29 coleções. Com um número acima de onze mil peças catalogadas.

A coleção de Etnologia indígena é composta de objetos indígenas, de grupos do Sul do Brasil e de outras regiões do país, com mais de 2.202 objetos, tais como cerâmicos, líticos, cestaria, adornos, armaria e instrumentos musicais. Os objetos ficam em Reserva Técnica, com acesso restrito pelos técnicos do museu, que podem disponibilizar alguns para pesquisadores, em pesquisa local. De modo geral, as informações são fornecidas eletronicamente (textos e imagens). Esta coleção, assim como as demais, começou a ser formada em 1903 (POSSAMAI, 2014). É a maior coleção dentre todas que existem atualmente no Museu, existem peças não catalogadas ainda, no entanto, de acordo com o último inventário a soma é de 2202 peças catalogadas.

²² Capítulo primeiro do Regimento Interno do Museu Júlio de Castilhos, datado de 1943. Arquivo Permanente do Museu Júlio de Castilhos.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Partindo da premissa de que para o atendimento do objetivo geral proposto é necessário o estabelecimento de um conjunto de métodos e técnicas que deem conta das peculiaridades do objeto de investigação, é o presente estudo de natureza básica, para Menezes (1994) conceitua como pesquisas que trazem conhecimentos novos para a área, que contribuem para o desenvolvimento da mesma. Quanto a abordagem, de acordo com Marconi e Lakatos (2011) Fachin (2006), é de escopo qualitativo, pois procurar-se-á uma visão mais completa possível da realidade. Segundo Gray (2012, p. 135), os métodos qualitativos possibilitam “[...] captar dados sobre a percepção dos atores no campo de estudo [...]”, o que implica em obter a empatia dos atores para que exponham os aspectos particulares do ambiente e da rotina da qual participam.

No âmbito da Etnografia, cerne da presente pesquisa, Flick (2009) ressalta que a pesquisa qualitativa visa menos a compreensão dos eventos ou processos sociais a partir de relatos sobre esses eventos, mas sim uma compreensão dos processos sociais de produção desses eventos a partir de uma perspectiva interna do processo, por meio de participação durante seu desenvolvimento.

Nesse sentido, a metodologia qualitativa insere-se na ideologia fenomenológica, na medida em que compreende o mundo dos comportamentos humanos (MINAYO, 2010, p. 22). Em pesquisa social, que é o caso desta, se utiliza comumente métodos qualitativos, partindo da ideia de que não é possível mensurar, nem tampouco estabelecer relações entre as experiências vividas pelo ser humano em seu mundo vivido. Minayo (2010, p. 43) defende métodos qualitativos em pesquisa social ao afirmar que:

Qualquer investigação social deveria contemplar uma característica básica de seu objeto: o aspecto qualitativo, o que implica em considerar como sujeito de estudo gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados. Implica também em não perder de vista que o objeto das ciências sociais é complexo, contraditório, inacabado e, em permanente transformação.

Sendo assim, a utilização desse método de pesquisa visa observar aqueles documentos e objetos conservados nos museus que fornecem base para o desenvolvimento da pesquisa.

Quanto aos procedimentos técnicos, classifica-se em pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica na visão de Santos (2007, p. 30) [...] é o conjunto

de materiais escritos (gráfica ou eletronicamente) a respeito de um assunto. Constitui-se uma preciosa fonte de informações, com dados já organizados e analisados com informações e ideias prontas. [...] a pesquisa com base numa bibliografia deve encabeçar qualquer processo de busca científica que se inicie”.

Quanto à delimitação do corpus da pesquisa, está representado por três Museus da Região Sul, já descritos. Mais especificamente na coleção de etnografia de cada um dos museus referidos. A escolha dos referidos acervos se deu principalmente por serem representativos no seu contexto, e apontam as características e aspectos de sua região, e por configurar um dos maiores acervos etnográficos de seu estado, assim quanto maior a amostra, mais ampliada a possibilidade de resultados representativos. Sendo assim, o estudo se pautará em uma pesquisa bibliográfica e documental, para que assim possa analisar a representação da informação nos acervos etnográficos dos museus citados da região sul do País. Acervos estes que fazem parte do patrimônio documental brasileiro, com objetos que indiciam diferentes aspectos da vida social e podem ser fundamentais para desenvolvimento de pesquisas científicas de cunho histórico ou não, para o entretenimento.

Quadro 1 - Objetivos e procedimentos técnicos metodológicos adotados para a pesquisa.

Objetivo geral: Analisar a representação da informação dos acervos etnográficos da região sul do Brasil.				
Objetivos específicos	Coletas de dados	Fontes	Amostras	Informações/ Dados coletados
a) Evidenciar na literatura a conceituação de representação da informação museológica;	Pesquisa bibliográfica	Bases de dados	Artigos recuperados nas bases de dados	Definições de RI, contextualização da RI em Museus, organização da informação no museu.
b) Identificar os critérios de constituição/definição da RI do acervo (etnográfico) de cada instituição;	Análise documental	Documentos institucionais / visita <i>in loco</i> / diário de campo	Plano museológico; regulamentos da instituição	Definição de critérios para inserir peças
c) Analisar os possíveis registros (representação) da informação museológica à luz do referencial teórico;	Análise documental	Acervo interno / fotos de peças/ visita <i>in loco</i> / diário de campo	Localização no acervo, Registro geral das peças, livro tomo, documentos relativos às peças	Registros de RI em documentos que estabelecem a comunicação entre usuário e documento.

d) Conhecer a formação profissional dos responsáveis pela RI nos respectivos museus.	Pesquisa documental	Informação verbal/ visita <i>in loco</i> / Reuniões online	Currículo Lattes/ Website do museu.	Conhecer a formação profissional responsáveis pela RI.
--	---------------------	--	-------------------------------------	--

Fonte: elaborado pela autora, 2021.

Para evidenciar na literatura a conceituação de representação da informação museológica, foi feita uma pesquisa bibliográfica nas principais bases de dados da Ciência da Informação e da Museologia. E constituem as maiores indexadoras de conteúdo científico acerca do tema desse trabalho, nominadas a seguir: Anais da *International Society for Knowledge Organization* - ISKO/Brasil, e nos Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB. Além destes, foram feitas buscas por meio do Portal de Periódicos da CAPES, nas seguintes bases de dados: Lista, Scielo Brasil e *Web of Science*, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD; e a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação – BRAPCI. A escolha desses canais de comunicação se deu por se constituírem fontes de maior produção científica no âmbito nacional, e com bases internacionais que pudessem revelar a produtividade tanto no âmbito da CI, na tentativa de englobar as principais publicações no campo da Organização da Informação no contexto museológico.

Foi um levantamento total nas bases de dados e coleções completas dos anais citados, tomando por definição dos termos para busca que foram: “*Knowlegde organization*” and “*Information Representation*” e “*Museum Collections*” ou “*Museum*” (e variações do termo em português e espanhol). posteriormente com as bases de dados já definidas, tivemos os resultados quantitativos para cada umas delas de acordo com as estratégias previamente definidas: Anais da ISKO – 9 artigos, Anais do ENANCIB – 10 artigos, BDTD – 7 artigos, BRAPCI – 3 artigos, SCIELO BR– 3 artigos, WoS – 8 artigos, Lista – 4 trabalhos.

De acordo com o que foi apresentado acima, foram num total de 44 publicações recuperadas nas sete bases propostas inicialmente. Realizou-se a leitura das comunicações que identificaram diálogos da Representação da Informação em acervos museológicos, selecionando comunicações por meio das palavras-chave, títulos e resumo, pois os trabalhos exploram características, conceitos, e instrumentos a respeito da Organização e Representação da informação nos museus. Assim, após a busca nas bases, as publicações recuperadas foram exportadas para a ferramenta *Mendeley Desktop* e então

as referências passaram pelo processo de duplicidade e excluídas aquelas que estavam duplicadas, e também as que estavam sem título, após esse procedimento de exclusões, a quantidade de publicações que somaram para a análise, foi um total de 41 (quarenta e uma) publicações.

Para a classificação dos dados levantados, Bardin (2003) sugere o processo de categorização, que consiste no agrupamento em classes dos elementos convergentes em suas características. As categorias definidas foram: 1) Diálogos com OI e RI; 2) Diálogos acerca de Museus, ou acervos museológicos; 3) Diálogos acerca da RI em contexto museológico. A primeira categoria foi definida com *papers* que possuem como foco, processos que dialogam com OI e RI, aplicados a seleção desta pesquisa os títulos, resumos e palavras-chave, somaram um total de 16 trabalhos. A segunda categoria foi definida por possuir termos que poderiam evidenciar diálogos acerca de museus, ou até acervos museológicos, que são um número de 14 (quatorze) trabalhos. Por fim, o último grupo foi definido em função de trabalhos com diálogos possíveis acerca da RI em contexto museológico, esta última categoria foram um total de 11 (onze) trabalhos.

Para atingir o segundo, terceiro e o quarto objetivos específicos, a coleta de dados se deu por meio de pesquisa documental. Essas etapas se deram com visitas *in loco*, reunião online, e anotações em diário de campo. Parte significativa do exercício etnográfico reside na construção do diário de campo, instrumento em que o pesquisador produz dia após dia a partir do exercício da observação de comportamentos culturais de determinado grupo (WEBER, 2009). O método etnográfico representa muito mais do que um simples modo de fazer pesquisa ou de coletar dados, pois, é a partir da pesquisa de campo, especialmente de cunho etnográfico, que se constrói o conhecimento (CALIMAN; COSTA, 2008).

No início do ano de 2020 o mundo parou por conta de um vírus, este recebeu o nome de novo Coronavírus, até então “desconhecido”, no qual o primeiro caso foi relatado na China, cidade de Wuhan no final de 2019. Com o aumento do número de casos rapidamente caracterizou a infecção como um surto, de modo que, no final de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a situação como uma emergência em saúde pública de interesse internacional (OMS, 2020). E no dia 11 de março de 2020 foi declarado pandemia de Coronavírus pela OMS, e a doença do Coronavírus chamada de COVID-19 significa Corona Vírus Disease, enquanto “19” se refere a 2019, quando os primeiros casos em Wuhan, na China (OMS, 2020). Uma das principais recomendações foi o distanciamento social. Departamentos e organizações

adotaram o trabalho remoto como principal forma de dar continuidade às atividades; com museus e universidades fechados, não foi possível a pesquisa *in loco* em alguns desses espaços. Com o mundo vivendo uma pandemia foi necessário redefinir aspectos da pesquisa, assim como afirma Mallapaty (2020), houve a necessidade de redefinição de objetos, alteração no horário de trabalho e produtividade, inviabilidade de pesquisa de campo e observação de fenômenos estudados. Destaca-se que houve pesquisas que se tornaram praticamente inacessíveis, com espaços fechados, considerando o escasso acesso à internet, ou banco de dados inexistentes (LACERDA; RAMALHO, 2020).

Para a pesquisa em tela, no período de abril a dezembro de 2020, foram feitos contatos com os museus, por meio de ligações, troca de e-mails, videoconferência, e ainda visita *in loco*. Ainda com o auxílio de um diário de campo, foram registrados dados provenientes da observação e fotografias que complementam o registro das características do ambiente observado. A visita *in loco* foi feita apenas no Museu Júlio de Castilhos em Porto Alegre, onde foi cedido permissão para acesso. Ainda que a pandemia já estivesse se propagado pelo mundo, nesse momento, no Brasil ela ainda estava em menor abrangência e de formas diferentes em relação às regiões do país, e foi possível o acesso ao museu, observando todas as medidas sanitárias e protocolos de medidas de prevenção à COVID-19, pois as atividades internas estavam em funcionamento, com restrição de acesso ao público externo (em visita livre ao museu).

Todavia, com o avanço do Coronavírus em diversas regiões do Brasil as instituições (exceto serviços essenciais, como hospitais, farmácias e mercados, e alguns outros) fecharam o atendimento para o público externo e interno, com a maioria das atividades no sistema remoto inviabilizou o acesso físico aos acervos seguintes. Cada estado da federação adotou protocolos diferentes, por ser um museu em cada estado da região sul do Brasil, alguns protocolos de segurança adotados nos estados seguintes não permitiram a visita física *in loco*. O Museu Paranaense e o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC, se mantiveram fechados para acesso do público e pesquisadores, de acordo com o protocolo de sua região, contudo foram solícitos na disponibilização de determinados dados necessários para essa pesquisa.

Para a etapa de identificação dos critérios de constituição/definição da RI houve a pesquisa documental no acervo de cada instituição, com levantamento nos manuais de política, regimento da instituição, plano museológico, entre outros documentos. Esses documentos foram cedidos gentilmente por cada instituição (com visita *in loco*, outros enviados por e-mail), ou por acesso à base de dados e site da instituição.

Para a fase de análise dos possíveis registros (representação) da informação museológica à luz do referencial teórico, foi feita a partir da pesquisa na documentação museológica, e demais documentos que estabelecem normas de comunicação e acesso do usuário/público, como fichas de identificação do objeto, descrição do objeto, e etiquetas de apresentação do objeto ao público, e usuário interno do museu, já que a princípio a primeira informação é a etiqueta que sintetiza a informação a respeito de cada objeto, posteriormente, informações mais detalhadas complementam dados que traduzam a história da peça, e outros dados relevantes.

Por meio da coleta de dados na documentação²³ de cada museu foi possível conhecer a formação profissional dos responsáveis pela RI, para esta etapa, houve o acesso ao currículo lattes na plataforma do CNPQ (Conselho Nacional de Pesquisa e Qualificação), de acordo com a informação previamente repassada pelo museu, ou obtida com acesso ao site institucional. E como complemento o auxílio da coordenação do museu (utilizou a documentação administrativa para disponibilizar essas informações), para confirmar os dados e identificar a atuação da equipe na elaboração da RI nos acervos/coleções de cada instituição

5 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção são expostos os dados coletados em cada etapa desta pesquisa, distribuídos pelos objetivos específicos que motivaram a sua obtenção e está dividida da seguinte forma: subseção 5.1 se destina ao atendimento do objetivo específico “a”: evidenciar na literatura a conceituação de representação da informação museológica; subseção 5.2 tem a finalidade de atender ao objetivo específico “b”, identificar os critérios de constituição/definição da RI do acervo (etnográfico) de cada instituição; subseção 5.3 se ocupa de analisar os possíveis registros (representação) da informação museológica à luz do referencial teórico, relativamente ao objetivo específico “c” proposto, e por fim, a subseção 5.4 tem o intuito de conhecer a formação profissional dos responsáveis pela RI nos respectivos museus

²³ Documentação administrativa, ver mais em Padilha (2017)

5.1 CONCEITUAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO MUSEOLÓGICA NA LITERATURA

Com o intuito de evidenciar na literatura em CI a conceituação de representação da informação museológica, recorreu-se a pesquisa bibliográfica para recuperar estudos científicos e elucidar o que tem sido discutido a respeito da RI no contexto museológico.

No quadro abaixo estão especificados os dados encontrados de acordo com os critérios utilizados para a pesquisa.

Quadro 2 - Bases de dados, autorias e anos das publicações recuperadas.

Base de dados	Autoria de <i>papers</i> recuperados/ano
BRAPCI	LEMOS, KARPINSKI (2018); BRITTO, LARA (2017); MAIMONE (2018)
BDTD	SILVA (2011); SAMPAIO (2011); BARBANTI (2015); HIGASHI (2018); MAIMONE (2013); PADILHA (2018); YASSUDA (2009)
BENANCIB	PIQUET, COUTO, PIRES (2015); MORAES (2015); PADILHA, CAFÉ (2016); BALLESTÉ, ALMEIDA (2014) MURGUIA, GRIGOLETO (2013) ROCHA, MOURA (2014) PADILHA, CAFÉ, (2017)
ISKO BR	MARTINS, AZEVEDO NETTO (2012); MAIMONE, TÁLAMO (2013); SOUZA (2015); NININ, SIMIONATO (2017); SILVA (2017); LIMA, COSTA, GUIMARAES (2017); LIMA, VITORIANO, BARBANTI (2017) GUIMARAES, SANTOS, SALES, MATOS (2015) SALES (2015)
LISTA	MARTY (2007) DUARTE, BELARDE-LEWIS (2015) RIBES, BOWKER (2009) SAMPAIO (2012)
WoS	MARTY (2007) BASSIER, VINCKE, HERNANDEZ (2018) CHEN, HUANG, BART JR (2006) MAIMONE, TALAMO, (2009) ALWI (2012) BOGOMAZOVA, MALEVANOV (2000) KAUR (2018) KOZUN, YALOVITSYNA, VOLOKHOVA (2018)

SCIELO BR	TEIXEIRA (2014); SANTOS NETTO, et. al. (2013); MAIMONE (2017)
-----------	---

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Foi possível observar após o levantamento de dados nas bases de dados citadas, uma divisão em três categorias, que estão dentro contexto museológico: 1) artigos que dialogam especificamente sobre RI; 2) Artigos que dialogam com OI e RI (em diversos contextos); e 3) Artigos que dialogam acerca do contexto museológico (sem foco específico na OI e RI).

Ainda que exista uma necessidade de expansão da primeira categoria, que trata especificamente da RI nos museus, essa necessidade fica evidente na citação de Lemos e Karpinski (2018), é primordial a elaboração de pesquisas futuras para entender como a RI está presente em museus, e de que forma a CI auxilia a Museologia na OI. Ou seja, o diálogo interdisciplinar e horizontal é fundamental, ao cooperarem entre si há melhorias de aspectos comuns. No entanto, alguns trabalhos, mesmo que tratem do tema, não o exploram tanto, ou até mesmo não nomeiam a RI como parte integrante do processo de tratamento da informação, apenas citam em outros contextos.

No quadro abaixo, são descritos os trabalhos utilizados para contextualizar OI e RI nos museus.

Quadro 3 - Título e autores recuperados nas bases de dados.

TÍTULO	AUTORIA E ANO
Coleção Paranaguá: documentação museológica como acesso ao conhecimento.	ROCHA, L. M. G. M.; MOURA, P. (2017)
Curadoria e ação interdisciplinar em museus: a dimensão comunicacional e informacional de exposições.	MORAES, J. N. L. (2011)
Museu Bauru e informação: trajetória histórica e musealização sob o foco da documentação museológica.	LIMA, D. F. C. NOVAES, R. S. (2013)
O documento e seu valor patrimonial. Os processos de tombamento do Museu Histórico e Pedagógico “Prudente de Moraes”.	GRIGOLETO, M. C.; MURGUIA, E. I. (2013)
CI e Museologia: Análise das comunicações orais do ENANCIB sobre RI	LEMOS, L. H.; KARPINSKI, C. (2018)
A representação do objeto museológico na época de sua reprodutibilidade digital.	PADILHA, R. C. (2018)
Representação da informação e preservação da memória: Mapeamento conceitual do patrimônio imaterial brasileiro.	MARTINS, G.K.; AZEVEDO NETTO, C. X. (2012)
Organização da informação em acervo de museu: a fotografia histórica.	PADILHA, R. C. CAFÉ, L. M. A. (2017)
Reflexões sobre museologia: documentação em museus ou museológica?	CARVALHO, L. C.; SCHEINER, T. (2014)
Vozes do silêncio: memória, representações e identidades no Museu do Ceará.	SAMPAIO, D. A. (2012)

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Observa-se que dos trabalhos analisados como aqueles que mostram diálogo da OI e RI nos museus, a maioria foi muito sutil nas observações a respeito da RI, ou trata o processo de RI como documentação museológica, forma que é tratada principalmente nos museus.

Os trabalhos relativos a exposições tratam especificamente da recuperação da informação, e nos processos desenvolvidos para apresentar essa informação, ou seja, a comunicação com o (s) públicos (s), pensando naquilo que o objeto vai comunicar, e como o público vai receber.

Outro diálogo nos trabalhos traz o tema de patrimônio, a linha de diálogo caminha por considerar segundo Higashi (2018), patrimônio cultural como diversos elementos categorizados em material e imaterial, ou seja, tudo o que tem relação com o modo de fazer das pessoas, as técnicas e habilidades e o segundo os produtos da criação humana, como artefatos, objetos e construções. Um dos objetivos da preservação do patrimônio é de manter a memória, onde a RI se torna fundamental para garantir o acesso.

Uma definição de recuperação da informação é de Santos, Madio (2017) que consiste em identificar os documentos de um sistema, e assim verificar quais atendem à necessidade de informação do usuário. E tem o objetivo de “garantir ao usuário o documento certo que irá satisfazer sua necessidade específica de informação”. Enquanto a Representação da Informação se nota a partir da ação administrativa, intelectual e descritiva, com elaboração de instrumentos para o fornecimento de acesso. Ela se notabiliza como um processo, com enfoque em suprir necessidades informacionais (SILVA, 2019). São etapas que se complementam no sentido de que, a Representação transpõe como uma etapa essencial para a posterior Recuperação da Informação.

Já os trabalhos que têm a documentação museológica como tema principal são voltados principalmente à importância desta para o fazer museológico e para o desenvolvimento das atividades realizadas pelo/no museu. Neste contexto, salienta ainda que um dos principais objetivos da documentação museológica é a organização e representação do conhecimento e da informação do acervo museológico a fim de realizar o tratamento e facilitar a recuperação desses pelos públicos, pesquisadores especializados e pelos funcionários dos museus (PADILHA, 2018). Segundo dados do IBRAM (2011),

apenas 21,3% dos museus possuíam registro dos bens culturais. Esta premissa se torna agravante ao fato que 75% dos museus não sabem o número exato de objetos de suas instituições, o que mudaria esta situação se a documentação museológica tivesse instituída nos museus.

Tratar de um possível diálogo da Organização e Representação da Informação nos Museus, mostra a relevância em explorar um assunto pouco expressivo nas bases de dados de eventos e pesquisas, se relacionado com outros temas mais recorrentes.

5.2 CRITÉRIOS DE CONSTITUIÇÃO/DEFINIÇÃO DA RI DO ACERVO (ETNOGRÁFICO) E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS MUSEUS PESQUISADOS.

A identificação dos critérios de constituição/definição da RI do acervo (etnográfico) de cada instituição trouxe resultados significativos, principalmente no que diz respeito aos instrumentos de RI dos acervos pesquisados. Evidencia o papel do Plano Museológico como uma tentativa de organizar, tanto a gestão da instituição quanto ao cumprimento do papel social dos museus, pode-se dizer que foi a partir da década de 1980, quando existe a necessidade de adaptação das instituições museais aos conceitos da Nova Museologia²⁴, que segundo Xavier (2015, p. 87) “advogava mais em favor do homem e não mais das coleções como sendo a principal preocupação dos museus”. A necessidade de concordância dos documentos administrativos fica evidente em documentos como a obra do museólogo francês George Henri Riviere: “*La Muséologie selon George Henri Riviere*”, publicada em 1989, quando o autor retratava a importância de um programa científico por parte do museu, que integrasse os programas de educação, cultura, exposição, pesquisa, conservação e arquitetura (NEVES, 2003).

²⁴ Nova Museologia: Antes de 1960, podemos falar de uma museologia tradicional (ou “moderna”) que se tinha desenvolvido em estreita articulação com a formação do Estado-nação moderno e impérios coloniais europeus e com a correspondente educação dos seus cidadãos (BENNETT, 1995), mas da qual estava ausente todo o autoquestionamento ou autocritica sobre os fundamentos e o papel social e político do museu. Os anos de 1960/70 abrigam uma transformação radical dessa situação pela multiplicação das áreas que profissionais e acadêmicos começam a considerar necessitadas e/ou merecedoras de debate e renovação. Importa compreender que é em resultado desse movimento que, nos anos de 1980, se falará em Nova Museologia, uma designação elaborada para exatamente traduzir a viragem teórica e reflexiva concretizada, destacando a importância da afirmação da função social do museu. Prossegue depois com a sistematização dos princípios do movimento, afirmando a necessidade de ampliar as tradicionais atribuições do museu e de integrar as populações nas suas ações, especificando também que a nova museologia abrange a “ecomuseologia, a museologia comunitária e todas as outras formas de museologia ativa” (DUARTE, 2013).

E nas unidades pesquisadas observou-se o papel fundamental do Plano Museológico para o desenvolvimento de instrumentos de representação da informação e conseqüentemente, para o fazer museológico. Assim como, a falta do mesmo documento reflete diretamente no estabelecimento ou não de critérios para constituir/definir instrumentos para a representação da informação. Padilha (2014), ressalta o Plano Museológico como o instrumento básico, de caráter estratégico, que objetiva o desenvolvimento da fundação, gestão e organização de um museu.

É indispensável para a consolidação da missão, dos objetivos e das ações da instituição, caracterizando-o como essencial para a elaboração de todas as atividades do museu, seja para atender à organização do trabalho interno, para promover clareza e integração das necessidades institucionais ou até mesmo para determinar as prioridades para elaboração de projetos (PADILHA,2014, p. 26).

Uma das instituições pesquisadas ressalta que a finalização do plano museológico, coroa um processo mais amplo de redefinição dos seus marcos regulatórios legais, filosóficos e organizacionais. Esse momento, teve por objetivo a consolidação do Museu enquanto espaço de preservação da memória e promoção da cultura dos diferentes grupos que compõem a sociedade local (Plano Museológico, 2016).

Nesse contexto ressalta-se que a tarefa de construção do plano museológico se constitui um desafio para instituições, pois vários fatores influenciam nesse processo.

O plano museológico constitui-se, mais que numa obrigação legal, numa ferramenta de planejamento estratégico indispensável para a identificação de prioridades, necessidades e meios de organização do trabalho que estimulem uma relação sinérgica entre os setores integrantes da estrutura interna (...) e o público frequentador (Plano Museológico, 2016).

Por meio da lei 11.904/2009, o Governo Federal instituiu o Estatuto de Museus, e no artigo 44 “assegura que é dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico, e no artigo 45 acrescenta que o plano museológico [...] constitui um instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade” (BRASIL, 2009).

Dessa forma, o reconhecimento do plano museológico traz a possibilidade de identificar peculiaridades de cada acervo. Sobre a importância do plano museológico, Botallo (2010) afirma que a documentação museológica tem como particularidade reconhecer os acervos museológicos, independentemente de sua natureza, como suportes de informação. Está focada na busca, reunião, organização, preservação e

disponibilização de todas as informações, sobre quaisquer suportes, que digam respeito a esses mesmos acervos.

A organização da documentação no acervo é fundamental para atividades posteriores do próprio museu, a esse respeito Padilha (2014) afirma que vai do levantamento e identificação geral do acervo até a análise individual de cada peça, e ressalta a importância do reconhecimento detalhado e legítimo do acervo museológico. Padilha (2014, p. 39) destaca os passos para o tratamento documental, que devem ser realizados desde o momento em que o museu adquire o objeto e/ou a coleção até o seu processo de interpretação e organização:

- 1- Livro tomo
- 2- Arrolamento ou inventário
- 3- Identificação do objeto: numeração e marcação
- 4- Ficha de catalogação (PADILHA, 2014, p. 39).

Sendo assim, buscou-se conhecer a caracterização dos 03 (três) acervos pesquisados, a partir disso fazer a identificação dos critérios de constituição/definição da Representação da Informação.

Do primeiro acervo pesquisado, o Museu Paranaense – MUPA²⁵, uma das formas de legitimar os museus na sociedade é com a criação de laços com a comunidade, se constituindo como expressão de significados e referências locais. Para Rodrigues (2018), o MUPA estabeleceu relações com a sociedade local, incentivando ações de promoção do desenvolvimento de setores econômicos específicos, atividades culturais e sociais e mantendo uma participação política na época.

Com a chegada do historiador paranaense Romário Martins, nomeado por decreto de 25 de abril de 1902, na direção do museu “cujas preponderantes preocupações eram nessa fase, voltadas particularmente para as ciências etnográficas e naturais” (PARANÁ, 2006). Uma das preocupações do diretor decorria da documentação falha da seção de etnografia, almejando dar-lhe um outro relevo capaz de fazer girar sobre ela o interesse do público e de estudiosos. Em 1903, o deputado federal Romário Martins apresentou um projeto ao Congresso Legislativo com objetivo de obter colaboração dos comissários de medição de terras na coleta de materiais etnológicos para o museu (RODRIGUES, 2018).

Desde o século XIX o museu Paranaense figura-se entre os principais museus brasileiros, Considera (2015), cita os quatro museus principais do século XIX: Museu Nacional, Museu Paraense, Museu Paranaense e Museu Paulista. Em 1930 houve a

²⁵ A sigla MUPA foi inserida somente nos anos 1990, verificada nas documentações do museu.

mudança das instalações do museu e o crescimento das coleções por doações particulares, a coleção etnográfica recebeu a doação do coronel Temístocles Pais de Souza Brasil com uma quantidade considerável de objetos etnográficos de tribos da Amazônia (ATA 51, 11.01.43). No entanto, somente no início de 1939 o Museu passa por uma reorganização com chefias específicas para cada secção, as chefias são empossadas com professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná.

Coleções de objetos etnográficos resultaram da ação de alguns dos expedicionários ou sertanistas dos séculos XVIII e XIX, como a formada em 1774 por Afonso Botelho junto aos índios Jê dos Campos de Guarapuava (1962: 289) e por Telêmaco Borba entre os índios Jê e Tupi-Guarani dos vales dos rios Tibagi, Paranapanema e Iguaçu (CECON, 2011).

As formações das coleções no museu foram constituídas principalmente pelas doações da sociedade. Segundo Rodrigues (2018) já na primeira citação da proposta de criação, a sociedade foi convocada a contribuir com a montagem de seu acervo:

Os Drs. Agostinho Ermelino de Leão e José Candido da Silva Murici pretendem levar a efeito nessa cidade a criação de um museu e jardim de aclimação, [...] e pretendem dirigir convites a todas as pessoas que podem enriquecer aqueles estabelecimentos dos artigos de que carecem. (Dezenove de Dezembro (PR), 1874, ed. 1471, p. 2).

Para a constituição do acervo, encontram-se aquisições por parte do governo da província do Paraná, mesmo que em pequena quantidade (RODRIGUES, 2018). Também há registro de doações e trocas por parte do Império, de D. Pedro II e da princesa Isabel:

Ao Dr. Agostinho Ermelino de Leão, encarregado do museu – Remeto a V. S. um exemplar do quadro ‘Primeira missa celebrada no Brasil’ e de que a província fez aquisição para ser colocado no museu sob sua direção.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1880, ed. 2054, p. 1).

“Por S. A. a Sra. Princesa Imperial foram oferecidas ao museu desta província importantes coleções de minerais, fósseis, cristais e outros objetos de diversos pontos do império, que muito enriquecem este nosso estabelecimento.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1885, ed. 0241, p. 1).

“Adquirido por compra uma jaguatirica viva, um gato do mato vivo, uma cobra viva, um macaco vivo, uma rica medalha de prata de ‘Pio IX’. (Diário da Tarde (PR), 1901, ed. 548, p. 1).

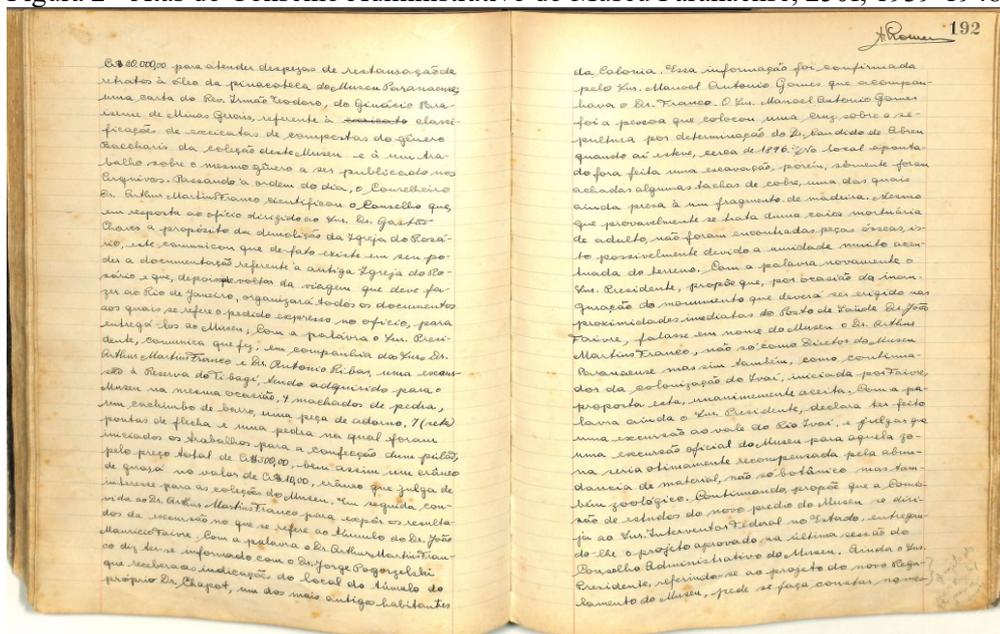
Com o resultado de pesquisas, o museu conta com uma coleção de machados extraídos de sambaquis na região de Antonina:

Importante aquisição: O Museu Paranaense acaba de ser enriquecido com uma importante coleção de machados de pedra de diversos formatos, polidos e lascados. Estes objetos foram extraídos no dia 14 do mês corrente de diversos morros de sambaquis do município de Antonina,

pelo diretor do museu que, para este fim se dirigia àquele município. (Dezenove de Dezembro (PR), 1882, ed. 0005, p. 3).

Além das doações, exposições e resultados de pesquisas, houve coleções inteiras que também foram compradas. Assim, acervos arqueológicos etnográficos, zoológicos, botânicos e históricos, representados por lâminas de machados, pontas de flechas, recipientes cerâmicos, arcos, cestos, crânios de animais silvestres, excicatas, louças, trajas, armas e pinturas, foram incorporados à Casa. Os valores pagos foram especificados nas atas em que os itens foram arrolados (p. ex.: ATA 83, de 23.08.45).

Figura 2 - Atas do Conselho Administrativo do Museu Paranaense, 250f, 1939-1948.



Fonte: Ata da 83ª Sessão do Conselho Administrativo de 23/08/1945. Atas do Conselho Administrativo do Museu Paranaense, 250f, 1939-1948.

Trecho da Ata da 83ª sessão do conselho administrativo (figura acima):

Em uma visita a Reserva de Tibagi, o Dr. Arthur Martins Franco e Dr. Antônio Ribas adquiriram na ocasião, 4 machados de pedra, 1 cachimbo de barro, 1 peça de adorno, sete pontas de flecha, uma pedra, e foram iniciados os trabalhos para a confecção de um pilão pelo preço total de CR\$300,00 bem assim como o crânio de um guará no valor de CR\$10,00, crânio que julga ser de interesse para as coleções do museu. (Ata do Conselho Administrativo do Museu Paranaense, 250f, 1939-1948).

Vale ressaltar que as exposições provinciais além de se estabelecerem como resultado de pesquisas da época, também retornavam aos estados com objetos fruto de

troca ou doação. Esse retorno aos estados, configurava para a constituição do acervo uma diversidade maior que já existia anteriormente.

Quanto ao acervo de etnologia indígena do Museu Paranaense - MUPA, é indissociável a representatividade do ex-diretor Romário Martins, o qual desempenhou um papel significativo na institucionalização de políticas ligadas às causas indígenas, como demonstrado a seguir:

Índios no Paraná [...] Com grande satisfação passo as vossas mãos, incluso as informações, as mais completas, prestadas a esta Delegacia pelo ilustrado Sr. Romário Martins, digníssimo diretor do Museu Paranaense, cujos estudos sobre os índios que habitam este Estado, os seus costumes, a sua língua e a sua etnografia, são assaz conhecidos nos centros científicos do país, onde tais estudos encontram da parte dos que a eles se dedicam, o maior reconhecimento a competência e dedicação do seu autor. A estas informações acompanha um mapa, também devido aos trabalhos do Sr. Romário, no qual vêm assinalados a posição geográfica dos mais notáveis toldos, e que, como diz o seu autor – é só por si respondem ao pedido de informações que lhe foi endereçado. Ainda sobre o assunto, num desenvolvimento completo, o Sr. Romário mostra-nos qual a legislação sobre os índios e falando sobre a possibilidade de recenseá-los, indica os meios pelos quais se pode levar a efeito tão árduo problema. [...] Um dos Estados onde mais avulta a população indígena, é, sem dúvida, o do Paraná. Nada menos de quatro tribos diferentes habitam o seu território, ponteando com a vastidade dos seus toldos as regiões do norte sul e ocidental do Estado. [...]. (Diário da Tarde, 1910, ed. 3565, p. 1).

Segundo Rodrigues (2018), ademais, as pesquisas e atividades desenvolvidas por Romário Martins referentes às causas indígenas fazem parte de sua vasta produção, como, por exemplo, História do Paraná (1899), Limites interestaduais entre o Paraná e Santa Catarina (1901), O que é o Paraná (1907), Mapa etnográfico do Paraná (1915), Manifesto e programa do Centro Paranista (1927). A importância do referido pesquisador e ex-diretor reflete na produção do MUPA e especialmente no acervo de etnologia indígena.

Após a gestão de Romário Martins (1902-1928), foi extinto o cargo de diretor e somente em 1936 José Loureiro Fernandes assume o MUPA como diretor, empenhou-se na criação de bases que possibilitassem a execução de pesquisas, formação de pessoal especializado e, paralelamente, na adoção de medidas protetoras do patrimônio arqueológico (CHMYZ, 2006). Outro projeto desenvolvido pelo diretor José Loureiro Fernandes tinha como objetivo dotar o litoral paranaense de uma base operacional para o estudo dos sítios arqueológicos e da população cabocla. Chegou a projetar um posto avançado do Museu em um terreno devoluto situado próximo ao porto de balsa de Caiobá. Serviria este para alojar equipes de pesquisa, as quais teriam, inclusive, espaços

adequados para o manuseio preliminar do material coletado. Loureiro Fernandes preocupou-se, também, com o aspecto educacional explorando, em todas as ocasiões, o potencial oferecido pelos dados e acervos acumulados pelas pesquisas.

Nas dependências do Museu, aconteciam saraus, premiações e exposições temporárias. Além de intensamente frequentado por populares, foi visitado por autoridades, como o próprio Imperador Pedro II e outros membros da Corte, presidentes da Província e governadores do Estado. Foi um período de ampliação do acervo, com a doação de populares, pois a receptividade do público exteriorizava-se, e resultava da doação de objetos, propiciando a constante ampliação dos seus mostruários (CHMYZ, 2006).

Sobre a RI no Museu nesse período de 1936 a 1940, na gestão de Jose Fernandes Loureiro, foi observada por visitantes a falta de textos explicativos nos objetos expostos nas constantes exposições. Em uma de suas visitas, o imperador Pedro II observou a falta de informação nas peças, o que levou à imediata produção de um Guia do Museu. Ainda que nesse período tenha se vivido tempos de incentivo a pesquisa, foi também um período de perda de materiais, como demonstrado por Chmyz (2006) as amostras enviadas para a Exposição Sul-Americana, em Berlim (1887), nunca foram recuperadas, ocasionando um desfalque nos seus mostruários. Esses acontecimentos revelam que a produção documental que resguardava a informação no museu era escassa, observando a recorrência a documentos antigos de governos anteriores, como obras de maior vulto, como o Índice Paranaense e o Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná, foram elaborados por Agostinho e Ermelino de Leão.

Inegavelmente, é a Romário Martins (diretor do museu de 1902 a 1928), o ordenador das coleções da Casa, que se deve a profícua produção de textos, alguns deles dedicados à arqueologia. No entanto, é somente em 1939 que acontece o início da reorganização da Casa, na gestão de José Loureiro Fernandes, que foi dividida em seções de História, Antropologia e Etnografia, Geologia e Paleontologia, Botânica e Zoologia. Os chefes das seções foram nomeados através de decreto estadual, de acordo com a capacitação técnico-científica que apresentavam, a salvo de indicações políticas, segundo Chmyz (2006).

A produção de documentos oficiais ainda hoje (2021) não é um ciclo que se concluiu, podem ser citados aqui a ausência de um plano museológico, documento de gestão de acervo, regulamento interno. O tratamento da informação na instituição tem seguido critérios não documentados, e pessoais de acordo com cada setor. Todavia,

esse cenário começou a mudar, quando em 2019 foi contratada uma museóloga, com atribuição de organizar os dados existentes e produzir esses documentos, trazendo mais organização para a estrutura interna e o oferecimento de melhor serviços à comunidade.

No MUPA, recentemente foi iniciado a criação do plano museológico e um caderno de procedimentos que ditam diretrizes para acervo. Com o passar dos anos alguns documentos foram substituídos para facilitar os procedimentos como, por exemplo, a exportação para uma base de dados, o livro tombo que foi utilizado até 2020 como um dos primeiros registros das peças (hoje esse livro tombo permanece no arquivo do museu, para consulta interna), no entanto, agora deu lugar a outro modelo de ficha de entrada no acervo, feita no editor de planilhas Microsoft Excel. Posteriormente os dados inseridos nessa ficha de cadastro são exportados para o Software Pergamum, que abriga o acervo do Museu.

Por meio de um acordo estadual com o Governo do Paraná, assinado em 2011, o Pergamum atende às instituições do estado. E por ter alcance em todo o território nacional brasileiro, funciona de forma integrada com outras instituições, facilitando a gestão de acervos e a exportação de dados.

Atualmente no museu paranaense, o acervo de etnologia indígena está formado por várias coleções, que são nomeadas pelo doador e ocupam quase todo o setor de Antropologia. O acervo do museu está distribuído em 03 (três) reservas técnicas – RT. RT-01: para documentação textual, obras raras, fotografias, áudios, filmes, cromos, memória institucional, entre outros; RT-02: para objetos etnográficos e de história, e tem uma pequena pinacoteca; RT-03: para objetos arqueológicos e históricos de grande porte [como pianos e maquinários fabris]) em que as peças são separadas e armazenadas por tipologia, como apresentada na Figura 3, a seguir:

Figura 3 - Reserva técnica de Antropologia.



Fonte: Acervo do MUPA, (2021)

Atualmente a parte do acervo de Antropologia é a maior do museu, tem aproximadamente 20.000 (vinte mil) itens, dentre estes estão as coleções de cultura popular, caiçara, escola de samba, e as coleções de etnologia indígena (maioria, somam aproximadamente 10.000 (dez mil) itens, incluindo fotografias, documentos oficiais, iconografia, diário de campo de pesquisadores). Essas peças ficam armazenadas na reserva técnica RT-02, que é a reserva destinada para a guarda do acervo de história, objetos tridimensionais, vestimentas e objetos pequenos, em estantes de aço e armários deslizantes para quadro.²⁶ Atualmente, a reserva técnica que abriga o acervo de etnologia indígena do Museu Paranaense, tem o ambiente controlado, (temperatura, umidade e luminosidade) e condições favoráveis para a conservação das peças do acervo.

As peças são registradas pelo seu RG²⁷ (Registro geral ou Código de identificação), que fica gravado em local discreto tanto na peça, quanto na estante ou local que fica acondicionada. O código de identificação serve para a organização e a recuperação dos objetos pelos profissionais do museu e não para o público, em relação a esta especificidade Padilha (2014) sugere para os museus que o número de registro seja disfarçado.

²⁶ Dados informados pela coordenação do Museu Paranaense.

²⁷ A identificação do objeto é uma atividade indispensável para a autenticidade e segurança do objeto museológico, bem como para a recuperação imediata das suas informações documentais. Para tanto, deve-se considerar o **número de registro** e o **tipo de marcação** em cada objeto adquirido pelo museu: essas ações precisam ser cuidadosamente pensadas antes de ser aplicadas nas peças (PADILHA, 2014).

Para Edson (2004) os instrumentos de gestão são indispensáveis para as atividades de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposições e ações educativas) patrimoniais desempenhadas pelos museus.

Do segundo acervo pesquisado, o MARquE no que diz respeito a ser referência para a comunidade, com mais de 50 anos de existência tem sido em Santa Catarina e na região sul, um dos principais centros de pesquisas em Antropologia, na história das instituições científico-culturais brasileiras, “o museu destaca-se como um marco precursor da pesquisa de pós-graduação em Antropologia” (Plano museológico, 2016). Também na estrutura organizacional do MARquE, na divisão de pesquisa estão os acervos dos seguintes setores: de arqueologia, de etnologia indígena e de cultura popular.

No Plano Museológico do MarquE (2016), seu acervo aponta investimentos dos primeiros pesquisadores formados nas universidades brasileiras sobre a pesquisa de campo em aldeias indígenas e a escavação de sítios arqueológicos históricos e pré-colombianos para fins investigativos. Quando se trata de pesquisa etnológica no país, o MarquE configura como uma das instituições precursora, trabalhando e promovendo as relações com a comunidade museológica e universitária.

Desde sua constituição, o atendimento ao público sempre foi prioridade, bem como as exposições contemplando aspectos da cultura local²⁸. Priorizou também os contatos com os povos nativos da cultura ali preservada, de forma a “consolidar as relações sustentadas pela instituição não apenas com os praticantes da pesquisa etnográfica e arqueológica e a comunidade museológica e universitária (Plano Museológico, 2016). Além da prioridade do museu em relação ao contato com povos originários das coleções de culturas locais, que figuram como fundamentais para a constituição e formação do acervo da instituição, se observa na documentação museológica da instituição a importância de pesquisas originárias de outras regiões.

O plano museológico constitui-se, como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade (BRASIL, 2009)

²⁸ De acordo com Cartas de Caracas e de Santiago do Chile, ambas centram esforços para que as questões museográficas se voltem para a região na qual está inserido o museu.

A composição da coleção de Etnologia Indígena compreende artefatos de diferentes naturezas produzidos por povos Guarani, Kaingang e Xokleng-Laklãnõ de Santa Catarina, Tikuna da Amazônia, Bororo, Karajá e de outros povos do Brasil Central, somando aproximadamente 1000 peças, segundo relatório da base de dados do sistema notes.

Essa base de dados do sistema notes, que abriga toda a coleção de etnologia indígena, se constitui um dos principais instrumentos de representação da informação, a partir daí se obtém dados fundamentais para identificar traços da história de povos tradicionais que compõem essa coleção. Como é possível observar na Figura 4, este acervo inclui peças em madeira, cestaria, fibra vegetal, osso, cerâmica, lítico, metal.

Figura 4 - Relatório do sistema notes.



Fonte: Base de dados do sistema Notes (2021)

O acervo etnográfico do MARquE provém de diversos grupos indígenas, caracterizado pela variedade de matéria-prima, as peças são de origem animal, vegetal e mineral, ou, ainda, uma peça que combina os vários materiais. Numa base de dados do sistema notes encontra-se todo o acervo do museu, com a entrada na aba superior é possível acessar a ficha de identificação do objeto com os dados gerais da peça (Figura 5), análise do objeto, localização no acervo, notas e imagem.

As informações que são disponibilizadas na ficha de identificação permitem comprovar de forma completa cada peça, como por exemplo: número do inventário, nome da peça, grupo étnico, família linguística, tipo de material da peça, região, estado e cidade

de onde provém, uma descrição formal e dimensões da peça. Traz de forma completa e organizada os dados que representam a informação contida na peça.

Essas fichas contêm informações do histórico de cada peça, a partir delas é possível representar as peças tanto a quem procura no sistema, até em uma exposição física ou virtual, ou identificar sua localização na reserva técnica.

Figura 5 - Ficha de identificação do Sistema Notes.

Coleção Etnologia Indígena										
Identificação do Objeto		Análise do Objeto	Conservação da Obra	Procedência	Localização de Guarda	Notas	Dados do Preenchimento			
Nº de Inventário/Tombo:	0019.00020									
Nome da peça:	Tambor de couro									
Número de peças:	01									
Categoria:	Instrumentos musicais e de sinalização									
Grupo étnico:	Tukúna									
Família lingüística:	Tukuna									
Área/Região:	Alto Solimões									
Cidade:	São Paulo de Olivença									
Estado:	Amazonas									
País:	Brasil									
Material:	Madeira - couro e fibra vegetal									
Técnica:	Artesanal									
Estado de Conservação:	Bom									
Descrição Formal:	Instrumento musical - membranofone - de couro com evidência de uso. Apresenta desenho sobre a membrana, de um lado uma figura masculina segurando a bandeira do Brasil, uma menina e um carro e, do outro lado da membrana, um sol com expressões humanas. Ao redor do tambor há amarrações de cordas.									
Dimensões da Obra (cm/kg)										
Altura(1):	8,5	Largura/Diâmetro(1):	18,0					Profundidade/Espessura(1):	17,0	
Altura(2):		Largura/Diâmetro(2):						Profundidade/Espessura(2):		
Peso:		Formato:								

Fonte: Coleção de etnologia (2021)

Em suma, a formação do acervo do MARquE é primordialmente resultado de pesquisas na região, mas também de doações. Em 2011 foram doados objetos Guarani, Xokleng, Kaingang, segundo Santos (2007) após um trabalho desenvolvido pelo Museu em parceria com a Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica (Guarani, Kaingang e Xokleng-Laklãnõ), que culminou com a exposição denominada *Guarani, Kaingang e Xokleng – Atualidades e Memórias ao Sul da Mata Atlântica*.

De acordo com os documentos disponibilizados e acessados no website da instituição, existe no plano museológico 2016-2021, normativa interna de capacitação, regimento do museu, relatório de atividades dos anos 2016 até 2019. Sobre essa documentação que marca um processo importante para o museu como instituição, o plano museológico, como já abordado, constitui-se, mais que numa obrigação legal, numa ferramenta de planejamento estratégico indispensável para a identificação de prioridades,

necessidades e meios de organização do trabalho que estimulem uma relação sinérgica entre os setores integrantes da estrutura interna institucional.

No que diz respeito à formação do acervo, cumpre ressaltar a coleção documental e bibliográfica derivada das pesquisas executadas pela equipe do MARquE. Tanto os documentos quanto a biblioteca encontram-se armazenadas no Centro de Documentação (CEDOC), do museu. Do acervo documental – referente às pesquisas arqueológicas e etnográficas - estão acumuladas grande parte de pesquisas entre povos indígenas do Estado de Santa Catarina e da Amazônia, principalmente, na década de 1960. Entre as ações de parcerias, o museu tem feito o mapeamento sistemático das instituições correlatas às suas áreas de atuação e conhecimento, em especial na Grande Florianópolis e na abrangência do Estado de Santa Catarina, tendo em vista, sobretudo, o levantamento de acervo arqueológico e etnológico, e a concretização de instrumentos de parceria (convênios, projetos, intercâmbios e outros) com Instituições de Ensino Superior, Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, Secretaria de Estado da Educação, Secretarias de Cultura Municipais, institutos de pesquisa, órgãos museais, órgãos de fomento (CNPq, Fapesc etc.), objetivando a efetivação de pesquisas e consequentemente atuações específicas e conjuntas em diversas dimensões. Ações como essas estão documentadas nos relatórios anuais do museu.

Quando se trata sobre critérios de aquisição e descarte do acervo, o plano museológico cita que a falta de definição e critérios se mostrou um problema com o tempo, ou pela falta de coerência das aquisições, o que gerou uma superlotação das reservas técnicas, ou problemas quanto a conservação. Para sanar essa questão existe a proposta de “estabelecer uma comissão para estudo das coleções da instituição, composta por técnicos do MARquE e especialistas nas tipologias de acervo abarcadas pelo MARquE para definir as diretrizes da Política de Aquisição e Descarte de Acervos, conforme consta no Regimento Interno do museu.” Porém não se obteve dados se essa equipe foi formada, após a aprovação desse documento.

Foi mencionado ainda no plano museológico que o acervo arqueológico não apresenta documentação pertinente, ou seja, não está no sistema notes, e que não existe normatização em relação a sua numeração, pois seguiu a lógica dos pesquisadores da época. E ainda foi exposto a necessidade de reunir informações para a construção da documentação museológica. Seguido do acervo de etnologia indígena que este sim, tem toda a documentação museológica, disponibilizados no sistema notes por meio de fichas de catalogação.

Sobre o acervo da coleção Elizabeth Pavan Cascaes, existe a documentação, também disponibilizada no sistema notes. Já sobre o acervo arquivístico e bibliográfico, o primeiro tem apenas um arrolamento genérico, e parte do segundo apresenta uma lista por título, autor e temática.

No art. 14 do regimento interno do museu, menciona que compete à divisão de museologia a elaboração de manuais e protocolos de gestão do acervo museológico. Solicitada ao museu sobre essa documentação foi informado que toda a documentação relativa ao museu estava no site, e de forma atualizada

Do terceiro acervo pesquisado, o “Museu Júlio de Castilhos”, na perspectiva de pensar a construção de critérios que possam representar a informação, é importante entender o contexto do acervo, da comunidade em que este se abriga. Nesse sentido, vale ressaltar que o antigo “Museu do Estado”, hoje denominado “Museu Júlio de Castilhos”, localizado no prédio que pertenceu ao Governador Júlio de Castilhos, no centro de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, se formou principalmente como resultado de doações de exposições, inclusive da *1ª Exposição Agropecuária e Industrial* do estado, uma realidade bem comum para os museus na época.

A partir de então, o museu herdou o material exposto, segundo Possamai (2014) em um total de 360 exemplares de minérios – e o espaço físico, dois pavilhões construídos para abrigar a exposição, no antigo Campo da Redenção, ao lado da Escola de Engenharia. Seus objetivos ficaram explícitos nas quatro seções constituídas por suas coleções, conforme o seu regulamento:

Artigo 2º – Os artigos entregues ao museu serão distribuídos pelas quatro secções seguintes:
1ª Secção de zoologia e botânica.
2ª Secção de mineralogia, geologia e paleontologia.
3ª Secção de antropologia e etnologia.
4ª Secção de ciências, artes e documentos históricos²⁹.

Sobre a criação do Museu do Estado, nome que era chamado o Museu Júlio de Castilhos, segundo Lopes (2009) teve impulso com a criação de outros museus de ciências surgidos no território brasileiro ainda no século XIX, como o Museu Nacional, o Museu Botânico do Amazonas, o Museu Paraense Emilio Goeldi, o Museu Paulista, o Museu Paranaense, entre outros.

²⁹ RIO GRANDE DO SUL. *Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas*. Porto Alegre, 1903, p. 27.

O primeiro diretor do antigo Museu do Estado³⁰ foi Francisco Rodolpho Simch, segundo dados do Relatório da Secretaria de Estado dos negócios das obras públicas (1906), o processo de criação do Museu do Estado está inserido em um quadro mais amplo de fé na ciência e na educação como forma de alcançar uma sociedade civilizada, por incentivo, conduzido especialmente por seu primeiro diretor, o museu teve sua atuação pautada com a adoção procedimentos concernentes às ciências naturais na formação, estudo e classificação de coleções.

Nesse contexto, o Museu Júlio de Castilhos configurou-se como uma das instituições precursoras do desenvolvimento das ciências no Estado do Rio Grande do Sul, estando sua atuação em sintonia com os pressupostos positivistas então vigentes (POSSAMAI, 2014). Corroborando com essa afirmação Possamai (2014), ressalta sobre a atuação de Francisco Rodolpho Simch, principalmente no incentivo e compacto com as ideias de valorização da ciência, seus primeiros esforços como diretor concentraram-se em formar as coleções, através da compra de exemplares, do recebimento de doações e da realização de saídas a campo pelo interior do estado.

Segundo Nedel (2005), foram dois marcos da trajetória do Museu Júlio de Castilhos: o da fundação, em 1903, como um museu enciclopédico, prioritariamente dedicado à “História Natural”, e o momento de redefinição tipológica, em 1954, quando demarcou para si as de museu histórico, priorizando o folclore e o estudo das tradições “pátrias” e rio-grandenses, por um longo período, o museu permanecia a maior parte do tempo com suas portas fechadas ao público, recebendo somente pesquisadores, fornecendo pareceres técnicos, viajantes estrangeiros e os funcionários da Coroa, cuja missão era a de, incrementando o conhecimento da formação histórica, da geografia e das riquezas naturais do interior do país, contribuir para o estreitamento dos vínculos das províncias com a corte, e para a marginalização dos poderes periféricos.

No período do estado novo, sob o comando o médico, jornalista e pedagogo carioca Emílio Kemp³¹, a política de atuação volta-se preferencialmente ao público, ao contrário do que ocorria antes disso, quando a maior parte do expediente era interno e o trabalho dirigia-se principalmente à pesquisa, transcrição e catalogação de documentos (NEDEL, 2005). Desde então uma intensa preocupação pedagógica norteia suas

³⁰ Do Rio Grande do Sul.

³¹ Emílio Kemp foi nomeado diretor do Museu em 23 de março de 1939, cargo em que permaneceu até 1950, quando se aposentou.

atividades, que incluem visitas guiadas para estudantes e exposições com parte do acervo transferida para as escolas estaduais e particulares.

Atualmente, o museu conta com a primeira diretora museóloga a frente da instituição, o que se considera uma conquista ao estado e seu setor museológico. Um museu centenário estar sob a coordenação de uma profissional especializada para desenvolver as atividades inerentes a instituição soma na oferta de serviços e nos processos de construção de relações com sua comunidade.

Um dos primeiros documentos do acervo de etnologia indígena foi o Catálogo de Exposição de 1901, segundo Melo (2019):

Embora contenha deficiências ou incorreções, que, aliás, poderão ser futuramente sanadas, esta resenha servirá, aos contemporâneos e aos pósteros, como um repositório modesto do progresso e da civilização do Rio Grande do Sul, nos princípios do século XIX. (RIO GRANDE DO SUL, 1901, p. 08).

Outro documento que se observa é o Regulamento institucional, na afirmação de Silveira (2011), com o decreto 1140 de 19 de julho de 1907, em que o Museu do Estado passa a ser nomeado de Júlio de Castilhos, nesse mesmo documento Borges de Medeiros aprova o primeiro Regulamento do Museu. Ainda, Melo (2019) também afirma que desde sua fundação o Museu do Estado concentrou suas atividades na busca por objetos do Rio Grande do Sul, mesmo que no Regulamento estivesse escrito que buscariam exemplares também do Brasil, a coleção etnológica e as demais, foram formadas, em sua maioria, a partir de exemplares obtidos de municípios rio-grandenses.

Mesmo não sendo a maioria, uma das formas de aquisição era a troca de coleções com outros museus, com seus colegas diretores de outros museus, como o Museu Nacional, o Museu Paulista e o Museu Paraense Emílio Goeldi, com os quais o diretor trocava correspondências a respeito da organização do museu. Os estudos sobre o cenário das instituições museais do Brasil, nas primeiras décadas do Museu do Estado, indicam que essa rede de comunicação entre os museus era constante (LOPES, 2009). Sobre os processos de doação e compra Melo (2019) afirma que, em 1908, a instituição adquire por compra a coleção de exemplares indígenas do Dr. H. Eichenberg; em 1911 o museu recebeu doação de três modelos de lanças; em 1914 o Capitão Cassio Pereira doou duas lanças e uma flecha; e em 1920 a instituição recebeu doação de 20 exemplares de artefatos indígenas não especificados.

Sobre a coleção etnológica o diretor registrava: [...] dificilmente aparecerá algum exemplar ainda não representado nas nossas coleções

pelo menor no tocante ao material do Estado [...] tão grande é o número de objetos e sua variedade. (RIO GRANDE DO SUL, 1916a).

Dos critérios para classificar os objetos no acervo, segundo o diretor da época, a coleção de etnologia indígena estava em ótimo estado e seus objetos estavam classificados consoantes às subcategorias: Armas, Utensílios, Adornos e Produtos de Indústria (RIO GRANDE DO SUL 1906a, p. 176).

As expectativas sobre os objetivos do Museu eram grandes, porém a equipe e a estrutura física eram pequenas. O quadro de funcionários nos primeiros anos não chegava a cinco pessoas, contando com o diretor, esse que praticamente sozinho, organizava, classificava e estudava as coleções (MELO, 2019). Um destaque ressalta o esforço do diretor em organizar as coleções, mesmo em um espaço pequeno. Lopes (2009) e Schwarcz (1993) salientam que, os diretores procuravam colocar em prática seus projetos de museus, organizavam e classificavam as coleções, praticamente sozinhos, além de administrar as instituições e publicar nas revistas, os que as tinham. Eram a partir dessas publicações que se construíam documentos, ou somente textos que muitas vezes norteavam a prática profissional.

Ainda que não se tenha consultado o regulamento desse período, Melo (2019) aponta que a coleta de materiais indígenas era realizada a fim de proporcionar estudos de um passado desconhecido pelos descendentes de europeus e de entender a partir de comparações dicotômicas (primitivo/civilizado, atrasado/evoluído) quais povos se aproximavam ou não de uma civilização considerada moderna. Segundo Sanjad (2005, p.324):

(...) as coleções de cerâmica, machados de pedra, tembetás e outros artefatos indígenas despontavam como fundamentais para a comparação de formas, estilos decorativos, materiais, usos e significados – um exercício que tinha como fim estabelecer relações, filiações e hierarquias entre diferentes etnias e entre estas e a sociedade nacional.

A documentação histórica referente às primeiras décadas do século XX no Museu Júlio de Castilhos deixaram poucas pistas sobre como a coleção etnológica era trabalhada no museu.

Sobre essa documentação, o museu Júlio de Castilhos/RS conta com “normas não documentadas” para a salvaguarda que se encontram nas reservas técnicas, e são compostos por registros antigos das peças, livros tombos, e fichas catalográficas que fazem parte da documentação interna, e que a maioria não estão em uma base de dados.

Inicialmente, qualquer peça ao entrar no acervo utiliza-se a ficha de identificação como um dos primeiros registros, as referidas fichas trazem os dados da peça como na Figura 6.

Atualmente, essas fichas são guardadas em caixas de arquivo de papelão, para uso interno da instituição, hoje já não se utiliza mais esse modelo, é possível observar a quantidade de campos preenchidos e vazios que constam na ficha catalográfica. Uma das informações repassadas pelo Museu é de que existe a possibilidade de com a rotatividade de funcionários no espaço, algumas informações tenham se perdido, com a ausência de instrumentos e diretrizes para o registro dos dados, o que impossibilita a agilidade e eficiência na recuperação do documento na sua totalidade.

Figura 6 - Ficha catalográfica do objeto.

MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS			
Objeto:	Retrato do BRIGADEIRO CARLOS MACHADO BITTENCOURT		
NP de Ordem:	178	NP de Catálogo:	171 Ic
Pertenceu a:		Época:	11.03.1890 a 24.05.1890 (Comandante da 3ª Região Militar de-)
Procedência:	Porto Alegre		
Modo de Aquisição:	Oferta		
Data da Aquisição:	Quartel General		
Doador:		Fone:	
Endereço:			
Localização:			
Material:			
Estado de Conservação:			
Dimensões:			

Fonte: acervo do Museu Júlio de Castilhos (2020)

Nessa outra ficha já é possível observar quase todos os campos preenchidos, o que facilita a localização tanto do objeto como da sua história. Ausente apenas o modo de aquisição da peça, e quanto a procedência ainda que esteja o “Rio Grande do Sul”, no entanto poderia ser mais específico sobre a região.

Figura 7 - Ficha catalográfica do objeto.

Bolema Flores

MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS

OBJETO: COLAR (Adorno, amuleto ou objeto simbólico) DK
MODO DE AQUISIÇÃO:
PROCEDÊNCIA: Rio Grande do Sul.
NÚMERO DE ORDEM: 54 1
NÚMERO DE CATÁLOGO: 1268 -Et
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Perfeito.

MATERIAL: Dentes, fibras vegetais e madeira.

CARACTERÍSTICAS:
Fileira de dentes ponteagudos, simétricamente dispostos de maior a menor, a partir do centro; presos, por meio de fibras, a uma vareta, cilíndrica, de madeira.
Das extremidades da fileira de dentes, saem cordões de fibras vegetais torcidas.

DIMENSÕES: Comprimento do Colar- 23,5 cm
" dos dentes- 1,6 a 1 cm.

DOADOR: (Coleção Octacílio Barbedo)

Fonte: acervo do Museu Júlio de Castilhos (2020)

A partir do uso de um software esses dados da ficha catalográfica serão todos repassados formato digital. O Museu tem um projeto de migrar para uma base de dados chamada Tainacan, que é um software livre, é desenvolvido pelo Laboratório de Inteligência de Redes da Universidade de Brasília, com apoio da Universidade Federal de Goiás, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e do Instituto Brasileiro de Museus. Ele permite a gestão de acervos online, é utilizado por grandes museus, e já apresenta consolidação em pesquisas no que diz respeito a sua funcionalidade.

Outro documento de relevância notória a respeito do acervo do Museu Júlio de Castilhos são os livros tombos, atualmente não são mais utilizados para registro de novas incorporações, seu acesso é restrito a equipe interna e pesquisadores, por ser um documento muito antigo o manuseio exige cuidados especiais visando sua conservação.

Figura 8 - Livro tomo de registro do acervo.

Data de aquisição	Objeto	Nº Tombo (Paterno)	Procedência	Observações
Junho 1962	Adorno ou Amuleto - Fuso - 2 garças	1304	Terres - RS - Sambaqui	
1	Adorno ou Amuleto - Fuso	112	Terres - RS - Sambaqui	
2	Adorno ou Amuleto - Fuso	113	Terres - RS - Sambaqui	
3	Adorno ou Amuleto - Fuso - fragmento	130	Terres - RS - Sambaqui	Desaparecido
4	Adorno ou Amuleto - Fuso - fragmento	131	Terres - RS - Sambaqui	Desaparecido
5	Adorno ou Amuleto - Fuso - fragmento	132	Terres - RS - Sambaqui	Desaparecido
6	Adorno ou Amuleto - Fuso - fragmento	133	Terres - RS - Sambaqui	Desaparecido
7	Adorno ou Amuleto - Fuso - fragmento	134	Terres - RS - Sambaqui	Desaparecido
8	Adorno ou Amuleto - Fuso - fragmento	135	Terres - RS - Sambaqui	Desaparecido
9	Adorno ou Amuleto - Fuso - fragmento	136	Terres - RS - Sambaqui	Desaparecido
10	Adorno ou Amuleto - Fuso - fragmento	137	Terres - RS - Sambaqui	Desaparecido
11	Adorno ou Amuleto - Fuso	138	Terres - RS - Sambaqui	Desaparecido
12	Adorno ou Amuleto - Fuso	139	Terres - RS - Sambaqui	Desaparecido
13	Adorno ou Amuleto - Fuso - nem garças	230	Terres - RS - Sambaqui	Desaparecido
14	Adorno ou Amuleto - Fuso	231	Terres - RS - Sambaqui	Desaparecido
15	Adorno ou Amuleto - Fuso	232	Terres - RS - Sambaqui	
16	Adorno ou Amuleto - Fuso	233	Terres - RS - Sambaqui	
17	Adorno ou Amuleto - Fuso	234	Terres - RS - Sambaqui	
18	Adorno ou Amuleto - Fuso	235	Terres - RS - Sambaqui	
19	Adorno ou Amuleto - Fuso	236	Terres - RS - Sambaqui	
20	Adorno ou Amuleto - Fuso	237	Terres - RS - Sambaqui	
21	Adorno ou Amuleto - Fuso	238	Terres - RS - Sambaqui	
22	Adorno ou Amuleto - Fuso	239	Terres - RS - Sambaqui	
23	Adorno ou Amuleto - Fuso	240	Terres - RS - Sambaqui	
24	Adorno ou Amuleto - Fuso	241	Terres - RS - Sambaqui	
25	Adorno ou Amuleto - Fuso	242	Terres - RS - Sambaqui	
26	Adorno ou Amuleto - Fuso	243	Terres - RS - Sambaqui	
27	Adorno ou Amuleto - Fuso	244	Terres - RS - Sambaqui	
28	Adorno ou Amuleto - Fuso	245	Terres - RS - Sambaqui	
29	Adorno ou Amuleto - Fuso	246	Terres - RS - Sambaqui	
30	Adorno ou Amuleto - Fuso	247	Terres - RS - Sambaqui	
31	Adorno ou Amuleto - Fuso	248	Terres - RS - Sambaqui	
32	Adorno ou Amuleto - Fuso	249	Terres - RS - Sambaqui	
33	Adorno ou Amuleto - Fuso	250	Terres - RS - Sambaqui	
34	Adorno ou Amuleto - Fuso	251	Terres - RS - Sambaqui	
35	Adorno ou Amuleto - Fuso	252	Terres - RS - Sambaqui	
36	Adorno ou Amuleto - Fuso	253	Terres - RS - Sambaqui	
37	Adorno ou Amuleto - Fuso	254	Terres - RS - Sambaqui	
38	Adorno ou Amuleto - Fuso	255	Terres - RS - Sambaqui	
39	Adorno ou Amuleto - Fuso	256	Terres - RS - Sambaqui	
40	Adorno ou Amuleto - Fuso	257	Terres - RS - Sambaqui	
41	Adorno ou Amuleto - Fuso	258	Terres - RS - Sambaqui	
42	Adorno ou Amuleto - Fuso	259	Terres - RS - Sambaqui	

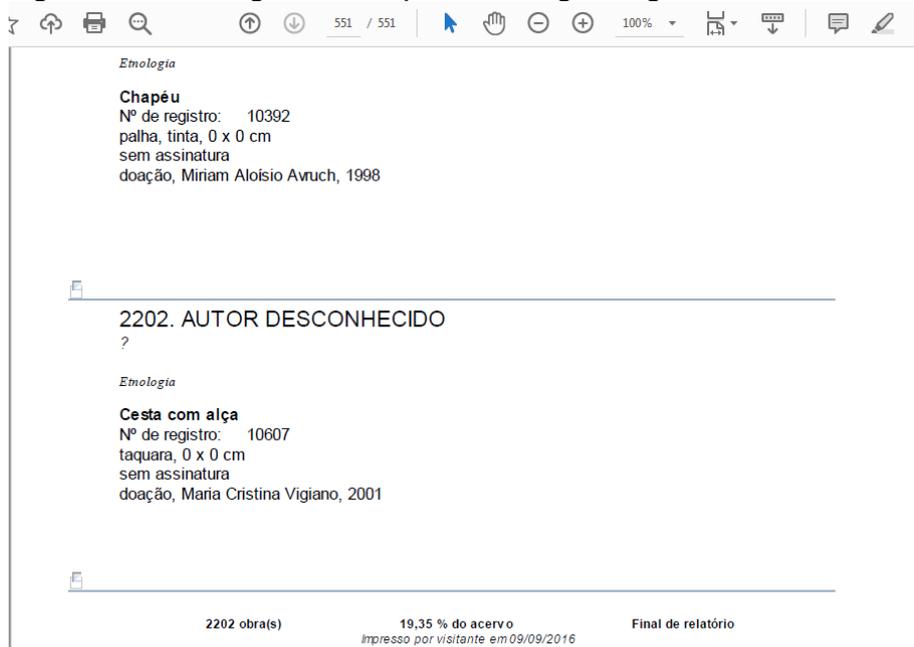
Fonte: acervo do Museu Júlio de Castilhos (2020)

Com respaldo do livro tomo (com registros desde 1962), percebe-se que existem objetos desaparecidos (demonstrado na Figura 8, acima). Segundo a instituição, a ausência de um documento de gestão dificulta o tratamento das peças e de representação da informação das peças no acervo (informação verbal)³². Alguns documentos extraviados foram encontrados ao longo do tempo, ou a falta de documentação de alguns dos processos inviabilizou sua permanência no acervo, na coluna central existe a identificação de reaparecido para a peça, essa incidência se tornou constante com o crescimento das coleções, e a dificuldade de gerenciar o acervo sem a documentação necessária para estabelecer critérios para o tratamento das peças.

No momento da visita ao Museu Júlio de Castilhos estava acontecendo uma exposição e quase todo o acervo de etnologia indígena estava exposto, na próxima seção trataremos dessa exposição que em razão do acesso possibilitou captar imagens das peças. Outra fonte que foi disponibilizada para a presente pesquisa foi o relatório geral do sistema com a quantidade e dados dos objetos armazenados:

³² Informação verbal, adquirida no momento da pesquisa pela coordenação do museu Júlio de Castilhos.

Figura 9 - Relatório geral da coleção de etnologia indígena.



Fonte: Acervo do Museu Júlio de Castilhos (2020)

Como constatado no relatório, até o momento da coleta (agosto/2020), o acervo de etnologia indígena tinha 2.202 obras, porém esse trabalho de inserção no sistema estava em andamento e parte do acervo ainda não estava disponível na base de dados. Com o projeto de migração para outra base (Tainacan), a equipe do museu pausou as atividades de inserção de dados no sistema para reorganizar o acervo e preparar essa migração, associado a esse fator, com a pandemia da covid-19 houve a suspensão das atividades do museu.

Com a mudança de uma base de dados para outra, um dos maiores desafios está na não-compatibilidade de dados, e há também a ausência de critérios para representar a informação, há necessidade de estabelecer métodos que possa adequar a esse processo, minimizando o tempo e os custos, essa morosidade poderia ser evitada ou reduzida com instrumentos de representação da informação.

Apresentar a informação na sua autenticidade é fundamental para comunicar uma mensagem ao público. Um dos envolvimento direto do Museu Júlio de Castilhos com a comunidade no que diz respeito a organização de informações, foi possível conferir em uma exposição intitulada de “Memória e Resistencia”, é importante ressaltar a

participação direta dos povos originários nesse trabalho³³, pois se propõe a apresentar ao visitante essa riqueza cultural, que compõe esse universo, tendo como fio condutor do Museu um convite a descolonização do olhar e ao reconhecimento do modo de vida e de produção de sentidos desses povos.

Figura 10 - Exposição Memória e Resistência, 2020.



Fonte: acervo do Museu Júlio de Castilhos (2020)

A participação dos povos originários nessa exposição é o resultado de parcerias que o Museu tem tanto com esses povos como com a comunidade local. Um dos objetivos foi levar diversos povos da região e aproximar cada vez mais do acervo de etnologia indígena assim como inseri-los nesse espaço de convivência e aprendizado em comum, desde ações como os guaranis indo ao museu para comercializar seu artesanato, e ensinando sobre os costumes, cultura e vida de seus antepassados, é o museu mostrando a sua vocação em servir a sociedade e ser referência de cultura e história para as gerações.

Conseguir representar algo mais próximo da sua essência é um dos maiores desafios na representação da informação, e a parceria do museu com povos originários quebra essa barreira para apresentar as técnicas do objeto com propriedade, inseri-los nesse contexto é fundamental para a troca de experiências. No entanto, é ideal que o

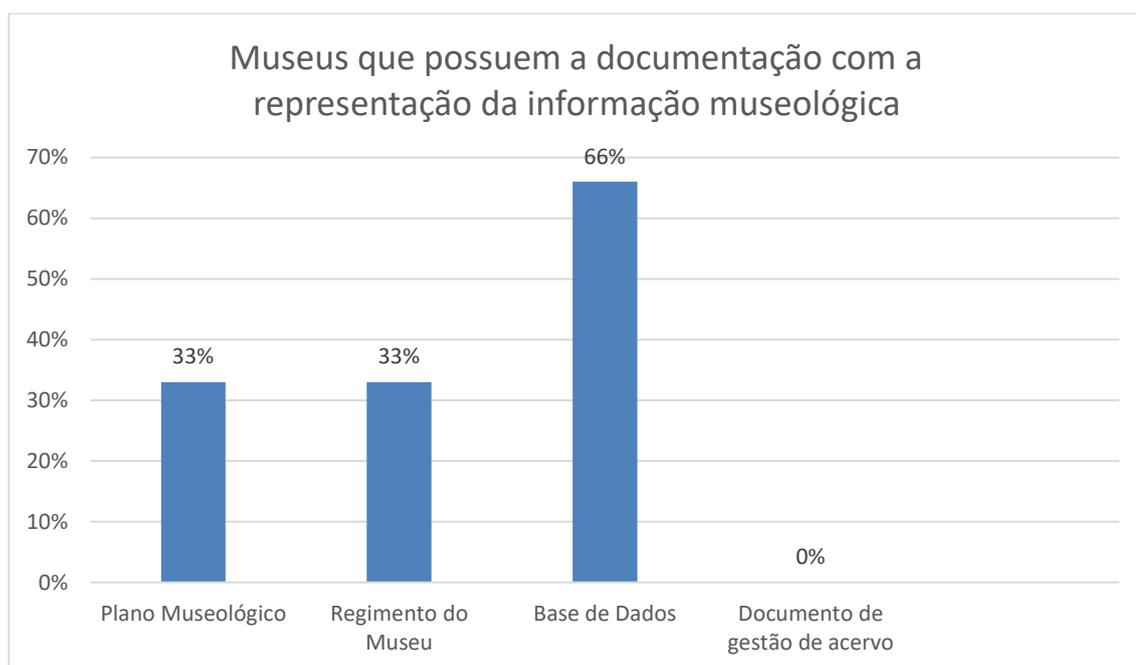
³³ A convite do Museu Júlio de Castilhos, foram os próprios indígenas que selecionaram as peças a participar da exposição e como elas ficariam expostas, e seriam apresentadas ao público da exposição, a equipe do museu se encarregou de fazer a descrição segundo o conhecimento que uma pessoa da comunidade indígena descrevia para ser apresentado junto de cada peça, a contribuição de ambas as partes resultou em um trabalho de reconhecimento e representação da memória e resistência dos povos originários.

museu tenha critérios bem definidos, para que esses acervos sejam expostos, e produzam representações reais e menos colonizadas sobre os povos indígenas e todas as coleções.

Atualmente, no que se refere aos documentos institucionais, o museu passa por um momento de construção de um plano museológico, que não foi finalizado até o momento da coleta de dados dessa pesquisa, assim como documento de gestão de acervo, e o regimento interno do museu, segundo informações obtidas na coleta, a ausência desses critérios documentados detém um tempo maior na construção formalização de documentos que respaldem esse processo para o museu.

Para melhor identificação dos critérios de constituição/definição da RI dos acervos (etnográficos) nos 03 (três) museus pesquisados, são apresentados no gráfico abaixo os documentos encontrados nos museus e a porcentagem respectiva de cada documentação nas unidades

Gráfico 1 - Documentos identificados com menção aos critérios de constituição/definição da RI.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021

Entre os desafios enfrentados pelas instituições museológicas, como já citados, está a falta de documentação, que possa legitimar os processos e instrumentalizar as ações. Com a ausência de diretrizes que possam normatizar os processos, identifica-se dificuldades no registro dos acervos pesquisados.

5.3 A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NOS MUSEUS À LUZ DO REFERENCIAL TEÓRICO.

Na análise dos registros (representação) da informação museológica das instituições pesquisadas foi possível observar os dados por meio do acesso às fichas de identificação, etiquetas das peças, base de dados, RG (número de registro ou de identificação) das peças armazenadas nas reservas técnica e nas exposições, e observou-se a importância de que diretrizes estejam presente por meio de documentação que estabelece critérios para que a etapa de representação possa ser desenvolvida com eficiência e fundamentada no objeto registrado, assim o museu consolida seu papel na sociedade. A partir do acesso às informações consistentes e organizadas o museu desenvolve ações de pesquisas, exposições, ações educativas, entre outras, em parcerias com a comunidade e demais museus.

O acesso aos dados tratados a seguir se deram por meio de materiais como fotos, relatórios e base de dados, cedidos por cada museu, em apenas uma das unidades aconteceu a visita presencial, antes do período de restrições, por conta da pandemia de COVID 19 já abordada aqui.

O setor de Antropologia do Museu Paranaense reúne todas as coleções de etnologia indígena, as quais recebem o nome do doador da referida coleção, ou pesquisador. No quadro abaixo, são as coleções de etnologia com a relação de povos dos quais as peças são originárias, a maioria dos etnônimos está notada como foram registrados à época de incorporação pelo museu:

Quadro 4 - Coleções de etnologia indígena do MUPA.

Vladimir Kozák	Wanda Hanke	Gunther Tessmann	João Américo Peret	David Carneiro	João Tenius	Artur Martins Franco	Themistocles Paes de Souza Brasil	José Loureiro Fernandes	Edmundo Mercer	Ruhland	Edwino Tempiski
Bororo	Janahuaga	Aguano	Karajá	Karajá	Botocudos	Botocudos	Tucano	Caingangues	Caiuá	Kanhgág	Kainguá
Gavião	Tapé/ Tembecuá/ Mbyá	Amawáka	Kayapó	Tukano			Macú		Guarani	Xokleng	Caboclo
Guarani-Kaiowá	Chamacoco	Capanahuas	Ka'apor	Makú						Guarani	
Ka'apor	Caduveo	Chama	Harraraibu ou Guaharibo	Borôro							
Kaingang	Chiquitano	Chebero	Canela								
Kamaiurá	Guarayo	Chívaros	Guajajara								
Karajá	Sirionó	Cocama	Macu								
Kayapó	Tereno	Chamicuro									
Kuikuro	Angaité	Chama									
Mehinako	Ejnok										
Povos do Xingu	Lenguá										

Trumái	Sanapaná										
Waujá	Caiuá										
Xavante	Caingangues										
Xerente											
Xetá											
Xokleng											
Yawalapiti											

Fonte: Dados cedidos pelo MUPA, 2021.

A prática de comunicar é um dos papéis essenciais da função museológica, e pensar nessa prática é essencial quando se trata do público, é fundamental comunicar a essência do objeto, e comunicar algo que trata da realidade do outro, no caso do acervo etnográfico, é um desafio e por isso a curadoria compartilhada é fundamental. Uma das ações possíveis com os acervos etnográficos, é aproximar o indígena para descrever o objeto, para que assim possa ser apresentado ao público da forma mais acessível e com linguagem mais próxima da essência do objeto. É de função estrutural dos museus a pesquisa, a salvaguarda e a comunicação de suas coleções, essas três ações compreendidas como partes fundamentais no processo de musealização dos objetos na instituição (PADILHA, 2018).

Essa relação do objeto com o indígena se reflete nas formas de como as peças ficam armazenadas na reserva técnica, sendo assim, a seguir trata-se de como a reserva técnica armazena as peças e aspectos da representação dos objetos e como se apresentam as informações nesse espaço, ainda que não seja aberto ao público externo, somente aos pesquisadores e público interno. Na Figura 11 é possível observar em peças que são resultados de pesquisas, algumas etiquetas que identificam o objeto, no caso das cestarias, a opção de não fixar a informação diretamente na peça é uma escolha para não alterar ou danificar a natureza do material e preservá-la por mais tempo. Neste sentido, Pinheiro (1996, p.7) destaca a importância das pesquisas quando aponta que “O núcleo de pesquisa é o motor propulsor da organização de acervos, pois o seu trabalho repousa e é desenvolvido a partir de dados, documentos e informações do acervo cuja plena utilização pressupõe a sua organização e fácil recuperação.”.

Figura 11 - Reserva técnica RT-03 do MUPA.



Fonte: acervo do Museu Paranaense, 2021.

Na instituição, a construção de documentos institucionais é uma realidade ainda recente, pois uma das questões citadas durante a captação de dados por parte do Museu foi a falta de diretrizes e padronização nos serviços, o que dificulta a identificação e representação das informações ao acervo.

Na última gestão, foi contratada uma museóloga para trabalhar mais ativamente na construção desses documentos, como Plano Museológico, Diretrizes para aquisição de peças, entre outras diretrizes e manuais. “A ausência de documentação torna os processos mais pessoais, o que dificulta o desempenho das atividades nos setores³⁴”, segundo informação do próprio museu, no entanto, a participação da museóloga não advém da prática diária, pois sua moradia se mantém fora do Brasil.

As imagens e informações obtidas revelou um cenário do caminho que falta ser percorrido para que a representação da informação museológica a luz do referencial teórico esteja identificada, desde o processo preliminar de construção dos documentos até a execução das atividades e o acesso da informação pelo público interessado, seja ele visitante ou equipe interna. Ainda na atualidade é um dos entraves a construção de documentos para guiar atividades do museu, sendo que a literatura apresenta como fundamental um plano museológico, regimento do museu, para otimização dos serviços e sempre tendo em vista a preservação, a divulgação, a valorização e a fruição do

³⁴ Informação verbal da equipe da unidade.

patrimônio cultural abrigado nos museus. Sendo assim, Ortega e Lara (2010) compreendem documentação pela perspectiva da organização da informação, essa estipula um conjunto de técnicas que visem à recuperação, acesso e uso da informação contida nos objetos/documentos.

Dessa forma, para Van Velthem (2018) podem vir a ser desvalorizadas as coleções que não foram contextualizadas, ou então, em um sentido oposto, serem favoravelmente aquilatadas, porque seus componentes foram devidamente identificados, classificados, descritos, ilustrados, fotografados. Nos dias atuais, espera-se, contudo, que o papel sincronizador dos museus antropológicos extrapole o fazer museológico tradicional, relacionado com a contextualização e a preservação material dos acervos, e se abra para novas dimensões destes fazeres, ampliando assim os horizontes de reconfiguração das sociabilidades em seus espaços (GALLOIS, 1991). Os museus etnográficos que se voltam para esses novos paradigmas irão se constituir em fundamentais agentes na implantação de uma política favorável ao diálogo intercultural.

No segundo museu, o MARquE, que já carrega na sua nomenclatura a tipologia de etnológico, desde 2015 com a conclusão do plano museológico um dos projetos era a inserção das coleções na base de dados, e atualmente, o acervo de etnologia indígena no MARquE, está todo inserido no sistema notes, com a Figura 12 (abaixo) do sistema Notes e é possível observar que na parte superior existem abas, inicia com a identificação do objeto, essa identificação reúne informações como inventário/tombo, nome da peça, categoria, grupo étnico, cidade e estado de onde provém a peça, dimensões físicas e descrição formal e foto real do objeto. Posteriormente a aba Análise do objeto, traz informações de como o objeto é tratado pelo grupo étnico a que pertence. O Note não é de acesso livre ao público, o acesso para essa pesquisa foi feito por meio de um link disponibilizado pela equipe do museu.

Figura 12 - Ficha de catalogação do sistema Notes.

Coleção Etnologia Indígena						
Identificação do Objeto	Análise do Objeto	Conservação da Obra	Procedência	Localização de Guarda	Notas	Dados do Preenchimento
Nº de Inventário/Tombo:	0099.00171					
Nome da peça:	Cesto gameliforme					
Número de peças:	01					
Categoria:	Trançados					
Grupo étnico:	Xokleng					
Família linguística:	Jê					
Área/Região:	Posto Indígena Duque de Caxias					
Cidade:	Ibirama					
Estado:	Santa Catarina					
País:	Brasil					
Material:	Taquara - cera de abelha - fibra vegetal					
Técnica:	Trançado sarjado					
Estado de Conservação:	Bom					
Descrição Formal:	"Cesto gameliforme com base quadrangular plana, bojo cilíndrico, contorno simples, com arremate da borda anelar em casca de imbé. Trançado sarjado em padrão espinha de peixe. Terminação da borda com trançado quadriculado. Revestido internamente com cerol." (Lavina, 1994)					
Dimensões da Obra (cm/kg)						
Altura(1):	22,0	Largura/Diâmetro(1):	24,0	Profundidade/Espessura(1):	25,5	
Altura(2):		Largura/Diâmetro(2):		Profundidade/Espessura(2):		
Peso:		Formato:				

Fonte: Base de dados do sistema Notes, 2021

Organizar e disponibilizar uma base de dados com todas as informações demandam tempo e diretrizes, a clareza dessas informações revela engajamento da equipe e compromisso no processo de comunicar e disponibilizar seu acervo, essa foi uma das tarefas árduas com a estruturação do sistema notes e os dados que foram e estão sendo inseridos, pois ainda existe acervo que não foi documentado no sistema. Nesse sentido, Padilha (2014) ressalta a importância de um software adequado às necessidades da instituição, que permita a automação das coleções do acervo e a difusão das informações estabelecidas pela documentação museológica.

Face ao exposto, a base de dados do sistema foi o principal instrumento de representação da informação na qual essa pesquisa teve acesso, pois o acervo de etnologia indígena consegue ser acessado, e recuperado com informações bem completas a respeito das peças, o que viabiliza pesquisas, acesso rápido entre outros trabalhos como organização de exposições, auxílio ao pesquisador. No entanto essa base de dados não está com acesso livre ao público externo, somente ao público interno, considerando que o acesso é fundamental para acontecer a comunicação, ainda que aconteça de outras formas a comunicação, é válido frisar que disponibilizar os dados à comunidade externa por meio de canal, propicia conhecimento sobre esse acervo, fomenta pesquisas, e aproxima a sociedade do museu. Para Padilha (2014) um dos objetivos da automatização do acervo é de fornecer informação de forma rápida, organizada e eficaz, qualquer que

seja o seu uso. A informatização das atividades relacionadas ao tratamento documental, facilita o acesso à informação pelo público e contribuindo para a funcionalidade dos trabalhos administrativos realizados pelos funcionários do museu.

Das exposições, o plano Museológico (2016-2021) menciona que foram formadas equipes para a construção de documentos como elaboração de programas de acervo, são citados neste mesmo plano uma das etapas da construção desses documentos elencando os projetos e soluções para os desafios com os quais a instituição se defronta na atualidade, e que esses documentos e etapas de elaboração serviram para o Plano Museológico, mas não houve acesso a estes possíveis documentos. Segundo Dutzmann (2008), o Sistema Brasileiro de Museus³⁵ tem realizado estudos visando à padronização da documentação em museus, tendo como modelo o sistema espanhol. No entanto, tais medidas ainda não foram colocadas em prática.

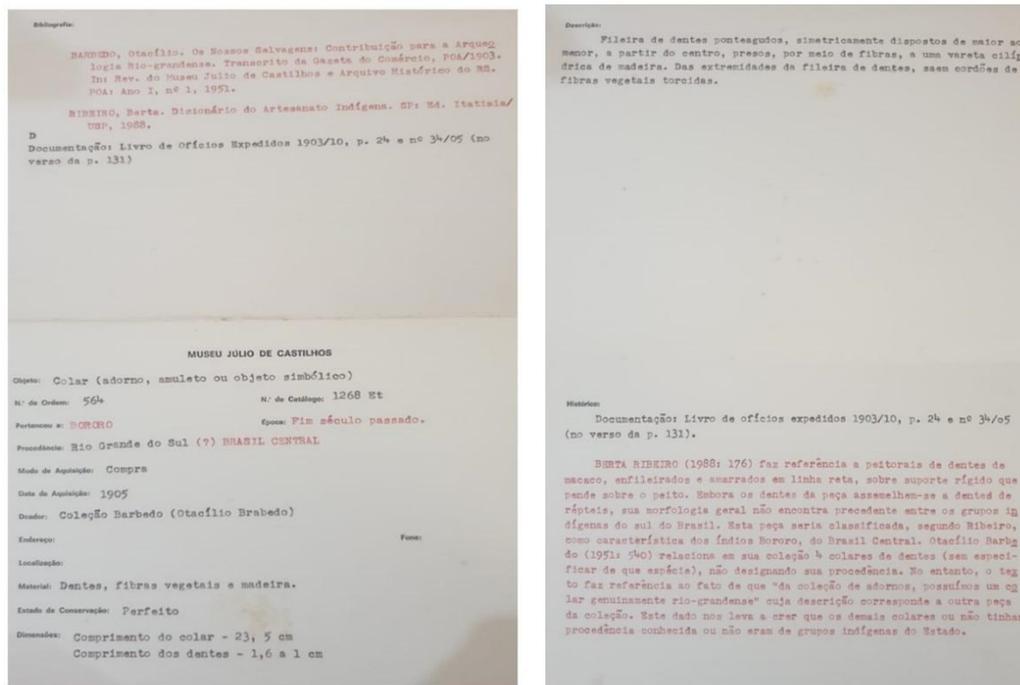
Já em outra unidade, com uma equipe composta por 5 (cinco) servidores e que conta com a colaboração de 4 (quatro) estagiários (em atividades complementar a formação acadêmica), o museu Júlio de Castilhos tem concentrado esforços em catalogar todo o material do Museu, sendo quase inexistente a entrada de novas peças no acervo pelo menos nos últimos 2 (dois) anos (informação verbal)³⁶.

Outro instrumento para analisar possíveis registros da representação da informação, são as fichas catalográficas, ainda que hoje não sejam mais utilizadas no seu formato físico, permanecem no arquivo do museu e se constituem como fontes de informação e testemunho de um determinado período do acervo, assim como da trajetória da peça. A Figura 13 apresenta a ausência de alguns dados (endereço, fone, localização).

³⁵ O Sistema Brasileiro de Museus, órgão vinculado ao Ministério da Cultura, foi criado a partir do Decreto nº 5.264 de 5 de novembro de 2004. Tem por finalidade facilitar o diálogo entre museus e instituições afins, objetivando a gestão integrada e o desenvolvimento dos museus, acervos e processos museológicos brasileiros. Além disso, propicia o fortalecimento e a criação dos sistemas regionais de museus, a institucionalização de novos sistemas estaduais e municipais de museus e a articulação de redes temáticas de museus. Também é atribuição do SBM propor a criação e o aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas no Brasil.

³⁶ Informação fornecida pela coordenação do Museu Júlio de Castilhos.

Figura 13 - Ficha catalográfica do acervo (frente e verso).



Fonte: Foto do acervo pessoal da autora, 2020.

A partir dessa observação de que alguns campos não estão completos (alguns com fonte de outra cor), acrescentou-se também a informação por parte da direção do museu, de que a rotatividade de funcionários com o passar dos anos, impossibilitou a construção de instrumentos de gestão do acervo. A ausência de dados como esses minimizam o acesso, pesquisa sobre o tema, e depreciam o processo de comunicação, se considerarmos que ela pode não ser encontrada em outro local ou mesmo se localizada demore um tempo maior. Sob esse aspecto Bottallo (2010, p.63) afirma que a ficha “[...] não é um documento, mas uma ferramenta de trabalho que reúne uma série de informações que, de outra forma, estariam dispersas”. A autora afirma que “é imprescindível criar manuais de procedimentos de catalogação com regras para a utilização e preenchimento de cada campo da ficha [...]”.

Para que a equipe interna dos museus mantenha a organização do acervo são essenciais as etiquetas com código de identificação, e que servem também para a recuperação dos objetos pelos profissionais do museu (PADILHA, 2014), e indiretamente para pesquisadores que estiverem visitando esses locais.

Como citado anteriormente, o trabalho de catalogação do acervo do Júlio de Castilhos está em andamento, todavia, com a pandemia provavelmente essa atividade deve se estender, associado a isso a quantidade reduzida de funcionários e o

desenvolvimento de outras atividades paralelas, como por exemplo, as exposições, que já são compromissos da instituição com a sociedade.

Anualmente acontece uma das maiores exposições do Museu Júlio de Castilhos, intitulada de “Memória e Resistência” destaca a luta dos povos indígenas para manter seus costumes e crenças no mundo contemporâneo. Nesta exposição, a representação das informações a respeito das peças, estão em uma ficha de identificação ao lado das mesmas, e ainda apresenta/descreve um pouco da simbologia das peças. Dessa forma, segundo Yassuda (2009) o objeto de museu demonstra não ser apenas uma representação física da memória, operando como um elo entre o passado e o presente. Reverte-se a ele outra função, a de fonte ou suporte de informação. O fato de ter sido escolhido para ser preservado entre tantos outros que não o foram, e colocado fora do circuito da utilidade prática, prestando-se a uma nova função simbólica, a de representar, faz dele uma espécie de "reliquia" em que espectadores de informação tentam identificar algo em suas bagagens de conhecimento prévio.

Figura 14 - Exposição Memória e Resistência.

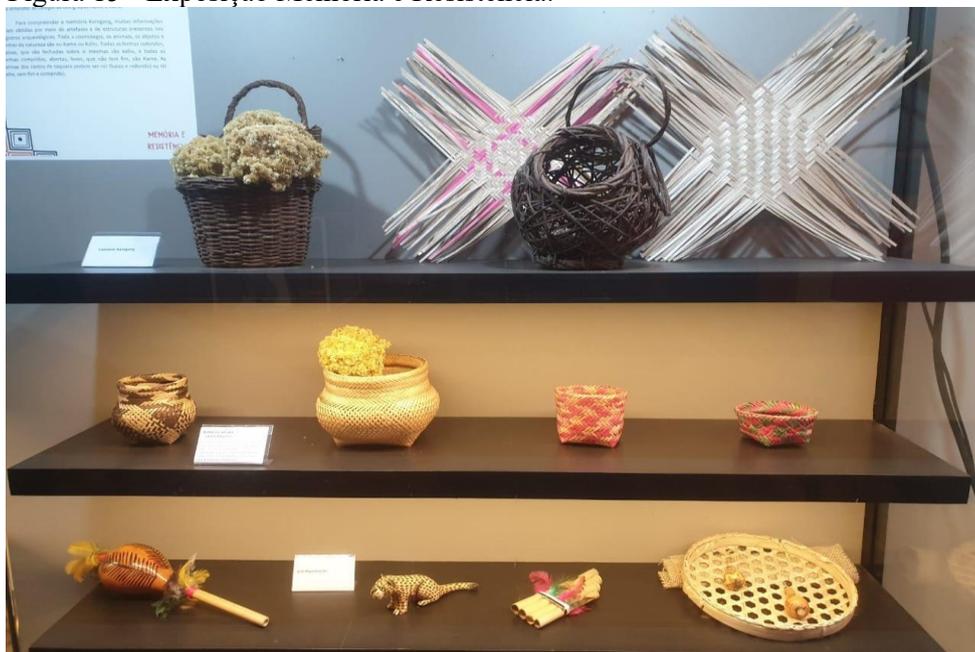


Fonte: Foto do acervo pessoal da autora, 2020.

Para os índios Guarani, a resistência representa um modo de vida e um desígnio de Nhanderu (Deus), que, prevendo a extinção das matas, lhes ensinou a produzir cestos como meio de sobrevivência. Na Figura 15, ao lado das cestarias localiza-se uma ficha que relata a memória e resistência dos povos indígenas, com a informação representada de forma sucinta. Para Cruz (2017) a ação e resistência indígena existiu desde o início da

conquista, mas os olhares dos cientistas sociais eram filtrados pelos olhares dos colonizadores, desconsiderando a ação histórica dos povos indígenas.

Figura 15 - Exposição Memória e Resistência.



Fonte: Foto do acervo pessoal da autora, 2020.

No último ano o acervo etnográfico do museu Júlio de Castilhos não contou com a entrada de novos objetos, ou seja, não houveram pesquisas que trouxessem material ao acervo, o que de certa forma ajudou a concentrar esforços para catalogar o material que já existia na instituição e não estava documentada (informação verbal)³⁷. Yassuda (2009) destaca que o papel da pesquisa na descrição de objetos é fundamental para que dados oriundos de outras fontes de informação sejam revelados. Neste sentido, Meneses (1997, p.9) faz a seguinte colocação "O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala", ressaltando o papel do historiador como o intermediário entre o documento e a comunicação, e a descrição é fundamental para a RI do objeto.

Ainda que o termo representação da informação museológica seja minimamente citado na literatura, observa-se em alguns estudos como Padilha (2014), Lemos (2018) Ballesté; Almeida (2014) que a documentação museológica é a forma mais convencional de RI, pois ela oferece a descrição do maior número possível de características informacionais dos objetos museológicos. No entanto, para Lemos (2018) um sistema de

³⁷ Informação fornecida pela direção do Museu na ocasião da visita à Instituição.

documentação museológica pode ser entendido como um processo tecnicista e de acesso a poucas pessoas, afinal, sua forma de acesso muitas vezes são apenas para pesquisadores da área ou para a equipe técnica do museu.

Mesmo que os documentos não existam, ou se tenham perdido ou desatualizado com o tempo, a RI está presente nas etiquetas, nos livros tomo que estão arquivados ou num relatório produzido pelo museu, porém é possível afirmar que a documentação museológica é a forma mais eficaz na preservação e recuperação de informações dos objetos e que ela auxilia no desenvolvimento das demais ações das instituições museológicas.

5.4 CONHECER A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS RESPONSÁVEIS PELA RI NOS RESPECTIVOS MUSEUS.

Para conhecer a formação profissional dos responsáveis pela RI nos respectivos museus, foi recorrido ao Currículo Lattes desses profissionais e os dados obtidos demonstram esse contexto museológico que foram fundamentais para levantar discussões nesse âmbito. Por entender que os museus são espaços de pesquisa, e contribuem consideravelmente para a produção de conhecimento especialmente nas universidades, e tem seu corpo técnico composta em sua maioria por profissionais que passaram pela academia e fazem uso da plataforma Lattes.

Para um melhor entendimento deste cenário apresenta-se o quadro abaixo com as respectivas funções e formação, nas unidades museológicas dessa pesquisa. Essas funções foram retiradas dos websites dos museus, e/ou cedidas pela direção da unidade pesquisada.

Quadro 5 - Formação dos profissionais que atuam nas unidades.

Formação dos profissionais que trabalham no museu			
Funções	MARquE	Museu Paranaense	Museu Júlio de Castilhos
Diretor	Historiador, Doutor em Arqueologia.	Arquiteta e Cenógrafa, especialista em construções visuais.	Museóloga, Mestre em Museologia e Patrimônio.
Secretária	Bacharela em Turismo	- ³⁸	-

³⁸ O símbolo - indica naquela coluna específica o museu não tem aquela função, e sim a função que está descrito.

Direção Artística	-	Cenógrafo e Designer	-
Gestão de conteúdo e produção	-	Licenciatura em Artes Visuais	-
Departamento de Arquitetura e Design	-	Bacharel em Arquitetura e Urbanismo/ Bacharel em Design de produto	-
Departamento de Antropologia	-	Socióloga, Mestre em Antropologia	-
Departamento (setor) de Arqueologia	Historiador, mestre em arquitetura / Bióloga, mestre em biotecnologia	Geóloga, e Doutora em Arqueologia	-
Departamento de História	-	Historiador, e Mestre em História Social	-
Departamento educativo/ Setor pedagógico	Pedagoga, mestre em educação Pedagoga, mestre em adm. universitária	Historiador	-
Gestão de acervo		Sem informações ³⁹	-
Laboratório de conservação e restauro/ Setor de restauração	Licenciatura em Ed. Artística, mestre em arquitetura e urbanismo/ Artes plásticas	Técnico em museologia/ Bacharel em Turismo	-
Segurança	-	Sem informações	-
Supervisor de infraestrutura	-	Sem informações	-
Divisão de museologia	Bacharela em Museologia/ Bacharel em Museologia	-	-
Divisão de pesquisa	Historiador, Mestre em Arqueologia	-	-
Divisão de ensino	Doutor em antropologia social	-	-
Setor de documentação	Historiador, Mestre em História Militar / Arquivista	-	-
Técnico: Analista em Assuntos Culturais	-	-	Bacharel em Letras, Pós-Graduada em Museologia e Patrimônio Cultural
Técnico: Analista em Assuntos Culturais	-	-	Licenciatura em Letras e Mestre em Teoria da Literatura.
Técnico: Analista em Assuntos Culturais	-	-	Historiador. Pós-Graduado em História das Culturas

³⁹ Sem informações: não constava na plataforma lattes e não foi fornecido pela instituição a formação.

			Afro-brasileira e Indígena.
Técnico: Analista em Assuntos Culturais	-	-	Historiador. Pós-Graduação em História Contemporânea.
Técnico: Analista em Assuntos Culturais	-	-	Licenciatura em Artes visuais.
Técnico: Analista em Assuntos Culturais	-	-	Licenciatura em História.
Técnico: agente administrativo	-	-	Bacharel em Museologia e História.
Técnico: agente administrativo	-	-	Licenciatura em Ciências Sociais.

Fonte: Dados da pesquisa, retirados dos sites dos museus, 2021.

De acordo com o quadro acima é possível perceber que no MARquE, existe uma quantidade que totaliza 13 (treze) colaboradores, sem contar com serviços terceirizados e estagiários⁴⁰, ao mesmo tempo em que o Museu Paranaense com 12 (doze), e museu Júlio de Castilhos conta com 9 (nove) funcionários.

Embora possa existir a atuação de diversos papéis, o espaço ocupado pelo profissional especializado é fundamental nos museus, e incide claramente no resultado dos serviços que a instituição oferece, nas parcerias que ela desenvolve, e no resultado das atividades. Uma das instituições se divide nos seguintes setores: direção (que está ligada ao Conselho, no topo do organograma), secretaria, divisão de museologia, setor de restauração, divisão de pesquisa, setor de arqueologia e divisão de ensino. No plano museológico para o período de 2016-2021, revela a necessidade de ampliação do quadro de funcionários, ou seja, em 2015 a equipe somava nove técnicos, além desse número tinham cinco estagiários e nove terceirizados, esses últimos também nomeados como equipe de manutenção. De acordo com os dados atuais, retirados do website da instituição, a equipe de técnicos totaliza doze efetivos, sem mencionar equipe de manutenção e estagiários⁴¹.

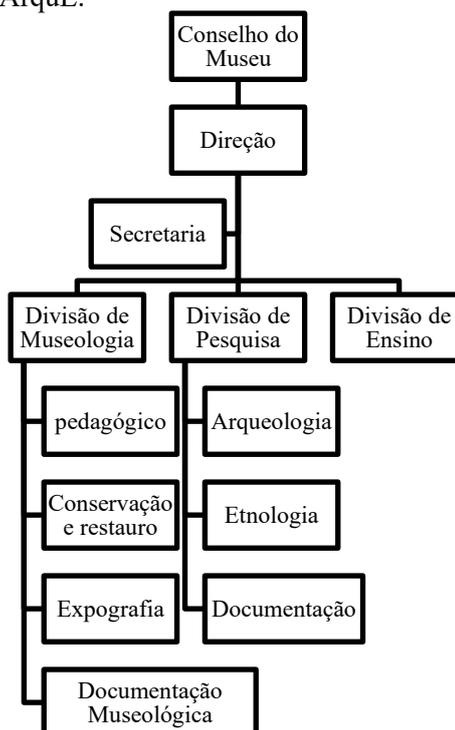
⁴⁰ A Instituição disponibilizou a informação, e não continham os dados no site.

⁴¹ O museu não forneceu dados sobre a equipe terceirizada e estagiários, e também não se encontrava no site.

Na direção do MARquE está um historiador, doutor em Arqueologia e pós-doutor em Arqueologia, sobre a secretaria não obtivemos informações, já que não foi encontrado na base de dados do CNPQ nenhum dado, e nem foi fornecido pela equipe do museu.

No organograma da Instituição existe um tripé dos setores de divisão de museologia, divisão de pesquisa e divisão de ensino, que estão ligadas a direção e secretaria. Dentro da divisão de museologia, estão os setores pedagógico, de conservação e restauro de expografia, de documentação museológica.

Figura 16 - Organograma do MARquE.



Fonte: Plano Museológico (2016-2021)

Com dois museólogos a frente do departamento de divisão de museologia, setor que é responsável pela documentação museológica da instituição, e principalmente sobre acervo de etnologia indígena do MARquE, desenvolvem o papel de curadoria da coleção de etnologia indígena. Na divisão de educação, ou seja, setor pedagógico estão duas pedagogas, mestre em Educação e administração universitária, assim como o setor de conservação e restauro tem a frente duas artistas plásticas, uma delas é mestre em Arquitetura e urbanismo, e a outra tem mais uma graduação também em arquitetura e urbanismo. Quanto ao setor de expografia e documentação museológica, são atividades

desenvolvidas por todos da equipe e principalmente pela coordenação do setor de museologia (informação verbal)⁴².

Outra equipe que tem relação direta com as coleções é a divisão de pesquisa, sob a responsabilidade de uma historiadora, doutoranda em Arqueologia, neste setor ligadas as coleções de arqueologia que estão sob a curadoria de um historiador, mestre em Arquitetura, e uma bióloga, mestre em Biotecnologia, sobre os setores de etnologia e documentação, assim como na divisão citada no parágrafo anterior, ficam sob os cuidados da coordenação da divisão de pesquisa neste caso. O setor de documentação conta com um arquivista, e um historiador, mestre em história militar (afastado para o doutorado), esse setor desenvolve projetos que concretizem a construção de um Centro de Documentação para o museu, além de trabalhar em conjunto com a equipe da Divisão de Pesquisa para a digitalização das coleções arqueológicas do MArquE.

E por fim a divisão de ensino, está sob a coordenação de um doutor em antropologia social. Atualmente os museólogos da instituição, são responsáveis pelas pesquisas, no tocante a conduzir pesquisadores no acervo, nas exposições e todo o desenvolvimento de atividades relacionadas a este acervo, além de atuar na produção e execução de projetos, produção de relatórios, entre outras funções burocráticas relativas ao acervo. Em relação a equipe, o Plano Museológico (2016-2021) faz uma ressalva sobre um dos objetivos para o próximo período, de consolidar o corpo técnico especializado e de apoio atendendo às necessidades e demandas de um museu desse porte.

Já o Museu Paranaense não apresenta o plano museológico, nem regimento da instituição, e a coordenação de antropologia do mesmo, fica sob a coordenação de uma antropóloga, graduada em Ciências sociais, e mestre em Sociologia, responsável pela catalogação do acervo e coordenadora das coleções que integram a Antropologia, inclusive as de etnologia. Essa coordenação tem responsabilidade com estas coleções que integram o setor de antropologia, e sobretudo para a curadoria das exposições, mas também para outras várias atividades, como por exemplo, o auxílio aos pesquisadores.

Com outras atividades paralelas, enfatiza que a maior parte do tempo se concentra nas demandas de pesquisadores interessados no acervo. Quando há a entrada de novos acervos etnográficos, a coordenação de antropologia é responsável pela catalogação e pela inserção dos novos números de registro em uma base de dados interna (excel), e

⁴² Dado informado pela direção do Museu, no ato de visita à unidade.

também externa (sistema de consulta). Assim como são desenvolvidas essas tarefas quanto às coleções etnográficas, também em outros dois setores.

Existe uma equipe específica que atua na manutenção das peças em todas as coleções do museu, esse trabalho de conservação e manutenção se caracteriza por ter um contato mais global com todas as coleções, dos diferentes setores, pois as suas funções atravessam essas diferenciações de acervo. No entanto, essas funções contam com o auxílio dos responsáveis dos setores científicos (os quais pelo menos terão ciência sobre qualquer ação que incidam sobre elas). A atividade de manutenção e conservação contemplam: prevenção de pragas, responsabilidade por acondicionar os objetos nas reservas técnicas; controle e fluxo de entradas e saídas das reservas; montagem e desmontagem de exposições, e por fim são responsáveis por fazer a notação das identificações nas peças (RG da peça).

Todo sucesso dessa organização dessa estrutura depende de um planejamento que vem desde a produção documentação museológica. Portanto, o papel da equipe na elaboração e na prática das normas, diretrizes e instrumentos, pode contribuir na organização da estrutura museológica e, assim, permitir efetivação das tarefas do museu: preservar e comunicar e dar acesso aos seus acervos. Assim, é possível observar no quadro abaixo, os profissionais envolvidos nas atividades de RI nas unidades, a letra N indica não, ou seja, os que não estão envolvidos nessas atividades e a letra S, indica sim, são os que estão sim diretamente envolvidos, com a elaboração de documentos, diretrizes, catalogação das peças e outras atividades relacionadas a RI nos acervos tanto de etnologia indígena quanto de outras coleções.

Quadro 6 - Profissionais e setores/funções nos museus.

Profissionais que atuam na RI			
Funções	MARquE	MUPA	MJC
Diretor	S	S	S
Secretária	S	N	N
Direção Artística	N	S	N
Gestão de conteúdo e produção	N	S	N
Departamento de Arquitetura e Design	N	S	N
Departamento de Antropologia	N	S	N
Departamento (setor) de Arqueologia	S	S	N
Departamento de História	N	S	N
Departamento educativo/pedagógico	S	S	N
Gestão de acervo	N	S	N
Laboratório de conservação e restauro/ Setor de restauração	S	S	N
Segurança	N	S	N
Supervisor de infraestrutura	N	S	N

Divisão de museologia	S	N	N
Divisão de pesquisa	S	N	N
Divisão de ensino	S	N	N
Setor de documentação	S	N	N
Téc. Anal. Assuntos Culturais	N	N	S
Téc. Anal. Assuntos Culturais	N	N	S
Téc. Anal. Assuntos Culturais	N	N	S
Téc. Anal. Assuntos Culturais	N	N	S
Téc. Anal. Assuntos Culturais	N	N	S
Téc. Anal. Assuntos Culturais	N	N	S
Téc. Agente administrativo	N	N	S
Téc. Agente administrativo	N	N	S

Fonte: dados retirados dos sites dos museus, 2021.

Em relação a equipe que integra cada unidade, observa-se que o MARquE está relativamente organizado com equipes definidas, e por vezes até 2 (dois) funcionários responsáveis cada por setor, no MUPA, a atividade de RI se concentra nas coordenações dos departamentos de Antropologia, Arqueologia e História e a direção, neste Museu foi citado que há uma museóloga para elaborar os documentos, no entanto, apenas produz esses manuais, diretrizes, e não desenvolve atividades no dia a dia do Museu. Com relação a última coluna do quadro apresenta-se a respeito do MJC, onde não existe uma divisão de setores e todos os técnicos⁴³ desempenham funções de restauro, guarda, atendimento ao público, assim como, estão diretamente inseridos na elaboração de instrumentos da RI.

Em face a esses dados citados observou-se que a além de uma equipe que tem crescido no MARquE, comparando a equipe em 2015 citada no plano museológico, e o corpo técnico da atualidade, foi notável o crescimento da quantidade de técnico; também com a implantação e inserção de informações em uma base de dados com o registro das coleções, ainda que seja de uso interno; a existência de documentos institucionais disponíveis na página do museu na internet; os relatórios retratam a demanda de pesquisas, do público visitante; outras demandas, como ações de restauração e ações de documentação museológica como catalogação de peças, organização de exposição. Todas essas atividades acontecem porque há uma equipe qualificada (museólogos, antropólogos, historiadores, artistas plásticos, pedagogos, biólogos e outros profissionais) desempenhando funções inerentes às suas atividades técnicas, e ainda que exista uma demanda a ser preenchida no MARquE, os próprios relatórios anuais mencionam essa

⁴³ Todos os técnicos desempenham as mesmas funções ao mesmo tempo, sejam os Analista em assuntos culturais ou agente administrativos. Não foram informados quanto a equipe de apoio, como segurança e infraestrutura.

lacuna na equipe, ressalta-se que existe documentação como regimento, relatórios anuais e manuais que direcionam e culminam no processo de representação da informação.

Do MUPA, por um período não houve a produção de documentação como entrada de peças no acervo, relatórios de atividades, e conseqüentemente registro em livro tomo, em bases de dados; e ocasionou a ausência de critérios definidos para a maioria das atividades no museu. Por desenvolver essa atividade de elaborar a documentação, está diretamente em contato de uma maneira geral com os acervos e exerce as funções burocráticas, no que diz respeito a autorizações, assinaturas, termos, empréstimos, aquisições, usos de imagem. A rotatividade da equipe também se constitui em uma observação feita pela instituição⁴⁴ (informação verbal) com a troca de gestão do órgão a qual o museu está diretamente ligado, principalmente nas eleições estaduais, interrompe um processo de construção e elaboração de determinada atividade. Associado ao vínculo a rotatividade e a redução de equipe tem ocorrido problemas como longo atraso na execução de determinadas atividades, ou seja, não cumprimento de prazos, até o fechamento temporário de espaços por ausência de profissional.

Uma equipe sólida é fundamental para a elaboração de atividades, e desenvolvimento de projetos que demandam conhecimento daquele campo específico, contato com a comunidade, entre outras experiências que possivelmente o tempo aprimora. E ainda, os profissionais que atuam em cada setor contribuem para a partilha de informações, por outro lado a ausência desses profissionais também impacta nesse diálogo. E ainda a ocupação inadequada desses espaços, impede o desenvolvimento de atividades basilares do museu, como por exemplo, a produção de instrumentos para representação da informação nos acervos. A esse respeito, Padilha, Café, Silva (2014) observam que os profissionais de museus devem estar atentos às possibilidades que esse local pode oferecer, no que diz respeito à organização e difusão da informação. Observou-se que a ausência do museólogo no quadro funcional da instituição foi determinante para a inexistência de instrumentos de representação da informação, pois com a vinda do profissional foi estabelecido como atribuição essencial “a construção e organização de documentos” para a instituição.

No MJC, a museóloga na direção da unidade representa além de um ganho para o reconhecimento profissional no âmbito do estado, o apoio a cultura e a valorização do

⁴⁴ Informação verbal, adquirida junto a equipe do museu no momento da visita na Instituição.

patrimônio histórico, e a superação de barreiras encontradas, que tem refletido no desenvolvimento e trabalho no museu.

Segundo a coordenação do museu (informação verbal)⁴⁵, é uma realidade a escassez de profissional no setor, a partir de então observa-se alguns pontos a serem levantados como, por exemplo, a conclusão do processo de catalogação do acervo e a presença de um único profissional na gestão da instituição, diminui o tempo desse profissional em atividades como catalogar, montar e organizar coleções, gestão, execução e acompanhamento de projetos culturais. Uma troca que tem agregado, foi observada na parceria com a faculdade de Museologia, onde os alunos desenvolveram atividades práticas para catalogar objetos do acervo, sob a supervisão da museóloga, o que enriquece tanto a prática desses futuros profissionais quanto as atividades do Museu.

Como observado anteriormente a instituição C conta com cinco servidores, apenas uma é museóloga, que é a diretora. Dessa equipe de cinco, são 2 (dois) historiadores, 1 (um) possui licenciatura em Letras, 1 (um) possui graduação em Museologia e outro graduando em Museologia. Já os estagiários são 2 (dois) graduandos em Museologia, 1 (um) graduando em História e 1 (um) graduando em Jornalismo. A rotatividade de servidores se constitui em mais um obstáculo para a consolidação da equipe e desenvolvimento de trabalhos a longo prazo, como integrar equipe para construir o plano museológico, desenvolvimento de projetos mais extensos, entre outras atividades.

Para que as informações estejam acessíveis é fundamental que a representação da informação seja criteriosa, com instrumentos bem definidos e elaborados, o papel desenvolvido por uma equipe diversificada como Museólogo, Antropólogo, Pedagogo, Arqueólogo, entre outros profissionais no museu, é imprescindível para que as funções basilares sejam cumpridas, e a documentação organizada favorece o desempenho de atividades como elaboração de uma exposição, a recuperação de informações em uma base de dados, o acesso a reserva técnica, entre outras práticas.

Em uma publicação da Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari – ACAM Portinari, do Estado de São Paulo, que trata de diretrizes para documentação e conservação de acervos museológicos, Botallo (2010) revela que para a museologia o que importa é a possibilidade que o acervo proporciona de ser a base sobre a qual se gera e dissemina conhecimento. Portanto, o fazer museológico deve ser sistemático e baseado em princípios reguladores claros para todos os envolvidos em

⁴⁵ Informação verbal adquirida no ato da visita in loco no museu.

qualquer nível da hierarquia dos colaboradores dos museus. É fundamental que a busca, o registro e a disponibilização das informações sobre o acervo sejam feitos de maneira padronizada de acordo com normas pré-estabelecidas. É dessa forma que podemos tornar as informações acessíveis de maneira ampla, fidedigna e, portanto, verdadeira, seja como fonte, ou como produto.

Em vista disso, explicita-se que a equipe do museu tem função vital na produção de documentos para favorecer o desenvolvimento de atividades na instituição, por exemplo, uma política de gestão de acervos, finalmente, permite prever a oportunidade de qualificação tanto de seus profissionais como de seu público, objetivando com isso um melhor entendimento dos significados do Patrimônio Público e, por consequência, sua conservação dentro de parâmetros de excelência (BOTALLO, 2010).

Gonçalves e Ballardo (2013, p. 64) afirma que é impossível pensar numa instituição museológica sem o profissional adequado e qualificado para assegurar a preservação do patrimônio. A privação da ocupação desses espaços por profissional especializado, gera um aumento na demanda de atividades, leva a limitação dos serviços oferecidos ao público, carência no registro de informações deste acervo e consequentemente na falta de agilidade na comunicação de pesquisas e exposições. Por sua vez, foi possível perceber a dedicação dos colaboradores, sobretudo porque a falta de recursos e de priorização constituiu ao longo das décadas um cenário problemático no setor cultural, que se intensificou com a última gestão do país, resultado da eleições de 2018, com esse panorama danoso para o patrimônio brasileiro⁴⁶, ainda é graças à dedicação pessoal desses agentes culturais que por vezes atuam com a falta de formação técnica, de recursos financeiros e humanos, se empenham para manter os museus em funcionamento, disseminando a informação e democratizando o saber, e conhecimento sobre a história de seu contexto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação simbólica de uma realidade data desde a antiguidade, a humanidade contava com diversos recursos para recordar/documentar um contexto. Uma

⁴⁶ Dia 2 de setembro de 2018 – incêndio no prédio do Museu Nacional, no Rio de Janeiro (RJ), destruiu o acervo e pesquisas de vários departamentos da UFRJ. Dia 29 de julho de 2021, incêndio da Cinemateca Brasileira, que não recebeu o tratamento necessário para manter o acervo. Setembro/2021, luta contra votação do marco temporal e a luta dos povos indígenas por questões de sobrevivência do povo e de sua cultura. Esses entre outros acontecimentos marcam a história do patrimônio cultural.

das formas de retratar o contexto em que vivia a sociedade pré-histórica se valia de artes rupestres e pinturas. A ideia de representar algo está associada ao conceito de alteração/substituição. Ao representar algo, se cria uma relação entre o que se apresenta e o signo, de forma que possa substituir aquele objeto. Identificar os museus como espaços de conhecimento, pesquisa e estudo, mais especificamente das coleções de etnologia indígena, rompe com o “monopólio dos brancos” e “dá voz aos povos tradicionais” tornando-os agentes organizadores de sua própria memória, e contribui com a história do povo brasileiro e do País.

Assim, no que tange aos acervos pesquisados ficaram evidentes algumas características que incidem sobre cada unidade, que os tornam únicos com sua individualidade, regionalidade e ao mesmo tempo com semelhanças por serem da mesma região Sul brasileira, acervos com as mesmas tipologias, ou seja, possuem características que também os aproximam.

Os resultados apresentaram diferentes aspectos/especificidades que interferem na representação da informação (RI) dos acervos museológicos pesquisados, todavia, há um consenso no que se refere a necessidade de incentivo à pesquisa, observado e citado pelas unidades pesquisadas, esse fator se sustenta nos tripés das funções dos museus, preservar, pesquisar e difundir conhecimentos. No relatório anual de uma das unidades fica explícita essa característica, na qual ocupa uma sessão específica do relatório anual: “Como Museu Universitário, além dos compromissos com a valorização e a preservação dos acervos, assume papel importante ligado ao Ensino, Pesquisa e Extensão universitária”. Além do exercício dessas atribuições, a Instituição mantém intercâmbio científico e cultural com órgãos congêneres do estado, do país e do exterior, garantindo o fomento de pesquisas e o diálogo interinstitucional.

A partir de pesquisas se formam coleções inteiras, principalmente acervos de etnologia indígena e outras coleções que pertencem aos museus. A atividade de armazenar e organizar esse material nos museus compete à equipe interna, cada objeto ali guardado tem poder de outorgar informações das mais diferentes áreas da pesquisa científica, e variam desde singularidades do próprio objeto, assim como, suas relações com outros objetos ou com distintos campos do conhecimento. Além das doações e compras, a pesquisa tem sido o principal meio de entrada de objetos nos acervos, e ainda a comunicação por meio das exposições, em sua maioria advém da pesquisa.

Quanto a identificação dos critérios de constituição/definição da RI do acervo (etnográfico) de cada instituição, cabe aqui retomar alguns aspectos citados no início

dessa seção de algumas características das três unidades museológicas que trouxeram semelhanças e diferenças, sendo assim, observou-se que a falta de investimentos no setor cultural e educacional impacta diretamente nos serviços que são oferecidos ao público. A construção de diretrizes e documentos estão diretamente associados a equipe de pessoal do museu, que demanda tempo para elaboração e posterior aplicação nos instrumentos de representação, com apenas uma unidade que atende parcialmente esses critérios, com sua documentação organizada, como plano museológico, diretrizes, manuais, não é uma realidade comum aos outros dois museus pesquisados. Ainda que o museu tenha especificidades quanto a organização da informação, o processo de tratamento da informação exige padrões e instrumentos, de forma que independente do tempo que passe as informações estarão seguras. No entanto, duas unidades mantem o acervo com dados “pessoalizados”, com a ausência de documentos basilares como por exemplo, um documento de política de acervo, ou plano museológico, que permitam e viabilizem a preservação, pesquisa e comunicação, da informação está sendo armazenada, esse fator gera uma série de demandas que a própria instituição não consegue solucionar, ou demora mais para resolver.

A análise de possíveis registros (representação) da informação museológica à luz do referencial teórico, foi feita com o auxílio das fichas catalográficas, livro tombo, RG das peças, e demonstrou a importância desses aspectos para a construção da informação a respeito do acervo, por outro lado, a falta desse incide negativamente nas informações, diminuindo os dados, ou demorando mais no acesso a essas informações. Nas unidades que foram possíveis obter os dados, de acordo com os resultados obtidos há indícios de que a perda documental esteja relacionada à rotatividade da equipe e a pessoalização da documentação, ou seja, a ausência de instrumentos de RI, gerando a perda de informações relativas às peças. É por meio de dados em fichas completas que acelera o trabalho, reduz o tempo de espera na identificação ou tratamento de uma peça, e conseqüentemente recebem o tratamento devido, e a possibilidade de que a informação esteja disponível de forma eficiente ao público é maior.

Dentro do aspecto da formação profissional dos responsáveis pela RI nos respectivos museus, duas unidades não apresentaram equipes definidas para cada setor, apenas um museu, possui a equipe com atribuições específicas, e o resultado desse foi claro, há maior quantidade de documentos organizados, o acervo de etnologia indígena está todo na base de dados. Já nas duas unidades em que todas as funções estão distribuídas entre todos, existe carência de pessoal especializado para catalogação,

ausência e perda de documentação, contudo, há empenho da equipe em buscar parcerias com universidades locais, e com a comunidade indígena para reconhecimento do acervo e cumprimento das funções basilares das instituições.

Ainda que uma das unidades tenha apresentado uma situação de melhor desempenho no desenvolvimento de atividades, os 3 (três) museus mostraram necessidade de ampliação da equipe, para desenvolver atividades fundamentais, como a elaboração de documentos, diretrizes, plano museológico, atendimento ao público, essa carência ficou explícita por meio de relatórios e informações verbais. Foi mencionado a sobrecarga de trabalho no desempenho de múltiplas funções, como coordenar, construir documentos, dar suporte a outros museus menores na mesma esfera, classificar as peças. Essa questão foi fundamental para perceber que o desenvolvimento das atividades do museu pode ter um desempenho maior com uma equipe mais completa, com antropólogos, historiadores e outros, a presença do museólogo é fundamental. Essas discussões reiteram o papel contributivo dos instrumentos de RI para o acesso à informação nas instituições museológicas, contribuindo tanto para o público visitante, como para os profissionais/colaboradores/pesquisadores que produzem e utilizam a documentação museológica.

Outro aspecto em relação aos museus é referente à pesquisa, embora o incentivo foi verbalizado e observado até em relatórios, uma das instituições ofereceu resistência quanto a disponibilidade e auxílio à pesquisa, mesmo antes do início da pandemia de Covid 19, houve dificuldade em contatar a equipe, e quando o contato aconteceu, as respostas foram reduzidas, na maioria das vezes para coleta de dados foi indicada a página do museu na internet como fonte principal. Enquanto duas instituições mesmo no período com trabalho remoto, por conta da pandemia, mostraram interesse em auxiliar na pesquisa, com disponibilização de materiais de apoio, respostas quase instantâneas por e-mail, fotos exclusivas do acervo, e até disponibilização de contato particular para sanar possíveis dúvidas sobre o acervo.

Outro aspecto relacionado com o processo de representação da informação (RI) dos acervos museológicos pesquisados é a própria organização institucional, no que tange a divisão de setores e responsabilidades, em duas unidades que apresentaram esses aspectos bem definidos, observou-se a agilidade no desempenho das funções e no cumprimento das atividades, a partir dos relatórios e do tempo para desenvolver uma atividade, entre outras. Para organizar as funções do museu é fundamental pensar na documentação museológica como atividade primordial para o funcionamento do espaço,

sobretudo, de natureza prática e o diálogo interdisciplinar contribui para campos como Museologia e Ciência da Informação, assim como, Biblioteconomia, Arquivologia, História, etc, avançando na discussão teórica e aplicação de técnicas sempre dentro de uma abordagem museológica para esse contexto.

Com a ausência dessa divisão de setores e de definição de competências, foi atribuída a fatores como: equipe reduzida, o que atrasa a definição de critérios, produção de documentos institucionais, já que essa equipe se concentra no atendimento ao público; e outro fator culminante advém da rotatividade da equipe a cada gestão do governo estadual, pelo fato em sua maioria terem o vínculo contratual com a instituição (informação verbal)⁴⁷.

Todavia, houve unidade que não apresentou essa falha, por possuir uma equipe quase toda com vínculo de servidor público, esse fator da permanência da equipe foi claramente observado na construção de diretrizes, do plano museológico entre outros documentos que demandam tempo para sua elaboração. No Plano Museológico é mencionado que houveram dezenas de reuniões de trabalho para elaboração do novo regimento e do plano museológico ao longo dos anos 2013 a 2015 e foram acompanhadas de uma série de debates. Esses debates foram possíveis ao longo desse período, o que não ocorreria com uma equipe “iniciante”, e a concretização do plano museológico, assim como, outros documentos institucionais, mais precisamente os relatórios revelam um cenário de maior produção de pesquisas, acervo organizado, base de dados online disponível (de etnologia indígena) se comparado às unidades que padecem de pessoal e conseqüentemente de falhas na documentação e institucionalização de processos.

No quesito que dialoga com a representação da informação (RI) dos acervos museológicos pesquisados é a disponibilização de dados, seja em uma plataforma, base de dados organizada e disponível. Somente uma unidade pesquisada dispõe de software (somente de uso interno), outra unidade está em fase de migração, o acervo está parcialmente em uma base de dados somente para uso interno do museu. A terceira unidade ainda não dispõe desse serviço, há uma base de dados que tem convenio com

⁴⁷ Informação adquirida no momento da visita in loco pela equipe do museu (O indício se confirma no trecho de um documento chamado “Programa de Gestão de Acervos” em fase de elaboração cita: “Uma das mais distintas impressões das conversas iniciais, especialmente com pessoal recém-contratado, foi a sensação de que o acervo está ‘um caos’, com exceção do setor de Arqueologia. É possível afirmar que decorre mais de problemas de comunicação, da falta de institucionalização dos procedimentos e de clareza quanto às responsabilidades de cada Setor”. A troca de equipe ou parte dela, anualmente ou de quatro em quatro anos gera atrasos na elaboração de documentos, perda de materiais, e essa falta de documentação impacta diretamente nos serviços desenvolvidos e oferecidos pelo museu).

outros setores da mesma esfera, no entanto, a base não atende totalmente as demandas do museu.

A escassez de recursos financeiros para o setor cultural, é um entrave no desenvolvimento principalmente de um software de qualidade e que atenda às necessidades das unidades, é comum a utilização de um software que foi desenvolvido especificamente para biblioteca, ser aplicado a museus, entre outros fatores já citados, como também tempo de integração da equipe é fundamental para atividades a longo prazo, que é o caso da documentação museológica.

Confrontar realidades como essas permite reafirmar o valor desses acervos, revela a riqueza cultural e histórica para a região Sul, e para o Brasil, que por vezes está velada em meio a redução de ministérios, demarcação ilegal de terras, redução de gastos para o setor educacional e cultural. Cada uma com suas particularidades, porém aproximar as três unidades, permitiu entender que a RI seja uma ligação fundamental para pesquisas e discussões interdisciplinar entre CI e Museologia, como expõe Araújo (2014a), ainda que no museu a RI ocorra de forma diferente, de bibliotecas ou arquivos.

Desenvolver pesquisas, tratar informação, disponibilizá-la, e fazer com que espaços de sociabilidade dessas comunidades indígenas sejam respeitados, conhecidos, preservados e vivenciados, demandam uma série de premissas que são negados aos povos tradicionais que tem sido alvo de ameaças, e tem se acentuado nos últimos meses com os ataques a comunidades indígenas⁴⁸.

Neste sentido, uma das ações comum às três unidades se concretiza com a curadoria compartilhada com os povos tradicionais que são parte desses acervos, por meio de projetos no qual desenvolvem atividades e partilham informações e sabedoria de seus ancestrais no manuseio de peças de etnologia indígena, conservação e acondicionamentos do referido acervo, com essas parcerias a equipe do museu tem oportunidade de aprendizado mutuo relativo à especificidades dessa tipologia, como tratar, armazenar e apresentar ao seu público a informação precisa, respeitando e reconhecendo a cultura, história do seu povo.

⁴⁸ “Um dos casos de maior repercussão, inclusive internacional, foi o assassinato, no final do ano passado, de Paulo Paulino Guajajara, morto por na região de Bom Jesus das Selvas, no Maranhão. Paulino, que também era conhecido como "Lobo Mau", integrava um grupo de agentes florestais indígenas conhecido com o "Guardiões da Floresta". Ele e outros indígenas foram emboscados por madeireiros dentro de seu próprio território, entre as aldeias Lagoa Comprida e Jenipapo, na Terra Indígena Araribóia” Relatório anual do CIMI (2019), a invasão a territórios demarcados, violando os direitos desses povos, mas em meio a essa resistência, os museus sobrevivem.

Encontrar a informação correta é uma das principais preocupações nos últimos tempos, o que demanda processos de tratamento que possibilitem o acesso, diminuindo o tempo de espera e aumentando a agilidade na comunicação. Os questionamentos iniciais desse trabalho se contextualizam na representação da informação nos acervos museológicos, com as seguintes interrogações: Existem instrumentos de pesquisa estabelecidos? Como estão constituídos os instrumentos de pesquisa? Quem elabora? Os usuários conseguem recuperar as informações que buscam? Como encontrar essas informações e como são representadas? Há algum padrão estabelecido para representação informacional? Há base de dados? Os instrumentos de pesquisa quando existem são escassos e desatualizados, e estão constituídos a partir do plano museológico, plano de acervo, livro tomo, fichas catalográficas ou fichas de identificação dos objetos, e são elaborados por uma equipe específica destinada nesse âmbito, ou por profissionais que estejam atuando nas instituições museológicas, como historiadores, antropólogos, arquitetos, museólogos, até mesmo por uma consultoria externa para a produção de documentos. Encontrar informações buscadas nesses espaços ainda é um dos maiores desafios, pois elas existem, no entanto, os acervos necessitam estar tratados e organizados, e a carência de profissional e investimentos nessas instituições minimizam o acesso à informação, principalmente nos âmbitos estaduais, segundo a pesquisa. O padrão para representar a informação não se encontra definido com clareza pelas instituições ou não foi disponibilizada a informação, e quanto a uma base de dados que reúne as informações do acervo foi mencionado pelas unidades, no entanto, apenas para uso interno da unidade. Pensar na necessidade de que esses acervos estejam organizados e disponíveis ao público, é assegurar o direito da sociedade em conhecer a história de seu país, e refletir sobre o papel fundamental que a informação exerce sobre determinadas realidades, com poder de mudar e alterar cenários.

Com o desenvolver da presente pesquisa observou-se que a essa discussão da documentação museológica e RI se nota a partir da ação administrativa, intelectual e descritiva, com elaboração de instrumentos para o fornecimento de acesso. Ela se notabiliza como um processo, com enfoque em suprir necessidades informacionais (SILVA, 2019). Ainda é um tema citado de forma breve na maioria dos trabalhos, algumas vezes apenas cita e não conceitua ou discorre sobre o tema. Essas observações permitem afirmar que a ampliação do diálogo entre os campos da Ciência da Informação e Museologia, podem gerar debates que contribuam para ambas e identifique diálogos que possam ressignificar temas como a representação da informação dentro dos museus.

De forma que a discussão do tema pode contribuir para o campo da organização da informação e do conhecimento e avançar nesse contexto museológico, que de acordo com os números de artigos recuperados ainda é pouco explorado, se comparado com unidades de arquivos e bibliotecas.

E sugere-se que pesquisas futuras consigam explorar esse universo de informações nos museus, pensando no acesso tanto interno quanto externo, e algumas sugestões de temas para pesquisa como, a comunicação entre o museu e seu público; análise comparativa dos museus brasileiros e museus internacionais; aprofundamentos da documentação museológica sob a ótica da organização do conhecimento; acervos de etnologia indígena como patrimônio documental, considerando contextos históricos, epistemológicos, disciplinares e sociais com vistas a contribuir diretamente aos estudos teóricos da área.

E por fim, discutir e pontuar sobre representação da informação nos acervos de etnologia indígena, permite mencionar que explorar assuntos como esse enriquece e aproximam de forma recíproca os campos da Ciência da Informação e Museologia. Outrossim, a exploração do contexto dos povos tradicionais com uma vertente dentro da organização do conhecimento, pode trazer maior reconhecimento do valor explanatório dessas coleções e reforçar ainda mais sua organização, preservação e conservação e tornando essas coleções, mais uma ferramenta à serviço da sociedade em prol do conhecimento.

O consumo de informação de qualidade, é diretamente proporcional a sociedade em que a consome. Criar diretrizes, documentar, classificar, são algumas das etapas anteriores a disseminar a informação, que se torna fundamental para que, cada vez mais acervos documentais: patrimônio brasileiro, estejam organizados, identificados/representados, disseminados e acessados. O acesso à informação é uma das formas de democratização do saber, pesquisá-lo, contribui para o preservar de memórias e do patrimônio, no caso em tela, do acervo etnográfico, do patrimônio brasileiro existente na região sul do país.

REFERENCIAS

ALMEIDA, M. A. de. A produção social do conhecimento na sociedade da informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 19, n. 1, p. 11-18, 2009. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/07/pdf_5f93731b7f_0011388.pdf Acesso em: 29 nov. 2019.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION - ALA. Presidential Committee on Information Literacy: final report. Washington, D. C., 1989. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>>. Acesso em: 02 out. 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 4, n. 1, p. 57-79, 2014.

ATHIAS, Renato. Museus, objetos etnográficos e pesquisa antropológica: um debate atual. **Revista Antropológicas**, v. 26, n. 1, 2015.

BALLESTÉ, Adriana Olinto; ALMEIDA, Álea Santos de. Museu virtual de instrumentos musicais como um ponto de encontro de muitos acervos. **Seminário de informação e arte**, 5, 9-10 de novembro de 2017, REDART/ Rio de Janeiro.

BARBUY, Heloisa. Cultura de exposições em São Paulo, no século XIX. **Colecionismos, práticas de campo e representações**. Campina Grande: EDUEPB, p. 257-268, 2011.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002.

BATES, Marcia J. Information: the last variable. In: Ching-chih Chen (Ed.). **Information: the transformation of society**. [Proceedings of the 50th ASIS Annual Meeting of the American Society for Information Science, 24, Boston, MA, October 4-8, 1987, p. 6-10]. **Anais**. Medford: Learned Information, 1987.

BERTOTTO, Márcia. **Museologia no século XXI: o desafio das políticas públicas**. Sociedade, conhecimento e interdisciplinaridade: abordagens contemporâneas. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, v. 207, p. 128-168, 2007.

BETTENCOURT, Angela Monteiro. **A Representação da Informação na Biblioteca Nacional: do documento tradicional ao digital**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2014.

BICHO, N. F. **Manual de Arqueologia Pré-histórica**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BOTALLO, Marilucia. Diretrizes em Documentação Museológica. **Documentação e conservação de acervos museológicos**. Governo de São Paulo, ACAM Portinari, 2010.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA

INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3016/2142> Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. **Lei Federal 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/sbm/legislacao.htm> Acesso em: 20 maio. 2021.

BRIET, Suzanne. **What is Documentation?** Tradução Ronald E. Day e Laurent Martinet. Tradução de: Qu'est-ce que la documentation? 1951. Disponível em: [http://ella.slis.indiana.edu/~roday/what is documentation.pdf](http://ella.slis.indiana.edu/~roday/what%20is%20documentation.pdf). Acesso em: 26 out. 2019

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for information science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CAMPOS, M. L. de A. Modelização de domínios de conhecimento: uma investigação de princípios fundamentais. **Ciência da Informação**, Brasília, v.33, p.1, p.22-32, jan./abr. 2004

CAPOVILLA, Eloisa H. L. Ramos. Museu Julio de Castilhos: trajetória histórica e parcial de um acervo. In: AXT, Gunter (org.). **Julio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p. 265-279.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. The concept of information. **Annual Review of Information Science & Technology**. v.37, cap.8, p.343-401. 2003.

CARNEIRO, Cíntia Maria Santana Braga. **O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná (1902-1928)** Dissertação (Mestrado em Historia). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

CARNEIRO, Cíntia Braga. **O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná**. Curitiba: SAMP, 2013.

CASTRO, A. L. S. de. Informação museológica: uma proposição teórica a partir da Ciência da Informação. In: PINHEIRO, L. V. R. (Org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade**. Brasília: IBICT, 1999. p. 13-32.

CECCON, Roseli Santos. **Em busca de uma “arqueologia brasileira”**: Universidade do Paraná, décadas de 1950 a 1970. 159f. 2011. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2011. 159f.

CERAVOLO, S. M.; TÁLAMO, M. F. Os Museus e a Representação do Conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o

processamento da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: Associação Nacional de pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2007. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiienancib/paper/viewFile/2831/1959>. Acesso em: 24 dez. 2019.

CERAVOLO, S.M.; TÁLAMO, M.F.G.M. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 10: 241-253, 2000

CHAGAS, M. **Museália**. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.

CHMYZ, Igor. José loureiro Fernandes e a arqueologia brasileira. **Arqueologia**, Curitiba, v. 10, p. 43-105, 2006.

CONSIDERA, Andrea Fernandes. **Uma história dos fazeres museais no Brasil entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX**: Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Paranaense e Museu Paulista. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CORRÊA, Alexandre F. Patrimônios, museus e subjetividades. Pasos. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Santa Cruz de Tenerife, v. 4, n. 2, p. 135-142, 2006.

CRUZ, Tereza Almeida. Os processos de lutas e resistências dos povos indígenas do Brasil. *Revista SURES*, n. 9, fev. 2017, pág. 145-163. Disponível em: <https://ojs.unila.edu.br/ojs/index.php/sures> Acesso em: 05 jul. 2021

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (dir.). Conceitos-chaves da Museologia. Trad. e comentários Bruno Broulon e Soares e Marília Xavier Cury. Armand Colin: Icom, 2013. Disponível em: http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceito_sChavedeMuseologia_pt.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021..

DODEBEI, Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói: Intertexto, 2002.

DUARTE, Alice. O museu como lugar de representação do outro. **Antropológicas**, Porto, n. 2, p. 121-140, anual 1998.

DUARTE, Alice. Nova museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. **Revista Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 99-117, 2013. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/248/239>. Acesso em: 20 fev.2020.

EDSON, Gary. Gestão do museu. In: BOYLAN. Patrick (Org.). **Como gerir um museu**: manual prático. Paris: ICOM, 2004.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo:

Saraiva, 2006.

FEDER, Feder, K. Site survey. In: Hester, T.; Shafer, H.; Feder, K. (Eds.) **Field methods in Archaeology**. Mountain View: Mayfield Publishing Company, 1997, p. 41-68.

FERREZ, Helena Dodd. **Documentação museológica: teoria para uma boa prática. Cadernos de ensaios**, n. 2., p. 64- 67, 1994.

FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena Santos. **Thesaurus para acervos museológicos**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1987. 86p.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONTOURA, Marcelo Carneiro da. **A Documentação de Paul Otlet: Uma proposta para a organização racional da produção intelectual do homem**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Programa de Pós graduação em Ciência da Informação. Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

FRAGA, Thais Gomes. **Os subterrâneos emergem: a institucionalização da cultura e a temporada de museus no Rio Grande do Sul (1987-1991)**. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

FRAGOSO, Ilza da Silva. **Instituições-Memória: modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa**, PB. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

FURBRINGER, N. P. **Coleções etnográficas: objetos, fotografias e registros de campo. Novas articulações e ressignificações**. 131p. Dissertação (mestrado em Antropologia) – Programa Pos graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GALLOIS, D. O acervo etnográfico como centro de comunicação intercultural. **Ciências em Museus**, v. 1, n. 2, p. 137-142, 1991.

GALVÃO, Maria Cristina Barbosa. A análise, a síntese e a representação da informação e a gestão do conhecimento nas empresas. IN: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (Orgs.) **Organização e Representação do Conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, v.2, p. 230-239.

GNOLI, Claudio. Metadata about what? Distinguishing between ontic, epistemic and documental dimensions in Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v. 39, n. 4, 2012.

GOMES, Alexandre Oliveira. **Aquilo é coisa de índio: objetos, memórias e etnicidade entre os kanindé do Ceará**. 2012. 324f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. **Olhar longe, porque o futuro é longe - cultura, escola e professores indígenas no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/T.8.2009.tde-24082009-170851. Acesso em: 2021-09-12.

GUIMARÃES, Viviane Wermelinger. **Exposições museológicas do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Santa Catarina: espaço para construções de parcerias**. 2014. Dissertação (Mestrado em Museologia) Programa de Pós graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. DOI:10.11606/D.103.2014.tde-27012015-101531. Acesso em: 23 dez 2019

HELM, Cecília Maria Vieira. **Kaigang, Guarani e Xetá na historiografia paranaense**. Curitiba: Design Estúdio Gráfico, 1997, p. 11.

ICOM-INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. Definition of the CIDOC Conceptual Reference Model. International Committee for Documentation (ICOM-CIDOC), version 6.2, 2015. 206p. Disponível em: <
http://www.cidoccrm.org/docs/cidoc_crm_version_6.2.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Guia dos museus brasileiros** Brasília, 2011.

LACERDA, Ana; RAMALHO, Laís. **Guia de Pesquisa na quarentena: obstáculos e possibilidades para as ciências humanas e sociais em isolamento social**. Laboratório de Humanidades Digitais (dhlab) da PUC-Rio e Laboratório de Metodologia (LabMet) do Instituto de Relações Internacionais (IRI)/PUC-Rio, 2020. (digital)

LE COADIC, Yves-Francois. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEMOS, Leonardo Hermes. **A representação da Informação em Ecomuseus**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

LEMOS, L. H.; KARPINSKI, C. CI e museologia: análise das comunicações orais do enancib sobre ri. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102440>. Acesso em: 01 set. 2021.

LE TOURNEAU, François-Michel. O governo Bolsonaro contra os Povos Indígenas: as garantias constitucionais postas à prova. **Confins** [En ligne], n. 501, 2019, mis en ligne le 29 septembre 2019, consulté le 11 septembre 2021. URL :
<http://journals.openedition.org/confins/22413> ; DOI :
<https://doi.org/10.4000/confins.22413>

LÉVI-STRAUSS, Claude; LÉVI-STRAUSS, Claude. **Anthropologie structurale**. Paris: Plon, 1958.

LIMA, José Leonardo Oliveira; ALVARES, Lillian. Organização e representação da informação e do conhecimento. **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, v. 248, p. 21-48, 2012.

LOPES, José Rogerio. Colecionismo e ciclos de vida: uma análise sobre percepção, duração e transitoriedade dos ciclos vitais. **Horizontes Antropológicos**, v. 16, n. 34, p. 377-404, jul-dez. 2010.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. **Labirinto de paradoxos: informação, museu e alienação**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Aderaldo e Rothschild; Brasília: UNB, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo, 2011.

MAROEVIC, Ivo. Museology as a field of knowledge. In: **Study Series 8**. ICOM International Committee for Museology-ICOFOM. Belgium, 2000. p.5-7.

MARTINS, Romário. **Boletim do Museu Paranaense**, n 1. Curitiba, 1904. Relatório apresentado ao secretário d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Bento José Lamenha Lins pelo diretor do Museu Paranaense Romário Martins, em 1 de janeiro de 1906. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1906.

MARTINS, R. A. O sistema de arquivos da universidade e a memória científica. IN: SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1., 1992, Campinas, SP. **Anais...** Campinas, SP, 1992.

McGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MELO, Roberta Madeira de. **Objetos de coleção, pesquisa e educação: representações sobre os povos indígenas no Museu Júlio de Castilhos (1901-1958)**. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico (fim). **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 83-84, 1994. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47141995000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 set. 2019.

MENSCH, Peter Van. Modelos conceituais de museus e sua relação com o patrimônio natural e cultural. In: **Boletim ICOFOM/LAM**. 1a. Reunião Anual do ICOFOM/LAM. Ano II, n.4/5, Agosto 1992.

MENSCH, P. Museology and the object as data carrier. In: **Object, museum, Museology, an eternal triangle**. Leiden: Reinwardt Academy. Reinwardt Cahiers, 1992. Disponível em: <http://www.muuseum.ee/uploads/files/mensch12.htm> Acesso em: 24. dez. 2019.

MENSCH, P. Museus em movimento. **Cadernos Museológicos**. Rio de Janeiro: SPHAN, proMemória, Ministério da Cultura: 49- 54, 1989.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORAES, A. F; ARCELLO, E. N. O conhecimento e sua representação. **Informação e Sociedade**, João pessoa, v. 10, n. 02, 2000. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/328/250> Acesso em: 15 out. 2019.

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA PROFESSOR OSWALDO RODRIGUES CABRAL. **Plano Museológico (2016-2021)**. Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://museu.paginas.ufsc.br/files/2016/03/Plano-Museol%C3%B3gico-do-MArquE.pdf> Acesso em: 25 nov. 2019.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Regimento Interno do Museu Júlio de Castilhos**. Porto Alegre, 1943.

MUSEU PARANAENSE. **A importância do acervo**, 2019. Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=48> Acesso em: 09 out. 2019

Museu Paranaense. **Antropologia**, 2019. Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30> Acesso em: 23 out. 2019

Museu Paranaense. **Arqueologia**, 2019. Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=31> Acesso em: 19 nov. 2019

MUSEU PARANAENSE. Livro de Atas do Conselho Administrativo. Curitiba. 1939-1947.

NEDEL, Leticia Borges. **Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos 1950**. 1999. Dissertação (Mestrado em História). Instituto Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

NEDEL, Leticia Borges. Breviário de um Museu mutante. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 23, p87-112, jan/jun. 2005.

NEVES, Kátia Regina Felipini. Programas Museológicos e Museologia Aplicada. **Cadernos de Sociomuseologia**. Portugal: UHLT, nº 21, 2003.

OLIVEIRA, Ricardo Carvalho. **Museu Paranaense**: caminhos, contextos, ações museológicas e interações com a sociedade. Curitiba: SAMP, 2018. (Teses do Museu Paranaense)

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [Unesco] (2015). **Recomendação relativa à proteção e promoção dos museus e das coleções, da sua diversidade e do seu papel na sociedade**. Genebra: Unesco, 2015

ORTEGA, C. D.; LARA, M. L. G. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 3, 2010. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000008400/cca9a49474077340b069f1222c313618/>. Acesso em: 3 jul. 2021.

OTLET, Paul. **Traité de Documentation**: Le livre sur le livre. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis: FCC, 2014.

PADILHA, Renata Cardozo; CAFÉ, Lígia; DA SILVA, Edna Lúcia. O papel das instituições museológicas na sociedade da informação/conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. 2, p. 68-82, 2014.

PADILHA, Renata Cardozo. **A representação do objeto museológico na época de sua reprodutibilidade digital**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2018.

PADILHA, Renata Cardozo; CAFÉ, Lígia; A interoperabilidade semântica entre acervos de museus: discutindo o caso dos Museus da Imagem e do Som. **Em questão**, v. 23, n. 1, jan./abr.. 2017. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245>

PARANA, Governo do Estado. Espirais do tempo: bens tombados do Paraná. Curitiba, Secretaria de Estado de Cultura, 2006.

PARANÁ (Província). Ato nº 393 de 30 de dezembro de 1882. Dando Regulamento ao Museu Paranaense. In: **Dezenove de Dezembro**. Curitiba, p. 1, 1883.

PEARCE, Susan M. Thinking about Things. Approaches to the Study of Artefacts. **Museum Journal**, March 1986. 198-201

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso**: (ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense). Curitiba: Ed da UFPR, 1996.

PERETTI, Luis Armando; GIOVANAZ, Marlise. Museu como locus de produção regional: o caso do Museu Julio de Castilhos. **Revista de Iniciação Científica da ULBRA**, Canoas, v. 1, n. 2, p. 159-168, 2003.

PINHO, Fabio Assis; NASCIMENTO, Bruna Laís Campos do; MELO, Willian Lima. As dimensões ôntica, epistêmica e documental na representação da Informação e do Conhecimento. **Revista ACB**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 112-123, abr. 2015. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/995> Acesso em: 08. jun. 2019

PINTO, Júlia Rocha. O papel social dos museus e a mediação cultural: conceitos de Vygotsky na arte-educação não formal. **Palíndromo**, Santa Catarina, n. 7, 2012. Disponível em: <<http://ppgav.ceart.udesc.br/revista/edicoes/7>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

POSSAMAI, Zita Rosane. Nos bastidores do museu: patrimônio e passado de porto Alegre. Porto Alegre: EST edições, 2001.

POSSAMAI, Zita Rosane. “Lições das coisas” no Museu: o método intuitivo e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas primeiras décadas do século XX. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8, 2010, São Luís. Infância, Juventude e Relações de Gênero na História da Educação. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2010.

POSSAMAI, Zita Rosane. Colecionar e educar: o Museu Júlio de Castilhos e seus públicos (1903-1925). **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 30, n. 53, p. 365-389, Aug. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752014000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 Dez. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752014000200003>.

PRICE, Randall. **Arqueologia Bíblica**. Tradução de Sérgio Viúla, Luís Aron de Macedo. Rio de Janeiro: CPAD - Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2011.

RANKEL, Luiz Fernando (org.). **A construção de uma memória para a nação: a participação do Museu Paranaense na exposição antropológica de 1882**. Curitiba, SAMP, 2018.

REVISTA COMEMORATIVA DOS 30 ANOS DO MUSEU UNIVERSITARIO. História do Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral. Disponível em: https://museu.paginas.ufsc.br/files/2010/02/revista_mu_ufsc_30anos.pdf Acesso em: 29 nov. 2019

RIBEIRO, Berta, G.; VELTHEM, L. H. Coleções etnográficas: documentos materiais para a história indígena e a etnologia. Cunha, Manuela Carneiro (org.) **História dos Índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

RIBEIRO, Marciana Leite. **Reflexões sobre o resguardo da memória científica do INPE**. 2006. Disponível em: <http://mtc-m16.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m16@80/2006/10.31.16.16/doc/Marciana.pdf>. Acesso em: 07 set. 2018.

- ROWLEY, Jennifer. **A biblioteca eletrônica**. São Paulo: Briquet de Lemos, 2002.
- SANJAD, Nelson Rodrigues. **A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República: 1866-1907**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6144>. Acesso em: 12 mar. 2021.
- SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Os museus e seus públicos invisíveis**. Texto apresentado no I Encontro Nacional de Educadores de Museus e Centros Culturais Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/ DEMU, Casa de Rui Barbosa, 17 e 18 de setembro de 2007.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda do; CHAGAS, Mário de Souza. A linguagem de poder dos museus. ABREU, Regina; SANTOS, Myrian Sepúlveda do; CHAGAS, Mário de Souza. **Museus, coleções e patrimônios: Narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond, MinCJIPHAN/DEMU, 2007.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda do; CHAGAS, Mário de Souza. A linguagem de poder dos museus. ABREU, Regina; SANTOS, Myrian Sepúlveda do; CHAGAS, Mário de Souza. **Museus, coleções e patrimônios: Narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond, MinCJIPHAN/DEMU, 2007.
- SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.
- SARACEVIC, Tefko. Relevance: a review of and a framework for the thinking on the notion in Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**. Nov-dec. 1975. p. 321-342.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SHERA, Jesse H. History and foundations of information science. **Annual Review of Information Science and Technology**., v. 12, p. 249-275, 1977.
- SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, 1977.
- SHERA, Jesse H. The sociological relationships of information science. **Journal of the American Society for Information Science (pre-1986)**, v. 22, n. 2, p. 76, 1971.
- SILVA, Ana Celina Figueira da. **O museu e a consagração da memória de Júlio de Castilhos (1903-1925)**. Monografia (Graduação em Museologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- SILVA, Dacles Vagner da. A Representação e a Recuperação da Informação: bases, diálogos e contribuições para o fazer arquivístico. **Informação em Pauta**, v. 4, n. 1, p. 89-90, 5 jul. 2019. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/41303> Acesso em: 07 abr. 2012.

SILVEIRA, Andréa Reis da et al. **O Museu Júlio de Castilhos no período 1960-1980: acervos, discursos, representações e práticas através de uma exposição museológica.** Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

SMIRAGLIA, Richard P. **The nature of 'a work': implications for the organization of knowledge.** Scarecrow Press, 2001.

SMIT, Johanna W. A informação na Ciência da Informação. **InCID: revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3, n. 2, p. 84-101, 2012.

SOTO, Moana. Os museus e a sociedade em rede. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/65/109>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

SPINELLI, Teniza. **Esculturas missioneiras em museus do Rio Grande do Sul.** ALF, 2008.

TOJAL, A. P. da F. Ação Educativa Inclusiva e Comunicação Museológica: Mudanças de Paradigmas. In: Gerson Machado; Flávia Cristina Antunes de Souza e Judith Steinbach. (Org.). **Educação Patrimonial e Arqueologia Pública experiências e desafios.** Itajai: Casaberta, 2013, 41-74p.

TREVISAN, Edilberto. A Gênese do Museu Paranaense (1874/1882). **Arquivos do Museu Paranaense, n.s.** História n.1. Curitiba, 1976.

VELTHEM, L. H. van Objetos etnográficos: coleções e museus. In: SEMINÁRIO PATRIMÔNIO CULTURAL E PROPRIEDADE INTELECTUAL: proteção do conhecimento e das expressões culturais tradicionais, 2003, Belém. **Anais...** Belém: CESUPA; MPEG, 2003.

VELTHEM, L. H. V.; BENCHIMOL, A. Museus, coleções, exposições e povos indígenas. **Em Questão**, v. 24, n. 2, p. 468-486, 2018. DOI: 10.19132/1808-5245242.468-486 Acesso em: 02 abril. 2021.

VELTHEM, Lucia Hussak van; KUKAWKA, Katia; JOANNY, Lydie. Museus, coleções etnográficas e a busca do diálogo intercultural. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 12, n. 3, p. 735-748, 2017.

VELTHEM, L. H. van. O objeto etnográfico é irreduzível? pistas sobre novos sentidos e análises. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas**, Belém, v. 7, n. 1, p. 51-66, jan.-abr. 2012.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo?. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, p. 157-170, 2009.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **The information scientist**, v. 9, n. 4, p. 127-140, 1975.

XAVIER, Janaina. **Plano Museológico**: uma discussão para o Museu de Arqueologia Bíblica Paulo Bork do Centro Universitário Adventista de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências: Museologia) Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

YASSUDA, Silvia Nathaly. Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista. 2009. 123 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93662>>.

ZAMIN, Frinéia. **Patrimônio cultural do Rio Grande do Sul: a atribuição de valores a uma memória coletiva edificada para o Estado**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Porto Alegre, Porto Alegre, 2006.